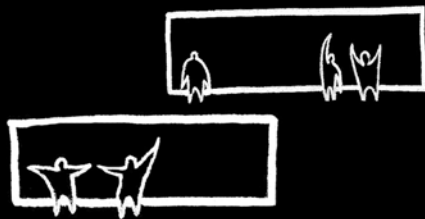


**Cultura Viva,
Políticas Públicas
e Cultura de Paz**



**Cadernos de Proposições
para o Século XXI**

Rede Mundial
Artistas em Aliança

**Cultura Viva,
Políticas Públicas
e Cultura de Paz**

organização
Hamilton Faria, Pedro Garcia
e Valmir de Souza

2013

Realização

Instituto Pólis

Rua Araújo, 124 - Vila Buarque - São Paulo - SP - CEP 01220-020

www.polis.org.br

Equipe de edição

Coordenação geral **Hamilton Faria**

Coordenação editorial **Valmir de Souza**

Organização, edição e revisão **Hamilton Faria, Valmir de Souza e Pedro Garcia**

Projeto Gráfico **Cássia Buitoni**

Ilustrações **Catarina Bessell**

Transcrição das entrevistas **Yumna Abdul Ghani**

Diagramação **Marilda Donatelli**

Assistente de produção **Wanda Martins**

Equipe do Pontão de Convivência e Cultura de Paz

Hamilton Faria, Martha Lemos, Maitê Oliveira Freitas, Valmir de Souza, Wanda Martins

Agradecimentos

Amanda Kamanchek Lemos, Tania Maria Masselli e Laura Díaz

Apoio

Ministério da Cultura - MinC

Projeto original apoiado pela FPH-Fondation Pour Le Progrès de L'Homme Paris-França

Cultura Viva, políticas públicas e cultura de paz / [organizadores, Hamilton Faria, Valmir de Souza, Pedro Benjamin Garcia; autores, Hamilton Faria, Pedro Benjamin Garcia, Valmir de Souza ... et al.]. --

São Paulo: Instituto Pólis, 2013.

200 p. -- (Cadernos de Proposições para o Século XXI, 14).

Outros autores: Martha Lemos, Vera Vieira, Daniel Hilário, Baby Amorim, Jorge Blandón, José Antonio Mac Gregor C, Maria Lúcia Montes, Célio Turino.

ISBN 978-85-7561-061-9

1. Pontos de Cultura. 2. Política Cultural. 3. Políticas Públicas de Cultura. 4. Cultura. 5. Interculturalidade. 6. Cultura de Paz. 7. Cidadania Cultural 8. Diversidade Cultural. 9. Identidade Cultural. 10. Movimento Cultural. I. Faria, Hamilton. II. Souza, Valmir. III. Garcia, Pedro Benjamin. IV. Lemos, Martha. V. Vieira, Vera. VI. Hilário, Daniel. VII. Amorim, Baby. VIII. Blandón, Jorge. IX. Mac Gregor, José Antonio C. X. Montes, Maria Lúcia. XI. Turino, Célio. XII. Instituto Pólis. XIII. Aliança por um Mundo Responsável, Plural e Solidário. XIV. Rede Mundial de Artistas em Aliança. XV. Título. XVI. Série.



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial-Sem Derivados 3.0 Não Adaptada. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/>

Cultura Viva, Políticas Públicas e Cultura de Paz

Baby Amorim

Célio Turino

Daniel Hilário

Hamilton Faria

Jorge Blandón

José Antonio Mac Gregor C.

Maria Lúcia Montes

Martha Lemos

Pedro Benjamim Garcia

Valmir de Souza

Vera Vieira

2013

Sumário

- 9 **Apresentação**
- 13 **Pontos de Cultura: Políticas Públicas, Cultura de Paz e Cidadania Cultural**
Hamilton Faria
- 34 **Interculturalidade e Cultura de Paz**
Pedro Benjamin Garcia
- 45 **Políticas Públicas e Educação para a Paz**
Martha Lemos
- 69 **Paz e Equidade entre Mulheres e Homens**
Vera Vieira
- 90 **Tempos Difíceis e Utopias Comunitárias**
Daniel Hilário (Cidade Tiradentes)

- 107 **Ilú Obá de Min: A Presença das Mulheres Negras na Cultura de Rua**
Baby Amorim
- 125 **La Cultura de Paz en la Mesa de las Negociaciones**
Jorge Blandón (Colômbia)
- 145 **La Red de Colectivos Culturales Comunitarios de Tamaulipas**
José Antonio Mac Gregor C. (México)
- 164 **Cultura Viva, Políticas Públicas e Reencantamento do Mundo**
Maria Lúcia Montes
- 185 **Manguezal**
Celio Turino
- 204 **Pontão de Convivência e Cultura de Paz/Instituto Pólis**



Apresentação

O Programa Cultura Viva, política pública de cultura implementada pelo Governo Federal, alcançou uma dimensão nacional e popular muito ampla, e neste momento ganha uma repercussão continental, na América Latina, inclusive com encontros em vários países para tratar de Programas de Cultura Viva Comunitária. Devido à importância de tal programa, organizamos esta publicação, que é resultado de um processo de reflexão, criação e debates sobre o tema. Aqui trazemos um conjunto de textos de agentes, pensadores, criadores, poetas, gestores e produtores de cultura, que colocam suas visões sobre essas questões contemporâneas, e escrevem acerca de vários assuntos: cultura viva, interculturalidade, gênero e paz, pontos de cultura, redes comunitárias de jovens, violência e juventude, comunidades, utopias, a partir da perspectiva das políticas públicas e da cultura de paz.

Assim, propusemos aos autores alguns temas que pudessem servir de baliza para o debate e para a elaboração dessa obra, tais como: caracterização da convivência nas grandes cidades; a relação entre comunidades, políticas públicas, pontos de cultura e cultura de paz; arte, educação e cultura de paz; territórios e cultura viva comunitária na Colômbia; redes comunitárias no México e os desafios de uma sociedade violenta; os desafios para a Cultura de Paz como política pública; articulação da questão de gênero com a promoção da paz; os sentidos e os desafios da cultura de paz hoje; ampliação do espaço da cultura de paz no Programa Cultura Viva.

A ocupação dos espaços é tema fertilizador de uma cultura de paz, com suas rodas de conversa, caminhadas, passeatas, enfim, ações nas ruas, como elementos formadores de cidadania. Junto com isso, a valorização do diálogo e escutas em conversas públicas, e a importância das políticas públicas de Cultura de Paz nas redes culturais e nos contextos comunitários e socioculturais de vulnerabilidade.

Com olhares diferenciados, os articulistas apontam para universos ricos e impregnados de novos imaginários e realidades, sem uma concepção apriorística do que seja cultura, arte ou convivência.

Hamilton Faria aponta para uma cultura comum vívida e vivida nos pontos de cultura e em comunidades diversas, e também a importância das políticas públicas de cultura em cenários de Cultura

de Paz. Pedro Benjamin Garcia propõe pensar a cultura de paz pela via da Interculturalidade. Martha Lemos fala das possibilidades de uma educação para a paz a partir da experiência do Pontão de Convivência e Cultura de Paz e de vários documentos e autores relacionados a este tema, apontando caminhos percorridos pelo Pontão de Convivência e Cultura de Paz.

Vera Vieira aponta para uma relação mais igualitária entre mulheres e homens no sentido de promover uma cultura de paz. Daniel Hilário narra o pulsar de Cidade Tiradentes. Ele nos insere nos contextos sensíveis de vulnerabilidade social de comunidades, bairro, escola, rua, apontando os dilemas na promoção de uma cultura de paz nesses mesmos espaços. Já Baby Amorim nos dá uma visão poética de um trabalho coletivo de mulheres.

Jorge Blandón, a partir da experiência da *Corporación Cultural Nuestra Gente de Medellín*, coloca a necessidade de se inserir a Cultura de Paz na mesa de negociações de conflitos. Antonio Mac Gregor nos coloca face a face com uma experiência inovadora e participativa em comunidades mexicanas de Tamaulipas, propondo um trabalho em rede estruturado com base na solidariedade, trabalho coletivo, cultura de paz.

Maria Lúcia Montes analisa o Programa Cultura Viva como política pública inovadora, apontando seu dinamismo. Célio Turino narra as vivências e potencialidades dos pontos de cultura em várias

localidades do Brasil, mostrando a importância de um trabalho inovador desenvolvido pelo Ministério da Cultura.

Esperamos que esses textos sirvam para enriquecer o debate e fortalecer a dimensão cidadã e comunitária das práticas culturais; também sirvam para instigar a uma mudança substancial nas práticas de gestão pautadas ainda por uma visão restrita de cultura.

Essas contribuições se colocam na perspectiva da construção de um saber elaborado pela via da Cultura de Paz de uma sociedade da diversidade cultural e intercultural e poeticamente habitável.

Hamilton Faria, Pedro Garcia, Valmir de Souza



Pontos de Cultura: Políticas Públicas, Cultura de Paz e Cidadania Cultural

Hamilton Faria

As propostas de políticas públicas para os Pontos de Cultura, a partir das auscultas que desenvolvemos em 2008/2009, devem ser vistas sob dois ângulos diversos. Aquelas voltadas especificamente para a Cultura de Paz, direitos humanos e enfrentamento da violência, e políticas públicas mais amplas voltadas para o empoderamento dos Pontos – processos participativos, trabalho em rede, comunicação, interculturalidade, intercâmbio, convivência de modo geral etc.

Pensando-se de uma forma ampla a Cultura de Paz, conforme aponta o Manifesto 2000 da UNESCO, observamos que os Pontos de Cultura estão atentos à construção da convivência intercultural pacífica a partir do seu protagonismo local. Fortalecimento da democracia,

diversidade, respeito à vida, reinvenção da solidariedade, convivência pacífica, fazem parte do dia a dia dos Pontos de Cultura, embora nem sempre estas premissas estejam explícitas; ainda que quase 80 % dos Pontos pesquisados já tenham participado de alguma atividade de combate à violência ou promoção da paz, não compreendiam que estavam ligados à Cultura de Paz, não tematizavam de forma explícita a Cultura de Paz.

Na verdade, a Cultura de Paz sempre foi confundida, principalmente entre os jovens, com passividade, cumplicidade com a impotência e não resistência, apagamento dos conflitos, evitar ir às raízes da opressão política e cultural, conforme uma certa cultura do senso comum tem abordado a questão. Ao contrário desta visão, o debate público deixa claro que a não violência, mesmo sendo um paradigma e uma filosofia do viver, é um método de resolução de conflitos - pela potência do diálogo, da conversação, do desarmamento dos espíritos, da superação da cultura bélica; pela ausculta e pela experiência democrática de transformação social. Observa-se hoje, que, mesmo coletivos transformadores utilizam métodos violentos para a resolução de conflitos – não expressamente com violência direta, mas verbal, étnica ou de outra natureza.

É necessário ir mais além do que identificar certos procedimentos como de paz, é necessário fazer Cultura de Paz, isto é: atitudes, metodologias de comunicação e políticas públicas, métodos que evitem

conflitos desnecessários ou confrontos que degenerem em violência, inaugurem novas realidades e imaginários, reconheçam o outro e passem a construir novas culturas. A não violência deve expressar-se também nas linguagens, nos vocabulários, na criação de novas assertivas e metáforas, diferentes daquelas utilizadas em culturas hegemônicas que têm a violência como método de enfrentamento das diferenças. A não-violência ativa tem sido um método importante para o crescimento cultural de comunidades, grupos, e gerador de mudanças no plano político e social.

O mundo contemporâneo, com suas desigualdades, opressão econômica e violência estrutural nos desafia a criar novos métodos de trabalho que fortaleçam a convivência entre os diferentes, respeitando potências e singularidades. Incorporar a

O tempo chegou, com suas demandas urgentes, com suas cobranças de dívidas históricas, com exigências dos novos paradigmas que propõem novas alianças com a natureza e a comunidade dos seres vivos.

Cultura de Paz em nossos modos de vida e nas políticas públicas, não apenas culturais, pode gerar potências que contribuam para uma sociedade sustentável. Nesse sentido as políticas devem abraçar de uma forma transversal a Cultura de Paz como meta do milênio - paradigmas de viver em sociedade e atitudes coletivas e individuais propulsoras de

outros modos de vida. Assim, a própria democracia pode ser interrogada em seus conteúdos e práticas tão utilizadas desde as experiências “revolucionárias” até a construção “pacífica” dos dias de hoje.

O fato é que o tempo chegou, com suas demandas urgentes, com suas cobranças de dívidas históricas, com exigências dos novos paradigmas que propõem novas alianças com a natureza e a comunidade dos seres vivos.

Políticas Públicas de Cultura de Paz

Durante 2008 e 2009 auscultamos vinte (20) Pontos de Cultura de todas as regiões do país, mais de 600 pessoas, conforme mostramos em outras partes da publicação. Os Pontos auscultados, em sua maioria, ouviram falar de Cultura de Paz através de atividades do Pontão Pólis ou na Teia (articulação nacional dos pontos de cultura), ou seja, muito recentemente. No entanto, observa-se que há uma adesão forte à proposta a partir do entendimento do que é Cultura de Paz e de sua contribuição para a convivência no território, a partir das Rodas que criamos como método de convivência intercultural.

Nessas Rodas alguns Pontos propõem ampliar o diálogo sobre Cultura de Paz e potencializar suas ações criando multiplicadores. Disseminar o debate para os “Pontos, Pontões, Comissão Nacional

e Programa Cultura Viva” também é proposto. A ideia pode ser ainda mais ampliada, tanto criando outros Pontos e Pontões com editais específicos

e campos de atuação na Teia e em outros espaços, como incluindo ações de capacitação com formação de agentes culturais de Cultura de Paz e linhas de atuação nas comissões estaduais e nacional de Pontos de Cultura. A experiência vivida por certos Pontos no enfrentamento da violência, como foi o caso do Ponto de Cultura Coco de Umbigada, impedido de realizar suas manifestações culturais em espaço público, e ações hostis de gangues contra Pontos de Cultura no Rio de Janeiro, reforçam a centralidade de uma ação mais ampla dos Pontos de Cultura envolvendo a Cultura de Paz.

Para ampliar esta ação os Pontos sugerem mostrar para a comunidade os ícones da paz e não violência como Gandhi, Luther King e também as lideranças comunitárias que já têm desenvolvido essas práticas e valores. A proximidade da Cultura de Paz com a arte também é citada por vários Pontos. Está claro que o binômio arte-cultura de paz pode constituir-se como um forte cenário para a promoção da paz. As auscultas apresentam propostas de cineclubes para retratar as experiências de Cultura de Paz da própria comunidade, contadores de

Está claro que o binômio arte-cultura de paz pode constituir-se como um forte cenário para a promoção da paz.

histórias, ações culturais, encontros, seminários, oficinas etc. O que mais se destaca na ausculta sobre este ponto são as ações nas escolas, consideradas importantes na comunidade.

Desde ações dos Pontos no interior da escola, do bairro, até capacitação dos professores para atuar em direitos humanos. Principalmente, incluir a educação para uma Cultura de Paz nas grades escolares; dessa forma ganharia uma condição de política pública ampla. Para implementar a Cultura de Paz como política de educação necessitaremos uma mobilização nacional, incluindo campanhas, atuação de redes de paz, atuação no legislativo e junto a Secretaria dos Direitos Humanos e no próprio Ministério da Educação, sensibilizado pelo Ministério da Cultura. De uma forma mais abrangente destacam políticas públicas interministeriais que incluem processos participativos, conferências e planos nacionais, como é o caso do Plano Nacional de Cultura (PNC).

Segundo as ausculta, a aproximação com empresas privadas pode também facilitar a ampliação do trabalho de Cultura de Paz na sociedade, através dos Pontos de Cultura.

Algumas propostas envolvendo a condição da mulher e do negro, aproximando a Cultura de Paz das classes “vítimizadas” podem ser destacadas, também visando a inclusão de crianças, adolescentes e jovens, através de oficinas, encontros e trabalhos que envolvam pedagogias da convivência. Outras seguem na direção do desenvolvimento de

valores na localidade: o diálogo interreligioso em Diadema, a proposta de humanização da Polícia do Rio de Janeiro etc. É importante dizer que Redes de Paz e Pontos de Cultura já atuam nestas vertentes que envolvem metodologias de não violência e diálogos interculturais visando a Cultura de Paz. É necessário criar Políticas Públicas que estimulem a convivência intercultural e a produção de valores - guias de ação e símbolos nas diversas ações públicas.

Uma proposta que o Pontão tem enfatizado é a da participação dos Pontos de Cultura nos Conselhos Legislativos (ativar o Conpaz – Conselho Parlamentar da Cultura de Paz do Estado de São Paulo) ou mesmo reativar ou criar Conselhos Municipais de Cultura de Paz. O Conselho Municipal de Cultura de Paz de Londrina é um bom exemplo para definição do lugar destas instituições na comunidade e na cidade. Os conselhos permitem um trabalho continuado de tomada de posições públicas, formação de agentes e de difusão de valores na sociedade.

É o momento da Cultura de Paz aproximar-se não apenas das redes de caráter universalista, mas das dinâmicas culturais, étnicas, territoriais, buscando traduzir conceitos gerais em metodologias de ação e comunicação, além dos valores para as mudanças necessárias. Conjuguar valores e atitudes, políticas públicas e metodologias de convivência, tomando como foco o território, é um dos grandes desafios das políticas públicas no momento de hoje; e certamente os Pontos de

Cultura poderão ser portadores dessa ação integrada, pela sua presença – de pertencimento, legitimidade, ação intercultural e atuação em rede.

A Cultura de Paz necessita adentrar os territórios realmente vulneráveis, criar metodologias e políticas que envolvam populações nesta condição, pois falar apenas no interior das redes não construirá culturas de baixo para cima que busquem as mudanças com o método da não violência .

É importante indicar que “combater a violência” não é a mesma coisa que “construir cultura de paz”. A cultura de paz é muito mais complexa, pois implica em definição de atitudes e ética que aproximem as mudanças individuais e coletivas, a unidade dos meios e dos fins, a criação de paradigmas de caráter educativo e político, a noção de potências positivas nos modos e estilos de vida e o mais vital protagonismo sustentado pela liberdade de criação cultural.

Participação e Cidadania

Várias foram as propostas dos Pontos de Cultura auscultados em relação à participação e cidadania. É consenso que a participação cidadã é essencial para os Pontos de Cultura, seja no seu território ou no campo das políticas públicas mais abrangentes. A atuação em rede, uma das propostas mais importantes do Programa Cultura Viva, é in-

Quando estamos falando de participação, pensamos num complexo participativo que parte da escuta do território, enraíza-se na localidade, desborda-se para a ação cultural propriamente dita, potencializa a criação artístico-cultural e ramifica-se na atuação coletiva, através das políticas públicas de cultura ou políticas sociais.

dissociável dos processos participativos locais ou nacionais. É a participação que qualifica a democracia cultural nos diversos espaços e potencializa o seu empoderamento e o protagonismo; sem ela essa construção fica comprometida e não existem condições de irradiar a sua potência. Quando estamos falando de participação, pensamos num complexo

participativo que parte da escuta do território, enraíza-se na localidade, desborda-se para a ação cultural propriamente dita, potencializa a criação artístico-cultural e ramifica-se na atuação coletiva, através das políticas públicas de cultura ou políticas sociais. Os Pontos têm uma ação quase sempre complexa em seu raio de atuação e a sua sobrevivência depende da sua ação cultural, da participação e da gestão em rede.

Das auscultas surgiram propostas concretas como a criação de um Conselho Comunitário de Educação e Cultura para atuação na Região Sul de São Paulo; a atuação em movimentos populares; conselhos de direitos envolvendo a comunidade para enfrentar temas como o da vio-

lência; políticas públicas que promovam a participação cidadã em aldeias indígenas (Aldeia Guarani, São Paulo) e políticas públicas urbanas em relação às Aldeias; apoio a conselhos comunitários dos bairros (Natal); ouvir as comunidades, mapear conflitos entre jovens para ação conjunta; potencializar espaços de referência para a cultura; fortalecimento de atores e parceiros locais para o desenvolvimento artístico; promoção de espaços para lazer e recreação nos morros; criação de centros comunitários de cultura (Porto Alegre); criação de fóruns de cidadania e direitos humanos nos Pontos de Cultura; direito à participação e informação nos meios de comunicação nacionais (Linguagem Brasileira de Sinais – Libras); criar espaços criativos

As redes são a materialização dinâmica da interculturalidade e do método de trabalho não apenas dos Pontos, mas dos novos movimentos sociais.

de cultura popular nas cidades; ocupar espaços públicos; participação em fóruns de direitos humanos, diversidade cultural, meio ambiente, educação e cultura; audiências públicas e conselhos de direitos humanos e conselhos de direitos municipais; a “escutação” dos governos locais, estaduais e nacionais, sobre arte, cultura, comunicação e cultura digital. A pressão sobre a administração pública para a elaboração de políticas públicas e o diálogo com governos (gestão compartilhada) também são caminhos indicados nas auscultas dos Pontos.

Intercâmbio e Redes

Potencializar as redes é condição *sine qua non* para a existência dos Pontos, é na relação com o outro que se dá o “desenvolvimento por aproximação” e a interculturalidade proposta pelo Programa Cultura Viva. Além de ser uma proposta contemporânea (Boaventura de Souza Santos diz que as cidades do futuro serão redópolis e não apenas pólis), sem as redes não é possível a construção da proposta de gestão fundamental do Programa, a gestão compartilhada. As redes são a materialização dinâmica da interculturalidade e do método de trabalho não apenas dos Pontos, mas dos novos movimentos sociais. Os Pontos reputam como condição vital para a troca e o enriquecimento cultural o estímulo ao intercâmbio entre Pontos da mesma região e de regiões diversas, e interestaduais.

A articulação da rede para o empoderamento local, mas também para a promoção de eventos, encontros, intercâmbios, trocas entre coletivos de jovens, ações de cultura e cidadania nos Pontos. Os Pontos, de uma maneira geral, propõem potencializar diálogos interculturais e trocas de experiências entre práticas sociais de diversas regiões. Isso poderá possibilitar a ampliação da ação dos Pontos de Cultura para uma intervenção ainda mais ampla na comunidade e na sociedade. A sua proposta de interculturalidade entre Pontos se viabiliza pela ação em redes. A Comissão Nacional dos Pontos de Cultura e algumas comissões

estaduais têm fortalecido as redes nacionais e locais, as Teias (nacional, estadual e regional) - lugar de encontro das redes. As Teias têm se constituído como lugar fundamental de trocas e de articulação política e cultural do Programa, mas a articulação e intercâmbio entre Pontos ainda é tímida por carência de recursos específicos para esta ação.

Comunicação

Os Pontos de Cultura são pequenas mídias que anunciam conteúdos criativos na localidade, aumentam seu raio de ação ao trabalhar em rede ou potencializar sua informação através de novas tecnologias. De um lado, têm uma ação presencial frente a públicos diversos, de outro alcançam segmentos da diversidade através de suas ações em rede. A combinação das tecnologias de aprendizagem e convivência com as tecnologias de comunicação e informação (TIC e TAC propostas pelo antropólogo Tião Rocha) dão um sentido vivo e peculiar aos Pontos de Cultura como pontos de comunicação com o território. Comunicação online, rádios comunitárias, blogs e sites, filmes, participação na TV povoam o universo comunicacional e combinam-se em interação direta com a comunidade: ocupação de lugares públicos (“Papo de Subida” e “Conversa de Escada” levada pelo Ponto Campus Avançado no Rio de Janeiro ou atividades de teatro de rua levada pelo Instituto Pombas

Urbanas, ou as auscultas socioculturais do Pontão de Convivência e Cultura de Paz) e nas manifestações locais ou da Teia.

No entanto, ainda existem muitos desafios para a comunicação, alguns deles apontados pela ausculta sociocultural: implementar a cultura digital em todos os Pontos de Cultura; capacitar Pontos e criar infraestrutura para a inclusão digital e potencializar o trabalho em rede; atuar de forma ampla nas rádios comunitárias; participar da mídia nacional de forma mais ampliada. Algumas dessas propostas poderão se viabilizar com a aprovação da Lei de Democratização dos Meios de Comunicação, em trâmite no Congresso Nacional. No entanto, políticas de comunicação que incluam os Pontos de Cultura podem ampliar a relação entre os Pontos e destes com a sociedade. Linhas de capacitação envolvendo processos de comunicação podem ser apoiadas amplamente pelas políticas públicas. Embora os Pontos recebam o kit digital, grande parte ainda não sabe operar, o que implica em criar condições tanto de infraestrutura como de capacitação. As políticas públicas de comunicação poderão abrir espaço para uma maior presença dos Pontos de Cultura na mídia nacional.

Ocupação de Lugares Públicos

Os Pontos de Cultura têm se caracterizado por multiplicar suas ações fora dos “templos tradicionais” da cultura (o centro cultural, a

biblioteca, a casa de cultura, o museu etc). Apresentar-se publicamente interagindo com a população está presente na vida dos Pontos e Pontões. Assim temos o CEDECA com seus grafiteiros, o Tá na Rua e Pombas Urbanas com atividades teatrais, a Caravana pela Paz, com atividades em espaços públicos e abertos difundindo valores e conhecimentos, o Coco de Umbigada, em Olinda, realizando suas manifestações culturais em lugares públicos. Estas poéticas nos lugares públicos ampliam o raio de ação dos Pontos e encantam a cidade; uma das características importantes do Programa Cultura Viva: o encantamento. Por outro lado, desempenham papel educativo ao envolver a população em soluções de problemas concretos do dia a dia como o Teatro do Oprimido, ou mesmo denunciar situações de violência.

Maria Lúcia Montes aponta a importância da Arte no contexto público: “A arte no contexto comunitário cria um outro sentido de pertencimento... fazendo com que a coletividade participe do processo de criação.” (Revista Pólis, 33, 1999, *Desenvolver-se com Arte*). A arte-cultura contextualizada nestes espaços podem contribuir para processos de desenvolvimento cultural: tanto sensibilizando as pessoas para outros olhares que não a embrutecida vida cotidiana das cidades, como para a formação de valores, ou mesmo para despertar o interesse pela arte em grandes coletivos.

Os Pontos de Cultura sugerem a ampliação dessa ocupação dos lugares públicos: o apoio do poder público para multiplicar o trabalho

teatral; a abertura dos espaços públicos para o entretenimento, lazer e ações culturais; sair do espaço consagrado e ir para a cidade; os jovens do Hip Hop, Teatro, Dança irem para a rua e mostrarem o que fazem de melhor, ocupando e vitalizando os espaços; a abertura de escolas para as atividades culturais. Isso poderia sugerir linhas de políticas públicas voltadas para o fortalecimento cultural dos espaços e lugares públicos, editais, prêmios, programas e outros instrumentos de políticas urbanas que articulem cultura e educação, visando transformar com arte o cotidiano da cidade, a exemplo do que já acontece com a arte pública nas metrópoles de todo o mundo.

Cultura e Desenvolvimento Urbano Sustentável

O protagonismo dos Pontos de Cultura não está limitado à arte ou às manifestações culturais dos diversos grupos. A construção dos Pontos como sujeitos envolve um complexo maior de ações e diálogos no interior do território que implica em outras participações e políticas que não as estritamente culturais. Muitos Pontos de Cultura atuam em rede e trabalham um conjunto de direitos sobre a moradia, mobilidade urbana, saúde, educação, meios de comunicação, cultura de paz e ações contra a violência ou pela liberdade de manifestação e expressão nos lugares públicos. Alargar o raio de atuação da cultura adentrando os valores e

diálogos e intervenções mais amplas no território tem caracterizado hoje os grupos culturais nesse processo de “culturalização do país”. Muitos grupos culturais movem-se num espaço que parte da sua arte, mas também desenvolvem críticas às políticas públicas e propostas de participação mais ativa no desenvolvimento cultural entendido como modos de vida da comunidade.

Célio Turino deixa claro em suas falas que os Pontos de Cultura não são apenas um conceito genérico de economia da cultura, de cidadania cultural e da dimensão simbólica da cultura das artes: são lugares vitais,

Os Pontos de Cultura têm se caracterizado por multiplicar suas ações fora dos ‘templos tradicionais’ da cultura (o centro cultural, a biblioteca, a casa de cultura, o museu etc).

onde a vida circula em todas as suas dimensões. Um ponto é uma energia em expansão, na medida em que exerce o seu protagonismo e enfrenta-se com as limitações impostas pela sociedade e pelo Estado. Desta

forma, há uma tendência a preocupar-se com a totalidade dos fazeres culturais e dos modos de vida, e entrar em interação com os poderes públicos e suas políticas para a localidade. Enquanto a realidade é vista de forma fragmentada - economia, sociedade, cultura, política, saúde etc, o Ponto, por sua vez, recupera uma determinada totalidade da vida. Como pensar no terreno sem pensar na alimentação ou na religiosidade

destes segmentos? Como pensar no Jongo como manifestação ancestral sem pensar na condição de vida dos seus integrantes, alguns deles vivendo dificuldades para a reprodução da vida? Um Ponto de Cultura é uma totalidade e, desta forma, a sua sustentabilidade social, ambiental e cultural está em questão.

Os Pontos auscultados propõem uma conversa maior com a cidade, com o entorno, como é o caso dos índios guaranis de São Paulo que necessitam um maior reconhecimento por parte da cidade e respeito às suas tradições. O Ponto Argonautas Ambientalistas, do Pará, propõe que se compreendam as singularidades e as diferenças étnico-raciais dos povos que compõem o Norte do Brasil, suas dinâmicas próprias. Outras sugestões vão no sentido de integração com o SESC, através de parcerias com Pontos de Cultura que possibilitem gratuidade na matrícula, abertura para realização de eventos de grupos locais, gratuidade ou preços diferenciados para os jovens dos Pontos nos equipamentos do SESC etc. Em relação às políticas de saúde, propõe-se a criação de programas para jovens que incluam prevenção à violência, cuidados com a saúde, saúde sexual e reprodutiva etc. O transporte público também é citado. Um dos grandes problemas para a mobilidade cultural é o deslocamento urbano.

As políticas públicas necessitam sustentar atividades com vale-transporte ou vale-cultura, já pensado pelo legislativo de algumas cidades

e aprovado pelo Congresso Nacional, em fase de implementação. Políticas de transporte que possibilitem o deslocamento destes jovens, ciclovias nas cidades, podem facilitar o acesso à cultura não apenas nos Pontos, mas de forma abrangente. A presença dos Pontos nas escolas, já desenvolvido pela Escola Viva, também é apontado como caminho de integração dos Pontos com as escolas. A construção de mais espaços de lazer também é sugerida pelos Pontos. Outras ideias completam o quadro: criação de cursos profissionalizantes para jovens e adultos, projetos socioeducativos que atendam crianças de zero a cinco anos; o turismo comunitário e uma maior integração com a escola pública para a realização de um trabalho sócio-educativo-cultural.

As diversas propostas demonstram que as demandas são grandes, além da cultura *stricto sensu*, o que indica uma compreensão mais larga do trabalho desenvolvido e de suas necessidades; de outro lado indica que a transversalidade da cultura e do Programa Cultura Viva ainda não é um fato. Logo, a centralidade da cultura ainda é um discurso social pouco efetivo, embora incomparavelmente maior que a dos tempos da “cultura como bom negócio”, que caracterizou a gestão cultural do MinC até o início dos anos 2000. A articulação do Programa com os governos locais para a implantação de novos Pontos, a construção do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e a implementação do Plano Nacional de Cultura (PNC) poderão dar fôlego ao Programa Cultura Viva, mas

ainda é pouco frente ao entendimento dos Pontos como lugares vitais que dialogam em rede, a partir da cultura, com as várias dimensões da sociedade e, portanto, com novos paradigmas de sustentabilidade.

Desafios

Não há dúvida que a continuidade do sucesso do Programa Cultura Viva envolverá uma série de fatores. A sua transformação em política de Estado, fazendo com que os próximos governos implementem o projeto. Mas isso não basta, já se observou em outras localidades projetos que continuaram de forma burocratizada, embora reconhecidos pela gestão como políticas públicas. Os Pontos de Cultura como pontos vitais estão na razão direta da implementação de alguns princípios básicos, constitutivos do próprio “espírito” do Programa:

- *autonomia* dos Pontos: sua ação a partir do reconhecimento de seus conceitos, práticas, prioridades, soberania de ação, identificação de necessidades etc.
- o *empoderamento*: sua ação política livre, reconhecida como legítima, respeitada, compartilhada com atores sem hierarquias de saber ou de poder etc.
- *protagonismo*: a sua existência vital no território, a sua condição de ator na apropriação de políticas públicas e de mudança dos modos de vida.
- a *gestão compartilhada* entre os diversos Pontos e na sua relação com o poder público.

Nesse sentido, será necessária uma ação política ativa da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPc) e de suas comissões Estaduais, no sentido de aperfeiçoar o programa e ter uma presença positiva que estimule, além da expressão cultural dos Pontos, uma ação política consistente. Linhas de apoio para gestão compartilhada devem ser pensadas pelo Programa.

Em relação ao Programa vive-se um grande desafio no momento estudado: a gestão ainda é lenta, burocrática, insuficiente: os funcionários do programa são poucos em relação aos Pontos, a burocracia ainda não está formada para o processo vital desencadeado pelos Pontos, a interculturalidade e a transversalidade no programa ainda é pequena; os diálogos com outros programas do MinC ainda são segmentados e pouco integrados nas dinâmicas do MinC. Por parte dos gestores ainda há uma compreensão limitada da grandeza e das implicações da proposta, como uma política de Estado. Mais: a compreensão de que se trata de uma proposta que incorpora elementos vitais de valor civilizatório, muito além de um programa datado e localizado. Qual o seu lugar no Sistema Nacional de Cultura? Qual o seu lugar no Plano Nacional de Cultura? Durante nossa pesquisa, em 2009, identificamos que outros fatores de ordem operacional evidenciados têm prejudicado o andamento do programa: demora na renovação do convênio, atraso nas transferências de recursos, demora nas respostas em mudanças

dos Planos de Trabalho, sistema de prestação de contas pouco ágil. A própria rigidez do edital – não desenhado para um programa dessa natureza – dificulta a eficácia do trabalho e da proposta.

Assim, mudanças são urgentes para que o programa não comprometa o seu sucesso. Os Pontos auscultados preocupam-se com a permanência do Programa, – o mais relevante das políticas públicas de cultura da contemporaneidade brasileira –, conceitualmente o mais completo e afinado com as transições culturais do mundo atual. Estas são questões vitais para a convivência entre os Pontos e destes com o poder público.

Do ponto de vista da Cultura de Paz será necessário um trabalho mais amplo e um diálogo maior com as redes e com o território e a sua inclusão definitiva no Programa e no rol das Políticas públicas do país.

O Pontão de Convivência e Cultura de Paz do Instituto Pólis propõe o Prêmio Cultura de Paz no Programa Cultura Viva, visando apoiar experiências inovadoras que estimulem valores, metodologias e tecnologias socioculturais e políticas públicas que fortaleçam a cultura de paz em territórios de vulnerabilidade social ou em redes de multiplicadores, em todo o território nacional.

HAMILTON FARIA é Coordenador do Instituto Pólis e do Pontão de Convivência e Cultura de Paz, Poeta e Professor Universitário.



Interculturalidade e Cultura da Paz

Pedro Benjamim Garcia

A interculturalidade define a integração entre diferentes culturas que, em suas mútuas referências e possíveis incorporações (de uma pela outra), mantém a diversidade.

Quando mencionamos “diferentes culturas” o que se impõe, de imediato, é a questão da identidade: quem eu sou e quem é o outro. Quem sou não é uma questão de fácil resposta. Severino, personagem do poema de João Cabral de Melo Neto (1977), tem dificuldade em se diferenciar de outros “severinos”, em emergir enquanto sujeito. Começa enunciando o seu nome, mas são tantos severinos, “iguais em tudo na vida”, que o Severino do poema se apresenta como o sujeito “que em vossa presença emigra”. Única maneira de afirmar quem é, de se impor ao leitor.

Já Fernando Pessoa teve que se reinventar em outros poetas para contemplar a sua multiplicidade, origem dos heterônimos Álvaro de Campos, Ricardo Reis, Alberto Caeiro – “outros” poetas com estilos e maneiras de escrever particulares.

Saindo da literatura, Agnes Heller, segundo Zygmunt Bauman, “se queixou que, sendo mulher, húngara, judia, norte-americana e filósofa, estava sobrecarregada de identidades demais para uma só pessoa” (BAUMAN, 2005, p. 19).

O fato de termos múltiplas identidades, que vão se metamorfoseando no tempo, não impede de nos distinguirmos do outro, que é quem, em última análise, nos forma (pela diferença) como sujeito.

Quem é o outro? Como me relacionar com ele? O outro me ameaça? O outro aumenta meu potencial criativo? São algumas questões que surgem desta relação que, queiramos ou não, se impõe socialmente.

Outro aspecto que temos que levar em conta quando falamos em interculturalidade é o etnocentrismo: a postura de julgarmos que somos o metro universal que tudo mede a partir de nosso olhar. Trata-se de um difícil exercício perceber o outro nos seus próprios termos, a partir de seus sistemas de referência e de valores. É necessário escutá-lo, compreender sua lógica, seus argumentos. Abrir espaço para que o outro fale a sua linguagem, não apenas verbalmente, mas através da arte: música, fotografia, circo, dança etc.

Ao falarmos em interculturalidade podemos iniciar olhando a nós mesmos, ao nosso país com tantas diferenças culturais e desigualdades. É uma pergunta se impõe: é possível evitar que a diferença se inscreva como desigualdade? Como trabalhar a questão do poder de forma a equilibrar o que é tão desigual?

Às vezes se busca a cara do brasileiro. Como em uma cédula de dinheiro, creio que dos anos 90, elaborada por Aluísio Magalhães, que aproximava as faces do índio, do negro e do branco em uma única face. Não creio nesta unidade nem acho que devemos buscá-la. A nossa riqueza reside na diversidade de várias faces, que devem ser preservadas através de conflitos e conciliações, na busca de uma sociedade mais justa. É a experiência da alteridade que nos leva a nos reconhecermos uns nos outros.

Isto posto passo para a cultura da paz e pergunto: qual o elo, qual a linguagem que podemos utilizar para promover a cultura da paz?

Buscando responder a esta questão espinhosa e complexa penso na arte mediada pela educação.

Por que arte? Porque a arte, como linguagem universal, que não necessita de um código único para ser apreciada, possibilita a aproximação daqueles que não participam de uma mesma cultura.

Por que educação? Porque a educação, como projeto de formação, é o pressuposto de qualquer mudança em um universo que balança entre Eros e Tântatos.

Por que cultura da paz? Porque a cultura da paz é um objetivo a ser alcançado em um mundo que se debate na violência que ameaça a vida no planeta.

O campo da arte – que estamos privilegiando – é vasto e implica inúmeras conceituações, assim como o papel do artista.

Parece ser consensual que a crise que atravessamos não é apenas econômica, política, social e cultural. Trata-se de algo bem maior, trata-se de uma crise civilizatória.

E a arte nisto? Segundo Kolakowski “a arte é um modo de perdoar a maldade e o caos do mundo”. Perdoar, prossegue este pensador polonês, não significa reconciliar-se com o mal e tampouco justificá-lo.

Perdoar tem outro sentido. A arte organiza as percepções com respeito ao mundo do mau e do caótico, introduzindo a compreensão da vida de maneira tal que a presença do mal e do caos se converte na possibilidade de minha iniciativa com respeito ao mundo, que leva em si mesmo o seu próprio bem e o seu próprio mal. Para que possa ser assim, a arte deve descobrir no mundo o que sua aparência não proporciona, ou seja, o encanto secreto de sua feiura, a deformação oculta de sua graça, o ridículo de sua elevação, a pobreza do luxo e o custo da pobreza; em uma palavra: deve descobrir todas as fibras secretas sufocadas pelas qualidades empíricas e que as convertem em partículas de nosso fracasso ou de nosso orgulho (KOLAKOWSKI, 1972, p. 33).

...aprender a conviver. O que significa o reconhecimento da diversidade e o respeito aos valores do pluralismo. A escola e os diversos espaços educativos precisam criar condições para reconhecer e dialogar com as diferenças.

Este é um ângulo possível para decodificar um dos sentidos da arte. Interessante, nesta reflexão, é que a arte atravessa o sentido do humano de uma outra forma, permitindo desvelar “fibras secretas sufocadas pelas qualidades empíricas”.

Além disso, a arte nos fornece uma linguagem mais isenta de particularismos, uma linguagem mais universal. E hoje, mais do que nunca, necessitamos de uma linguagem. Porque, como nos diz Elie Wiesel, “quando a linguagem fracassa é a violência que a substitui. A violência é a linguagem daquele que não se exprime mais pela palavra” (WIESEL, 1998, p. 7).

Esta a razão pela qual é necessário restaurar a potência criadora da linguagem. Para Calvino, o “justo emprego da linguagem permite o aproximar-se das coisas (presentes ou ausentes) com discrição, atenção e cautela, respeitando o que as coisas (presentes ou ausentes) comunicam sem o recurso das palavras” (CALVINO, 1998, p. 90 e 91).

Através da criação, da arte, talvez se propicie novamente esse encontro do homem com a linguagem. Neste sentido, é importante reafirmar que arte e criação não se encontram apenas nesta figura recentemente

criada, o artista, mas no homem em sua plenitude. Para isso, é necessário virar o mundo de cabeça para baixo. Inverter a proposição de que ser é ter. Buscar o lúdico no cotidiano. Olhar o mundo com espanto. O espanto de estar vivo, tão misterioso quanto o não-ser.

Seguindo esta linha de reflexão podemos imaginar uma concepção de cultura da paz através da arte tendo, como ação, um processo educativo que pode ser abordado sob vários ângulos, um deles – que nos interessa particularmente neste texto – é aprender a conviver. O que significa o reconhecimento da diversidade e o respeito aos valores do pluralismo. A escola e os diversos espaços educativos precisam criar condições para reconhecer e dialogar com as diferenças.

Entendemos como cultura de paz a consciência permanente de valores da não violência. O que não significa eliminar os conflitos, mas tentar resolvê-los através da não violência, o que contraria os paradigmas que dão sustentação ao atual modelo civilizatório.

Ninguém melhor do que Mahatma Gandhi para exprimir o sentido da cultura da paz, que não significa passividade nem renúncia à luta contra o mal. Recusando o preceito do “olho por olho, dente por dente”, ele inverte este processo, que eterniza a violência, por uma atitude exemplar de não violência. Uma outra forma de luta, mais ativa na busca da paz, e mais difícil de conceber em uma sociedade que cultua a violência e a vê como uma forma de dirimir conflitos pela lei do mais forte.

Finalizando e sintetizando o que dissemos até agora:

- a interculturalidade define a integração entre diferentes culturas;
- a identidade não é estática e permanente, mas mutável no tempo;
- o etnocentrismo impede vermos o outro dentro de suas características culturais;
- a diferença vista como desigualdade (a questão das relações de poder);
- a arte como linguagem, através da educação, como caminho para a cultura da paz;
- a cultura da paz como a consciência permanente dos valores da não violência (o que não significa a eliminação dos conflitos).

Cada um destes pontos merece amplo debate. Em um texto tão pequeno fica o convite para transformá-los em agenda para um encontro em que possam ser aprofundados.

(Nota) Severino – personagem principal do poema de João Cabral de Melo Neto – tem dificuldade em se diferenciar de outros severinos, em emergir enquanto sujeito. Relembrando:

*O meu nome é Severino
não tenbo outro de pia.
Como há muitos Severinos
que é santo de romaria,
deram então de me chamar*

*Severino de Maria;
Como há muitos Severinos
com mães chamadas Maria,
fiquei sendo o da Maria
do finado Zacarias.*

*Mas isso ainda diz pouco:
há muitos na freguesia,
por causa de um coronel
que se chamon Zacarias
e que foi o mais antigo
senhor desta sesmaria.*

*Como então dizer quem fala
ora a Vossas Senhorias?
Vejam: é o Severino
da Maria do Zacarias,
lá da serra da Costela,
limites da Paraíba.*

*Mas isso ainda diz pouco:
se ao menos mais cinco havia
com nome de Severino
filhos de tantas Marias
mulheres de outros tantos,*

*já finados, Zacarias,
vivendo na mesma serra
magra e ossuda em que eu vivia.
Somos muitos Severinos
iguais em tudo na vida:
na mesma cabeça grande
que a custo se equilibra,
no mesmo ventre crescido
sobre as mesmas pernas finas,
e iguais também porque o sangue
que usamos tem pouca tinta.
E se somos Severinos
iguais em tudo na vida,
morremos de morte igual,
mesma morte severina:
que é a morte de que se morre
de velhice antes dos trinta,
de emboscada antes dos vinte,
de fome um pouco por dia
(de fraqueza e de doença
é que a morte severina
ataca em qualquer idade,*

e até gente não nascida).
Somos muitos Severinos
iguais em tudo e na sina:
a de abrandar estas pedras
suando-se muito em cima,
a de tentar despertar
terra sempre mais extinta,
a de querer arrancar
algum roçado da cinza.
Mas, para que me conheçam
melhor Vossas Senhorias
e melhor possam seguir
a história da minha vida,
passo a ser o Severino
que em vossa presença emigra.
(NETO, 1977)

PEDRO BENJAMIM GARCIA é Poeta, Doutor em Antropologia Social (Museu Nacional/UFRJ), Pesquisador do Laboratório de Estudos da Linguagem, Leitura, Escrita e Educação da UFRJ.

Bibliografia

- BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- CALVINO, I. **Seis propostas para o próximo milênio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- KOLAKOWSKI, L. **A presença do mito**. Brasília: Editora da Universidade Brasília, 1972.
- NETO, J. C. de M. **Morte e vida Severina**. *In* Serial e antes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- WIESEL, E. Prefácio. *In* **A intolerância**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.



Políticas Públicas e Educação para a Paz

Martha Lemos

A consciência do mundo e a consciência de si como ser inacabado necessariamente inscrevem o ser consciente de sua inconclusão num permanente movimento de busca. (Paulo Freire)

Ações Afirmativas de Cultura de Paz e Convivência

Esse texto é fruto de uma reflexão elaborada por mim e traz informações/dados construídos pela equipe do *Pontão de Convivência e Cultura de Paz* do Instituto Pólis, na contribuição coletiva da produção de conhecimento da área de desenvolvimento cultural, em diálogo constante com a Rede de Cultura de Paz nacional e os Pontos de Cultura do Programa Cultura Viva/MinC. Início, portanto, essa apreciação,

conversação, diálogo possível, recuperando a memória e o registro histórico do início das atividades do Pontão, em meados de 2008. Estabelecido o planejamento das ações para efetivar um mapeamento sociocultural nos Pontos de Cultura do Brasil, a equipe de educadores do Pontão empreendeu a tarefa de realizar 20 Rodas de Convivência, denominadas *Auscultas Socioculturais* no território nacional, perfazendo algumas regiões e linguagens culturais brasileiras.

Assumimos como significado dessa experiência, o fato de que “auscultar” é conhecer o conteúdo de determinado organismo, ouvir os ruídos internos, escutar o coração. É uma artemetodologia utilizada quando ministramos as Rodas de Convivência e Cultura de Paz¹, que são destinadas a ações e públicos diversos. As *Auscultas Socioculturais*² modificaram o nosso olhar sobre a população e os participantes e aguçaram a nossa percepção sobre suas possibilidades e limites de ação, visões de mundo, formas de atuação, espaços de sociabilidade, redes de pertencimento, realidades sensíveis e poéticas, desejos e sonhos. Através das auscultas, foi possível identificar maneiras para colaborar na criação de ações socioeducativas-culturais e propostas de melhoria para a convivência. Trabalhamos as questões emergentes das populações em relação às mudanças e aos novos desafios cotidianos, observamos dinâmicas e condições de existência, a função cidadã e dos diferentes papéis que cada um pode assumir no cuidado com a cidade e a cidadania,

na busca da responsabilidade ética, nos seus relacionamentos grupais e comunitários, dentro e fora dos Pontos de Cultura.

Dessa forma, as Rodas de Convivência, ou Ausculta Socioculturais, possibilitaram o

fortalecimento de redes de cidadania, da periferia ao centro de algumas cidades do Brasil. Entre agosto de 2008 a abril de 2009 foram realizadas oito ausculta em São Paulo: Guarulhos, Diadema e capital; três no Rio de Janeiro: Niterói e capital; em Brasília: Ceilândia/DF; no Rio Grande de Sul: Porto Alegre - Restinga; no Rio Grande do Norte: Natal; em Pernambuco: Olinda; no Pará: Belém do Pará; duas na Bahia: Lençóis e Feira de Santana; em Minas Gerais: Belo Horizonte; na Amazônia: Manaus. O público direto alcançado foi de, aproximadamente, 600 pessoas, representando 32 Pontos de Cultura nas 20 Rodas realizadas.

O público indireto chegou a 3000 pessoas num universo de 150 pontos presentes em nossas ações (nos estados, nas Teias – encontro de Pontos de Cultura, nas Bienais de Cultura, no Fórum Social Mundial). A partir da metodologia integradora e participativa das rodas, utilizando ferramentas inovadoras, investindo na responsabilidade cidadã e no desenvolvimento cultural, a ação do Pontão trouxe visibilidade às

Assumimos como significado dessa experiência, o fato de que ‘auscultar’ é conhecer o conteúdo de determinado organismo, ouvir os ruídos internos, escutar o coração.

necessidades locais e respostas a partir da própria comunidade, tornando visíveis talentos e habilidades (pessoais, grupais, institucionais) capazes de intervir de forma espontânea e criativa nas relações com e nas cidades, tendo como foco a cultura de convivência e a não violência.

Além disso, no decorrer desse processo, entre 2008 e 2013, o Pontão elaborou instrumentos de monitoramento e avaliação do projeto, capacitação de equipe e consultores; consolidação dos resultados da experiência das auscultas através de relatórios e indicadores de resultados, elaboração e realização de uma pesquisa quali/quantitativa na temática da Convivência e Cultura de Paz com Pontos de Cultura no Brasil – para uma análise dos olhares dos Pontos de Cultura em relação à Cultura de Paz; criou um banco de dados dos participantes das Rodas de Convivência (Auscultas Socioculturais) e de todas as pessoas que participaram das atividades propostas. Desenvolveu um website³, realizou Diálogos Interculturais e Sessões de Diálogo sobre temas variados da gestão, desenvolvimento e cidadania cultural. Promoveu um Encontro de Multiplicadores de Cultura de Paz, em junho de 2010, para promoção e capacitação de agentes de paz no território nacional, com 30 participantes de oito estados brasileiros.

Também foram realizados três Encontros Regionais de Multiplicadores de Convivência e Cultura de Paz nos estados da Bahia, Pará e Paraná, alcançando 150 pessoas em 2011. Também durante 2011,

realizou dois encontros de ocupação criativa dos espaços públicos com rodas de conversa e intervenções artístico-culturais nas ruas: APROPRIARTE – Conviver em Paz nas Cidades, primeira edição em junho, no Rio de Janeiro (Santa Teresa – Largo do Curvelo), e a segunda edição em agosto, em São Paulo (Praça da República). As ações foram mantidas mesmo diante de dificuldades burocráticas, financeiras e de ordem de implantação

das ações de não violência ativa. Chegamos a 2013 com a premissa de firmar novas parcerias, articular e fortalecer as redes de convivência e paz instituídas dentro e fora do Programa Cultura Viva. Em nosso horizonte, o Encontro Nacional Conviver em Paz

nas Cidades, com o tema *Cultura de Paz, Políticas Públicas e o Direito à Cidade*, que vem concluir o convênio estabelecido com o Ministério da Cultura durante esses anos e refeletir sobre novos desafios de sustentabilidade e ação cultural territorial.

O trabalho fortaleceu dinâmicas culturais e formação de redes de

O trabalho fortaleceu dinâmicas culturais e formação de redes de cultura de paz, difundiu a cultura da não violência em diversos lugares e promoveu o diálogo com o poder público na indicação de diretrizes e políticas públicas para a convivência e cultura de paz.

cultura de paz, difundiu a cultura da não violência em diversos lugares e promoveu o diálogo com o poder público na indicação de diretrizes e políticas públicas para a convivência e cultura de paz. Nossas atividades promoveram, sobretudo, espaços de participação e pertencimento apoiados por tecnologias socioculturais (para a convivência e cultura de paz), recepção e transmissão de informações, articulação de redes, estabelecimento de ideias. Também foram elaboradas propostas para o surgimento de uma cultura de convivência e paz pautada em práticas restaurativas, possibilitando o encontro de lideranças, grupos e indivíduos com vistas à socialização, o conhecimento e os saberes partilhados.

Entendemos por tecnologia sociocultural todo produto, técnica, método ou ação transformadora criada para potencializar a criação, a comunicação, a formação, a participação da coletividade e a decisão sobre fazeres culturais, que busquem resolver carências socioculturais e tenham apropriações culturais criativas e de impacto sobre as comunidades e territórios. As tecnologias socioculturais podem nascer em vários meios ou segmentos: nas ruas, nas comunidades, nos meios acadêmicos e científicos, a partir de saberes eruditos ou populares, desde que sirvam para a preservação e a defesa do patrimônio material e imaterial de uma dada comunidade. Geralmente a simplicidade e a criatividade coletiva, e os elementos da diversidade e dos saberes locais

são elementos formadores das tecnologias sociais. E, desta forma, são sempre tecnologias de aprendizagem e convivência.

Políticas Públicas para a Convivência e Cultura de Paz

Não quero que minha casa seja cercada por muros de todos os lados e que as minhas janelas estejam tapadas. Quero que as culturas de todos os povos andem pela minha casa com o máximo de liberdade possível. (Mahatma Gandhi)

A Unesco recomenda, em suas orientações sobre a livre participação na vida cultural, o aumento das oportunidades de diálogo com a população, a compreensão e o fluxo contínuo de ideias e o apoio mútuo; indicadores possíveis dos direitos humanos sociais e culturais. Também define Cultura de Paz como o conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e modos de vida fundados sobre vários aspectos, como, por exemplo, o respeito à vida, ao princípio de soberania, aos direitos humanos, à promoção de igualdade entre homens e mulheres e à liberdade de expressão; o compromisso de resolver pacificamente os conflitos; os esforços desenvolvidos para responder às necessidades planetárias; a promoção do desenvolvimento dos e entre os povos (MILANI, 2003).

O conceito de Cultura da Paz é um conceito em construção e suas

concepções são transformadas de acordo com os contextos socioeconômicos e culturais das sociedades. Esta ideia tem sido desenvolvida há tempos e é proposta com maior ênfase desde as celebrações do 50º ano da Declaração dos Direitos Humanos, em 1999. Nesse momento, um grupo de laureados do Prêmio Nobel da Paz redigiu o Manifesto 2000⁴, com o intuito de criar um senso de responsabilidade global que incentiva o diálogo, valores e princípios humanos, o fortalecimento e capacitação de agentes para a paz. Alguns pressupostos e diretrizes para a efetivação e desenvolvimento da cultura de paz são, portanto:

- O Manifesto 2000 da UNESCO, que integra seis compromissos – Respeitar a Vida, Rejeitar a Violência, Ser Generoso, Ouvir para Compreender, Preservar o Planeta e Redescobrir a Solidariedade.
- Os Quatro Pilares da Educação do Futuro – *Aprender a Conhecer, Aprender a Fazer, Aprender a Viver Junto e Aprender a Ser.*
- Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU)
- Declaração do Parlamento das Religiões do Mundo.
- Carta da Terra (Comissão Carta da Terra/ONU).
- Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (Unesco).
- Declaração de Sevilha sobre a Violência (Unesco).
- Carta das Responsabilidades dos Artistas (Instituto Pólis)
- Carta das Responsabilidades Humanas (Aliança por um Mundo Responsável, Plural e Solidário).

- Documentos de Reflexão e Ação da Associação Palas Athena.
- Os Princípios Norteadores das Práticas Restaurativas de Resolução de Conflitos.
- Documentos do Fórum Intermunicipal de Cultura.
- Concepção das Auscultações Sociais dos Barracões Culturais da Cidadania.

A Construção de Diálogo – Compartilhar Significados

Em consonância com esses pressupostos é que o Instituto Pólis, por meio do Pontão de Convivência e Cultura de Paz, desenvolve o trabalho de escuta e indicações de políticas socioculturais, fortalecendo a sociedade civil e articulando os Pontos de Cultura nacionais. O Pólis afirma sua identidade a partir da relação democrática e participativa nas cidades e atuação no campo das políticas públicas e do desenvolvimento local. A cidadania, como conquista democrática, é o eixo articulador de sua intervenção dirigida à construção de cidades justas, sustentáveis e democráticas. O trabalho do Pontão dialoga com essa premissa e se propõe a favorecer o fortalecimento da sociedade civil através de parcerias e conexões com as redes de cultura de paz no território nacional e internacional. Os mapeamentos socioculturais⁵ realizados no território possibilitaram ampliar a prática democrática a partir do entendimento

do que é Cultura de Paz e a sua contribuição para a convivência, potencializando ações de não violência ativa em constante debate nos Pontos, Pontões, Comissões Estadual e Nacional do Programa Cultura Viva. Portanto, indicar e propor diretrizes, elaborar documentos e cartas propostas⁶, buscar aproximar o diálogo participativo entre Pontos de Cultura e o MinC, governos estaduais e municipais são desafios e propostas que estabelecemos e integramos para valorizar e ampliar as políticas públicas culturais no Brasil, América Latina e no cenário internacional.

Diante dessa iniciativa e projeto sociocultural, a Cultura de Paz passou a ser reconhecida no cenário nacional da política cultural, incluindo além da promoção e fortalecimento do trabalho em rede, ações de capacitação com formação de agentes culturais de não violência. Vale destacar as experiências vividas por Pontos de Cultura na resistência pacífica, enfrentamento da violência e da exclusão cultural, relatadas e acompanhadas como, por exemplo: em Pernambuco, Olinda – no Coco de Umbigada, intimidado pela polícia e impedido de realizar a festa do Coco, tradicional e ancestral na região; o Pé na Taba – Manaus, na defesa e garantia dos direitos das crianças e adolescentes; os Pontos do Rio de Janeiro que apoiam práticas de pacificação nos morros, em diálogo constante com lideranças comunitárias e oficinas socioculturais/ educação não formal nas comunidades; outras ações que priorizam en-

frentamento da exclusão tecnológica, fomento às rádios comunitárias, tvs comunitárias, projetos audiovisuais; Ação Griô Nacional; diversas práticas de promoção da cidadania e desenvolvimento cultural, reforçando a centralidade de uma ação contínua e ampliada para a Cultura de Paz, para os Direitos Humanos e para a Diversidade.

A promoção da paz nos Pontos de Cultura, comunidades, escolas, instituições, governos, outros setores da sociedade depende, em grande parte, do enfrentamento dos conflitos e da violência crescente no cenário urbano, nas pequenas e grandes cidades, de forma responsável, engajada e itinerante. Nesse sentido o papel das lideranças comunitárias, juventudes, atores sociais, educadores é fundamental nessa construção. Ações de formação e capacitação nesse âmbito têm sido um dos recursos para promoção das políticas públicas atuais em cultura de paz. Evidenciamos, portanto, a necessidade de criação de programas que integrem ações de não violência ativa nos diversos espaços culturais, educacionais e de convivência comunitária para além do Programa Cultura Viva.

Esses programas possibilitam a conceituação de valores, princípios, dinâmicas, referências em Direitos Humanos, bem como a prática sociocultural inovadora a partir das tecnologias socioculturais, tais como, a comunicação não violenta, a mediação de conflitos, a arte-transformação, arte-cultura e a educação para a paz. Podemos vislumbrar essa condição através de uma política libertária, igualitária, intercultural, plural,

dialógica, que revela em sua amplitude a riqueza e a diversidade cultural no país, os processos críticos e criativos, as potencialidades de uma sociedade que visa a inclusão social, cultural, educacional, através dos processos participativos e da consolidação efetiva da cidadania cultural. Essa construção deve estar pautada e firmada nas diretrizes do Plano Nacional de Cultura consolidado em junho de 2012, onde desenvolvimento sociocultural signifique avançar para a justiça social, equidade, transparência política, convivência com a diversidade, os fazeres e saberes populares, os valores e identidades plurais, o livre acesso aos bens culturais, a igualdade de oportunidades e a consciência socioambiental.

Educar para a Paz – Desafios e Propostas

A paz se aprende? A verdadeira viagem de descobrimento consiste não em procurar novas terras, mas ver com novos olhos. (Marcel Proust)

É possível identificar as referências e conceitos de Educação para a Paz a partir de diversos pontos de vista. A educação que visa valores e atitudes de não violência, respeito, solidariedade, aprendizado contínuo, existe desde sempre, é tão antiga quanto o mundo. Contudo, sua sistematização, organização e diretrizes solidificam-se no pós Segunda Guerra Mundial. O Histórico da Educação para a paz, como

conhecemos, compreende entre seus ícones e referências:

- O Movimento da Escola Nova – liderado por Maria Montessori (1870 – 1952) - acreditava que a educação é uma conquista da criança, pois percebeu que já nascemos com a capacidade de ensinar a nós mesmos, se nos forem dadas as condições.
- Fundação da UNESCO (ONU, 1945) com o objetivo de contribuir para a paz e segurança no mundo mediante a educação, a ciência, a cultura e as comunicações.
- A contribuição dos movimentos e ativistas comprometidos com a não violência – Gandhi (1896 – 1948); Vinoba (1895 – 1982); Lanza del Vasto (1901 – 1981); Martin Luther King (1929 – 1968).
- A proposta de Investigação para a Paz ou *Peace Research* – de Johan Galtung
- Atualmente, diversos autores e realizadores da cultura de paz mundial – Xesús Jares; Edgar Morin; Lia Diskin; J. P. Lederach; Jean-Marie Muller; Magnus Haavelsrud; Paulo Freire; Marcelo Rezende Guimarães (2003) entre outros.
- A abordagem filosófica proposta pela Associação Palas Athena no campo da cultura de paz é também um marco, no Brasil, de ações, formação e promoção da cultura da não violência. Através do

1 Esse histórico refere-se a uma palestra da professora Dra. Lia Diskin na Sessão de Diálogo do Instituto Pólis, em março de 2009, com o tema Educação e Cultura de Paz.

Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz (um programa da UNESCO), há 11 anos desenvolve atividades permanentes, inspirando e estimulando iniciativas que contribuem para a construção de um mundo justo, compassivo, sustentável e equânime para todos os que

Implementar a Cultura de Paz como tema transversal às políticas educacionais exige comprometimento, mobilização e articulação em todas as esferas das políticas nacionais para sua concretização.

nele vivem, para consolidar a autonomia nos cenários local e global, aliando o poder criativo do humano com o princípio da interdependência que sustenta a rede de vida⁷.

Em toda a construção de suas bases e propostas, o movimento de Educação para a Paz

buscou promover a integração das diferentes culturas para aprendermos a nos apoiar mutuamente; a olhar para o outro; a expressar compaixão e tolerância; a utilizar a criatividade e a expressão artística, a confiança, o respeito, a solidariedade, a cooperação no cotidiano. Implementar a Cultura de Paz como tema transversal às políticas educacionais exige comprometimento, mobilização e articulação em todas as esferas das políticas nacionais para sua concretização. Na perspectiva da atuação em rede e de forma interministerial, a ponte entre o Ministério da Educação e da Cultura é essencial, o desafio que se apresenta para avançarmos nessa prática conjunta.

Em nossos encontros, oficinas, vivências de capacitação, visamos a formação de multiplicadores em Educação Cultural para a Convivência e Cultura de Paz apoiados em três dimensões: a paz individual, a paz sociocultural e a paz ambiental. Durante o processo metodológico construtivo, trabalhamos os conceitos e valores de convivência e cultura de paz, diversidade e interculturalidade, cidadania cultural, sustentabilidade, territórios culturais, tecnologias de comunicação, mapeamentos socioculturais, artemetodologia das auscultas socioculturais, formação de redes, políticas públicas, poéticas da cultura. Dessa forma intencionamos possibilitar o diálogo, a construção simbólica no e do grupo, o desarmamento dos espíritos para a compreensão do outro e a conexão com propostas de mudança de atitudes e do território. Vale lembrar também que “educar para a paz” compreende todas as dimensões da vida humana, animal, planetária e cósmica, a paz a serviço de todos os seres do planeta. Portanto, a formação de homens e mulheres em relação direta e dialética com a paz é o que buscamos promover, inclusive a democratização pela tolerância que possibilita a coexistência em harmonia.

A paz se cria e se constrói nos momentos de superação de realidades sociais perversas e em constante enfrentamento das rivalidades, diferenças, crueldades das guerras que nós próprios fazemos em nome do poder, por uma leitura distorcida de mundo que nega a multiculturalidade e diversidade de todas as naturezas conhecidas. A educação pelo diálogo crítico, voltada

para a cultura de paz, desvela o mundo das injustiças, incentivando a colaboração, a tolerância com o diferente, o espírito de justiça e solidariedade.

Em linhas gerais podemos observar que a fundamentação da proposta de educação para a paz é, ao mesmo tempo, ampla e integrativa. Todas as considerações, estudos e produções científicas apontam para uma construção multidisciplinar e colaborativa onde o processo educativo contemple o caleidoscópio de possibilidades e abordagens que formam a cultura das instituições bem como de cada um que a compomos. A paz não significa ausência de conflito, antes, define-se como ausência de todo tipo de violência (direta, cultural, estrutural) e como presença de justiça social e das condições necessárias para que exista e impacte a convivência humana em todas as suas etapas. A importância do conflito para a convivência é o potencial transformador que carrega para ser resolvido e não apenas superado.

Educar para a Paz – Ampliando a Prática

Explicitamos, a seguir, duas experiências de formação em *Educação para a Paz e Convivência Cidadã* em ambientes de educação não formal e formal que trouxeram reflexões e desafios nesse campo. O objetivo foi construir propostas de paz envolvendo escolas, educadores, comunidade e facilitar a construção da convivência em ambientes conflituosos a partir dos princípios de respeito, confiança e solidarie-

dade. Segue o relato das ações e uma breve proposta de intervenção e abordagem na construção desse caminho plural e emergente que é Educar para a Paz.

Escola de Formação e Capacitação Profissional (EFCP) – Fundação CASA

A Equipe do Pontão de Convivência e Cultura de Paz realizou aulas durante o curso *Direitos Humanos e Jovens e Adolescentes em Conflito com a Lei*, do Projeto Formação em Direitos Humanos da Ação Educativa. O curso foi intitulado Cultura de Paz e Convivência e aconteceu nos dias 14 e 16 de Agosto de 2012. A parceria do Instituto Pólis com a Ação Educativa abriu canais de comunicação para ampliar os conceitos e práticas de Cultura de Paz. Dois grupos de diretores, coordenadores e funcionários de unidades mantiveram uma postura participativa dialógica. Os temas polêmicos foram acolhidos e encaminhados. Os encontros proporcionaram a reflexão, troca de experiências, exposições dialogadas e vivências do método.

Desafios apresentados: olhar para o cenário e conjunto de questões que propiciem um debate contínuo de Cultura de Paz a partir da EFCP e no ambiente de trabalho. Observar novos conceitos/práticas e possibilidades: valores, princípios, educação para a paz, políticas públicas, identidade, outros modos de vida.

Após uma apreciação dos encontros, as turmas destacaram como proposta de continuidade: socializar nas demais unidades da Fundação

CASA o aprendizado adquirido; avançar na proposta de mediação de conflitos através do método ação-reflexão-ação nas equipes de trabalho; construir uma agenda comum para fortalecer o papel na gestão e execução de medidas socioeducativas que valorizem a desnaturalização da violência, a mudança de paradigmas e as metodologias compartilhadas considerando os limites de ação e a necessidade de desenvolvimento do papel profissional de cada um.

Roda de Convivência: Educar para a Paz na Escola Armando Cridey Righetti

O Pontão de Convivência e Cultura de Paz realizou, no dia 18 de outubro de 2012, a Roda de Convivência: “Educar Para a Paz” em comemoração da semana dos professores, na Escola Municipal Armando Cridey Righetti, que está situada no Itaim Paulista. Aproximadamente 40 pessoas participaram, entre educadores e inspetores de alunos, quatro pessoas da equipe Pontão e uma mãe da Associação de Pais e Mestres. O objetivo proposto inicialmente foi a sensibilização para os conceitos de cultura de paz, apresentação de recursos que facilitam a educação para a paz através dos oito Eixos de Cultura de Paz e do Manifesto 2000 da Unesco. O diálogo ampliou-se a partir dos exemplos trazidos à tona pela equipe do Pontão.

Durante o encontro foram abordadas questões para o convívio e dinâmica da vida escolar como o papel do educador na mediação de conflitos

que ocorrem no cotidiano das salas de aula, como agir para combater a violência com estratégias de “paz positiva” ou “paz negativa”. Numa atividade de mediação de conflitos os professores dividiram-se em grupos e passaram pela experiência de colocarem-se no papel do aluno, do coordenador ou do próprio professor, tendo assim outro ponto de vista e desencadeando uma série de sentimentos que habitualmente não expressam.

Desafios surgidos: lidar com o aluno como vítima ou causador de *bullying* e do preconceito, bem como seus direitos como cidadão e deveres dentro de um ambiente de ensino. O papel do educador na mediação dos conflitos – estresse e necessidade de recursos para lidar com conflitos diversos. Mudança de parâmetros de avaliação, inclusão, participação e metodologias pedagógicas.

Propostas: Continuidade em encontros de formação e sensibilização dos educadores para com o tema, reflexão conjunta sobre o ambiente escolar e a cultura da não violência. Aproximação com a coordenação que indicou a possibilidade de um retorno da equipe do Pontão para tratar o tema com os pais da comunidade.

Conclusão

Concluindo, consideramos que a experiência mostra que este caminho não se constrói com discursos bem alinhavados ou mesmo com políticas públicas elaboradas. Há a necessidade de trabalhar a criatividade, a autoestima, os saberes das comunidades e construir outras referências e alternativas para a vida. Neste sentido a arte ganha importância com a capacidade de mobilização e de impulso para a construção da cidadania. A arte forma comunidades de emoção, é convergente, enfatiza a coesão e não o conflito, dessa forma pode contribuir para

estimular a paz nas escolas e outros espaços, paz com arte.

Há a necessidade de trabalhar a criatividade, a autoestima, os saberes das comunidades e construir outras referências e alternativas para a vida.

Assim, a proposta metodológica criada pelo Pontão se apresenta de forma participativa, vivencial, coletiva, visa à produção de conhecimento e

troca de experiências a partir de círculos restaurativos e mediação de conflitos. Possibilita a compreensão de onde os participantes estão inseridos, dos grupos socioculturais, sua atuação e relações subjetivas, seus espaços de vivência - convivência e mudança, mapeando conflitos existentes e espaços de resolução. Sugere a transformação da Cultura de Convivência e Paz em objeto de políticas públicas. Para tanto, são utilizados métodos

do diagnóstico participativo, tais como, grupo focal, escuta sociocultural e rodas de conversa. Desenvolve os seguintes processos: participação cidadã em processos de promoção da paz e resolução de conflitos; ação/reflexão/ação para as medidas socioculturais e educacionais na mediação de conflitos; prática criativa como ação transformadora.

Diante dessas contribuições e considerações, partindo da premissa de que a violência não é inerente ao ser humano, podemos pensar que um dos princípios para a educação e cultura de paz é a prevenção nos mais diversos setores da sociedade: escolas, grupos, comunidades, instituições, penitenciárias, delegacias, universidades, etc. Envolve questões estruturais na macropolítica e decisões na micropolítica pessoal. Através da formação continuada e do diálogo não violento é possível que sejamos despertados para o fato de que a educação para a paz nos permite observar e descobrir as estruturas violentas que foram formadas em nós (cultural e socialmente) para que haja real transformação nos modos de vida, usos e costumes. A consciência sobre os atos violentos que sofremos e cometemos é o ponto de partida para a construção real de uma cultura para a paz que atinja os níveis pessoais e coletivos em nossa convivência, uma tarefa inacabada, para a vida toda.

MARTHA LEMOS é Psicóloga Sociodramatista e Educadora Cultural do Pontão de Convivência e Cultura da Paz/Instituto Pólis.

Notas

1. C.f. <http://convivenciaepaz.org.br/secao/rodas/>
2. C.f. <http://convivenciaepaz.org.br/artemetodologia-das-auscultas/>
3. <http://convivenciaepaz.org.br/>. Ver também o Pontão através do site integrado do Instituto Pólis: <http://www.polis.org.br/cidadania-cultural/convivencia-paz/noticias>
4. C.f. <http://www3.unesco.org/manifesto2000/>
5. Além do mapeamento dos Pontos de Cultura, foram realizados os seguintes: Mapeamento do SESC: <http://www.sescsp.org.br/santoamaroemrede/>; e Cidade Tiradentes: <http://www.cidadetiradentes.org.br/>
6. Cf.: <http://gtculturadepaz.blogspot.com.br/2010/09/decalogo-polis-pela-cultura-de-paz.html>
7. Ver: <http://comitedaculturadepaz.blogspot.com.br/>

Bibliografia

- BOHM, D. **Diálogo comunicação e redes de convivência**. Trad. Humberto Mariotti. São Paulo: Palas Athena. 2005.
- CAPRA, F. **O Ponto de Mutação**. A Ciência, a Sociedade e a Cultura emergente. São Paulo: Cultrix, 2006.
- COLL, A. N. **Propostas para uma diversidade cultural intercultural na era da globalização**. 2ª ed. revista. São Paulo: Instituto Pólis, 2006.
- FARIA, H. e GARCIA, P. **Carta das Responsabilidades do Artista**. 3ª ed. São Paulo: Intituto Pólis, 2010.

- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.
- _____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1970.
- _____. **Pedagogia da esperança**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1992.
- FREIRE, A. M. A. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- GALTUNG, J. **Peace and social structure**; essays in peace research III. Copenhagen: Christian Elgers, 1978.
- _____. **Transcender e Transformar**. Uma introdução ao trabalho de conflitos. Trad. Antonio Carlos da Silva Rosa. São Paulo: Palas Athena, 2006.
- GUIMARÃES, M. R. **A educação para a paz na crise da metafísica**: sentidos, tensões e dilemas. Tese de doutorado. Porto Alegre, UFRGS, 2003.
- JAREZ, X. R. **Educar para a paz em tempos difíceis**. Trad. Elisabete de Moraes Santana. São Paulo: Palas Athena, 2007.
- _____. **Pedagogia da Convivência**. Trad. de Elisabete de Moraes Santana. São Paulo: Palas Athena, 2008.
- MILANI, F. M. & JESUS, R. de C. D. P. de (organizadores). **Cultura de paz**: estratégias, mapas e bússolas. Salvador: INPAZ, 2003.

MORIN, E. **Os Sete Saberes necessários à educação do Futuro**. 9 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2004.

_____. **Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios**, 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

UNESCO. **Cultura de Paz – da reflexão à ação**. Balanço da Década Internacional da Cultura de Paz e Não Violência em Benefício das Crianças do Mundo. UNESCO, 2011. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001899/189919por.pdf>.

Webgrafia

<http://convivenciaepaz.org.br/secao/rodas>

<http://convivenciaepaz.org.br/artemetodologia-das-auscultas>

<http://convivenciaepaz.org.br>

<http://www.polis.org.br/cidadania-cultural/convivencia-paz/noticias>

<http://www3.unesco.org/manifesto2000>

<http://www.sescsp.org.br/santoamaroemrede>

<http://www.cidadetiradentes.org.br>

<http://gtculturadepaz.blogspot.com.br/2010/09/decalogo-polis-pela-cultura-de-paz.html>

<http://comitedaculturadepaz.blogspot.com.br/>

<http://www.edicoesgil.com.br/educador/filosofia/saberes.html>

<http://www.comitepaz.org.br/dellors.htm>



Paz e Equidade entre Mulheres e Homens

Vera Vieira

*O melhor modo de avaliar o grau de civilização de um povo,
é analisando a situação da mulher. (Fourier)*

Desde os anos 1970, o movimento feminista tomou grande impulso, radicalizando a luta pela igualdade de gênero, estratégia de sucesso para pautar a importância da temática no mundo. Foi na década de 1970 que se incorporou a expressão “relações de gênero”, até hoje considerada complexa e confusa por muita gente. Da mesma forma, as feministas brasileiras, com base na contribuição de Paulo Freire, aprimoraram uma metodologia – junto com a luta dos Movimentos Populares existentes há tempos – “através dos grupos de autoconsciência, para que as mulheres trouxessem à tona as inúmeras variáveis desta opressão social sofrida pela mulher ‘por ser mulher’” (VIEZZER, 1997, p. 11). Buscando a

revisão das formas de organização e convívio na sociedade, o movimento de mulheres passou a lutar para alterar a condição de opressão do sexo feminino pelo masculino, considerando, para além da questão de classe social, as variáveis de gênero, raça/etnia e orientação sexual, principalmente, levando em conta que essas discriminações também eram responsáveis pelas diferentes oportunidades e níveis de poder a que as pessoas tinham direito na vida.

As relações de gênero, por milênios, vêm sendo construídas socialmente, aceitas culturalmente e mantidas historicamente. Assim sendo, as condições assimétricas de poder e oportunidades – que colocam o homem em condições de superioridade à mulher (que representa 51,3% da população mundial⁸) – sedimentam o recorte de gênero como um dos fatores estruturais e estruturantes das desigualdades sociais, com sérias consequências para toda a sociedade.

Em termos de igualdade de gênero⁹, o Brasil está em 82º lugar entre 135 países avaliados por estudo realizado em 2011, pelo Fórum Econômico Mundial. No ranking geral, os primeiros da lista são Islândia, Noruega, Finlândia, Suécia e Irlanda, e os últimos, Arábia Saudita, Mali, Paquistão, Chade e Iêmen. O fato de o povo brasileiro ter escolhido uma mulher como presidente – Dilma Rousseff – fez com que subisse três pontos em relação ao estudo de 2010, mas, em termos de América do Sul, o Brasil é o penúltimo, somente à frente do Suriname (a Argentina, por

exemplo, conquistou a 28ª colocação; Guiana, 38ª; Equador, 45ª; Chile, 46ª; Uruguai, 58ª; Paraguai, 67ª; Colômbia, 80ª). Na atuação política, o Brasil fica pior ainda, na 114ª posição. O texto enfatiza que “[...] a participação das mulheres na força de trabalho ainda é de 64%, abaixo da dos homens (85%). E elas são só 36% dos legisladores, autoridades públicas de primeiro escalão e gerentes. O que elas ganham ainda está abaixo de dois terços da renda dos homens; e no Congresso, são apenas 9%”.

A materialização das discriminações de gênero, classe e raça é facilmente perceptível em nossa sociedade, como, por exemplo, quando se observa quem compõe as estruturas de poder político (executivo, legislativo e judiciário) ou econômico (proprietários de empresas e ocupantes de cargos executivos). Entre as 100 maiores empresas brasileiras apenas cinco delas têm mulher na presidência; até 2009, não havia nenhuma¹⁰. Em termos de gênero, a educação é uma das poucas áreas em que as mulheres conseguiram ultrapassar os homens nos cursos de graduação e pós-graduação. De acordo com levantamento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), elas representam 56% do número de matriculados e 62% do número que concluem o

Em termos de igualdade de gênero, o Brasil está em 82º lugar entre 135 países avaliados por estudo realizado em 2011.

curso superior. Em termos mundiais, de acordo com a ONU, as mulheres representam 51% do total de universitários.

A violência contra a mulher: dominação/subordinação

A materialização das discriminações de gênero, classe e raça é facilmente perceptível em nossa sociedade, como, por exemplo, quando se observa quem compõe as estruturas de poder político (executivo, legislativo e judiciário) ou econômico (proprietários de empresas e ocupantes de cargos executivos).

É possível transmitir – de forma criativa e assimilável para grande parte da sociedade – a complexidade de um tema como a construção cultural de gênero, que gera o machismo, e a consequência mais cruel para a sociedade que é a violência contra a mulher. É importante se debruçar agora nos conceitos fundamentais

para explicar as razões pelas quais persiste a realidade das estatísticas dos altos índices de violência contra a mulher, que não escolhe classe social, nível educacional, raça, etnia, religião, países pobres ou ricos.

A violência contra a mulher é, no mundo todo, a mais trágica expressão da construção social de gênero que coloca o homem em posição de superioridade em relação à mulher, desencadeando relações desiguais

de poder e oportunidades, com malefícios a toda a sociedade. A forma como se vem aprendendo a ser homem e a ser mulher não é boa para nenhuma das partes, e um processo de desconstrução tangível requer esforços conjuntos.

De acordo com pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em parceria com o SESC, em 2010¹¹, no Brasil, a cada 24 segundos uma mulher é agredida; mais de 4 mil mulheres são assassinadas por ano; em 80% dos casos, o parceiro (marido, companheiro ou namorado) é o responsável; 68% das mulheres agredidas não denunciam por medo. O Mapa da Violência 2012¹² revela que o Brasil ocupa o 7º lugar no mundo no ranking de assassinatos de mulheres, entre 84 países; em 70% dos casos, a causa é a violência doméstica e familiar. Por outro lado, a pesquisa Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher realizada pelo DataSenado¹³, em 2011, revela que 98% das mulheres já ouviram falar da Lei Maria da Penha; 60% consideram que a proteção melhorou depois da lei; 66% consideram que a violência contra a mulher aumentou.

A ONG International Vital Voices, responsável pela criação da Aliança Global pelo Fim da Violência contra Mulheres, visando soluções múltiplas e interligadas, lançada em março de 2010, em Washington – que reuniu 200 lideranças de diversas partes do mundo e contou com minha presença na representação das ONGs brasileiras – identifica três tipos mais comuns de violência contra a mulher: violência doméstica,

tráfico humano e violência sexual. De acordo com a Vital Voices¹⁴, a violência doméstica é um

[...] padrão de comportamento abusivo, utilizado para estabelecer poder e controle sobre outra pessoa, com quem se tem ou se teve um relacionamento íntimo. Tal comportamento inclui violência física, violência sexual e violência emocional/psicológica. Os agressores são, em sua maioria, homens, e as mulheres são as vítimas. A violência doméstica afeta mulheres urbanas e rurais, independente de idade, religião, raça/etnia, nível social/econômico e educacional. Em média, uma em cada três mulheres é agredida ou forçada a ter relações sexuais no transcorrer da vida.

A gravidade da problemática também se traduz na campanha “UNA-SE pelo fim da violência contra as mulheres” lançada pelo Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-moon, por ocasião das celebrações do Dia Internacional da Mulher, em 8 de março de 2010. Em seu mandato, de 2007 a 2011, ele considerou um dos maiores desafios o enfrentamento da violência contra a mulher, reconhecendo a necessidade de unir esforços de mulheres e homens, de diferentes gerações, quer no árduo trabalho de desconstrução dos estereótipos de gênero, quer no campo da implantação e implementação de legislação.

Lei Maria da Penha

O Brasil possui legislação específica sobre a violência contra a mulher que é considerada uma das três melhores e mais avançadas do mundo, o que foi reconhecido em artigo de Rebecca Reichmann Tavares (2010, p. 3), representante da região Brasil e Cone Sul do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), que é parte da ONU Mulheres¹⁵. Tavares salienta que “apesar das medidas judiciais estabelecidas pela Lei Maria da Penha, sua real aplicação é comprometida por um sistema que não assegura proteção”. Com o foco no caso do assassinato de Eliza Samudio, o artigo foi estratégico para a reflexão sobre os problemas que ocorrem na implementação de uma legislação. Sancionada no Brasil em 7/8/2006, pelo presidente Lula, a Lei 11.340¹⁶ é uma vitória importante na trajetória de luta por uma vida sem violência. O cerne da mudança jurídica se encontra no fato de que os agressores passaram a ser presos em flagrante ou, em caso de risco físico ou psicológico às vítimas, terem a prisão preventiva decretada. Além disso, a Lei, que entrou em vigor em 22/9/2006, assegura que não haverá mais a aplicação de penas como multa ou doação de cestas básicas. A violência doméstica é tipificada como uma das formas de violação dos direitos humanos. Os crimes passam a ser julgados em varas criminais até a instituição dos Juizados de Violência Doméstica e

Familiar contra a Mulher no âmbito estadual. Com isso, as ações penais, pela violência, e civil, pela separação e filhos, entre outros, serão encaminhadas de uma só vez. Há também outras medidas de proteção para a mulher que sofre risco de vida, como o afastamento do agressor do domicílio e a proibição de sua aproximação física da mulher agredida e dos filhos. A nova Lei determina também que um advogado acompanhe a mulher em todas as fases do processo, proíbe que ela seja encarregada de entregar a intimação ao agressor e diz que só a mulher pode desistir do processo. Para a ex-ministra Nilcéa Freire, essa é uma lei necessária. Em artigo (2006, p. 3), ela destaca que,

[...] rupturas culturais são desoladoramente lentas, requerem mudanças de atitude nos lares e sociedades, nos marcos legais e institucionais. Somando-se às questões de natureza cultural – e também como sua consequência –, a inexistência de uma legislação específica vinha garantindo a impunidade dos agressores. Situações que começaram como uma ameaça, evoluíram muitas vezes para assassinatos sem que qualquer intervenção pudesse ser ou fosse feita para evitá-lo (FREIRE, 2006, p. 3).

São cinco os tipos de violência doméstica estipulados pela Lei Maria da Penha:

- Violência física: qualquer ato contra a integridade ou saúde corporal da vítima.
- Violência psicológica: qualquer ação que cause prejuízo psicológico

gico, como humilhação, chantagem, insulto, isolamento, ridicularização, dano emocional e controle do comportamento da mulher.

- Violência sexual: aquela que força a mulher a presenciar, manter ou participar de relação sexual; impedir o uso de método contraceptivo ou forçá-la à gravidez, aborto ou prostituição mediante força ou ameaça.
- Violência patrimonial: situações em que o agressor destrói bens, documentos pessoais e instrumentos de trabalho.
- Violência moral: caluniar, difamar ou cometer injúria contra a mulher.

A brasileira Sílvia Pimentel, atual presidenta do Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres (Cedaw¹⁷, sigla em inglês), da ONU, é doutora em filosofia, professora universitária e militante histórica do movimento de mulheres e feminista, principalmente no que tange à violência e à descriminalização do aborto. Em artigo (2011, p. 3) redigido junto com a acadêmica Flávia Piovesan, por ocasião da posse da primeira presidenta brasileira, Dilma Rousseff, ela destacou a urgência de transformação dos lugares designados para cada sexo no espaço privado e no espaço público, visando ao enfrentamento das consequências do desequilíbrio das relações sociais de gênero:

[...] Ao longo da história, atribuiu-se às mulheres a esfera privada – os cuidados com o marido, com os filhos e com os afazeres domésticos –, enquanto aos homens

foi confiada a esfera pública. Nas últimas três décadas, no entanto, houve a crescente democratização do domínio público, com a significativa participação de mulheres, ainda remanescendo o desafio de democratizar o domínio privado — o que não só permitiria o maior envolvimento de homens na vivência familiar, com um grande ganho aos filhos(as), mas também possibilitaria a maior participação política de mulheres. [...] Os países que apresentam a menor desigualdade de gênero são justamente os mesmos que ostentam o maior índice de desenvolvimento humano (PIOVESAN, 2011, p. 3).

Sem dúvida, é da maior importância o compromisso assumido pelos governos para a implantação e implementação de políticas públicas para o enfrentamento da violência contra a mulher, o que deve ser monitorado pela sociedade civil organizada visando seu cumprimento. Entretanto, como dito no início deste tópico, a questão é de tamanha complexidade que exige o entrelaçamento das ações dos diversos segmentos e de ambos os sexos.

Visando ao aprofundamento das causas da violência contra a mulher, é fundamental buscar as contribuições do pensamento feminista desenvolvido por autoras de renome, entre elas Heleieth Saffioti, principalmente sobre a questão do patriarcado. As raízes do patriarcado se materializam na opressão masculina cotidiana. Para tanto, há que se debruçar sobre dois conceitos básicos: poder e ideologia. Durante a arguição de Heleieth Saffioti pela Banca de Qualificação de Doutorado desta autora, ela destacou que “uma ideologia não se sustenta sem uma

estrutura de poder receptiva e também produtora das condutas de homens e mulheres, portanto, não se mexe na ideologia sem se mexer na estrutura de poder”. De forma didática, citou como exemplo o fato de se encontrar, em uma fábrica, máquinas com medidas apropriadas para o corpo masculino, sendo que a maioria delas é operada por mulheres.

Fica muito nítido que a democratização das relações entre homens e mulheres passa, necessariamente, pela esfera pública e privada. A constatação de que quem está na esfera pública tem necessidades privadas não é menos verdadeira que seu oposto. “Em briga de marido e mulher, não se deve meter a colher” é um ditado popular cuja utilização corriqueira persiste em existir, retratando exatamente o oposto da definição de feministas inglesas, no início dos anos 1970, de que “o pessoal é político”. Como já descrito, foi quando se deu a grande arrancada da luta pela equidade de gênero em todo o mundo. Ao pautar na agenda política mundial a necessidade de harmonização das relações sociais de gênero para o avanço dos processos democráticos da civilização, essas feministas pioneiras alicerçaram uma nova caminhada rumo à desconstrução social dos âmbitos privado e público, marcados por séculos de patriarcado.

No emaranhado dinâmico das estruturas do imaginário vão se tecendo laços que podem ser fortalecidos — no sentido de perpetuar as desigualdades de gênero — ou afrouxados, visando desfazer os moldes dos papéis estabelecidos pela dinâmica social. Essas “verdades” estão

presentes na construção social de gênero, que é tecida a partir das diversas redes de relações na vida de uma pessoa: família, Igreja, escola, associações populares, partidos políticos, meios de comunicação de massa... Uma construção internalizada por milênios como a da relação de dominação dos homens sobre as mulheres requer um processo cotidiano de desconstrução. Vamos precisar de todo mundo!

O conceito ampliado de paz: mulheres e homens pelo fim da violência doméstica

A Associação Mulheres pela Paz é uma organização não governamental fundada em 2003, por Clara Charf, reconhecida ativista de direitos humanos que já completou 87 anos e continua na luta por justiça social. O conceito ampliado de paz (Resolução 1325 da ONU), que permeia as atividades da entidade, pressupõe a segurança humana e a justiça, incluindo, portanto, as ações pelo fim das discriminações sociais. Não se pode falar em paz onde não há o respeito às diferenças, isto é, a equidade das pessoas – igualdade, com respeito às diferenças –, considerando-se gênero, raça, etnia, orientação sexual, geração, localização geográfica. Falar de paz, então, pressupõe o acesso ao poder e às oportunidades pelas pessoas.

É no dia a dia que as mulheres tentam construir um mundo pacífico, por meio de ações voltadas para a cidadania transformadora, isto é, tornando-se seres que se modificam para melhorar o entorno em que vivem. Ao cuidar das pessoas que as cercam, na casa, no trabalho, na comunidade, elas exercem a paz cotidiana. Outros exemplos de construção da paz estão na promoção de uma educação sem violência e sem sexismo; na busca de relações de poder mais horizontais, na intervenção comunitária para implantação de creche, escola, hospital, área de lazer. Isto não significa que as mulheres queiram paz somente para elas. A busca pela paz, na qual as mulheres estão empenhadas, visa favorecer ambos os sexos. Relações mais harmoniosas entre a mulher e o homem irão concretizar uma sociedade fortemente democrática, em que todas e todos sairão ganhando.

No período de 2011-2012, tive o privilégio de idealizar e coordenar o processo de construção coletiva, em diferentes regiões brasileiras – Porto Alegre/RS, Macapá/AP, São Bernardo do Campo/SP, São Paulo/SP, Aracaju/SE e Cuiabá/MT – no marco do projeto “Redefinindo Paz – Violência Doméstica: construção de metodologia de educação popular feminista, para trabalhar com mulheres e homens”. O saber gestado dialogicamente entre lideranças de organizações governamentais e não governamentais, que compõem a rede de serviços pelo enfrentamento da violência contra a mulher dessas localidades, resultou em instrumen-

tos e diretrizes para o processo de multiplicação Brasil afora. A proposta entrelaçou os conceitos de paz ampliada, metodologia de educação popular feminista, relações sociais de gênero, masculinidades, violência de gênero, recorte de classe/raça-etnia/orientação sexual. “Mulheres e Homens trabalhando pela Paz e contra a Violência Doméstica” é o título da publicação e do videodocumentário que retratam, de forma criativa e minuciosa, todo o rico processo de construção coletiva.

Seguem, abaixo, os principais impactos e as diretrizes do projeto:

Impactos

- Refinamento da ótica feminista em uma metodologia específica para trabalhar a questão da violência doméstica, com mulheres e homens, interconectada com o conceito ampliado de paz; relações sociais de gênero; violência doméstica; masculinidades; recorte étnico-racial, de orientação sexual e geracional.

- Contribuição nova e específica na luta pelo enfrentamento da violência contra a mulher.

- Interferência na implantação e implementação de políticas públicas relativas à prevenção da violência doméstica, principalmente no âmbito local.

- Aumento da conscientização e quebra de resistência por parte de integrantes do movimento feminista com relação à incorporação de

homens em processos educativos.

- Aumento da conscientização do público em geral sobre a importância da luta contra a violência à mulher e das questões de gênero, graças às intervenções de sucesso nas mídias locais.

- Disseminação da experiência no âmbito internacional, como, por exemplo, a apresentação de uma oficina, por Vera Vieira, durante a 2ª Conferência Global de Casas-Abrigos para Mulheres: conectar-se, aprender e compartilhar, realizada em Washington-DC, no período de 27/2 a 1/3/2012, com promoção da Rede Nacional pelo Fim da Violência Doméstica (NNEDV, em inglês), dos EUA, e pela Rede Global de Casas-Abrigo para Mulheres (GNWS, em inglês), que conseguiu reunir lideranças e ativistas de todos os continentes, num total de 1,4 mil participantes. Ao final da oficina, as/os participantes disputaram os materiais dessa experiência de construção coletiva aqui no Brasil.

Diretrizes

- Realização de parcerias com especialistas nos principais conceitos que se entrelaçam na metodologia de educação popular. Devem participar de todo o processo de construção, inicialmente, para o conjunto de sugestões, e durante o processo de construção coletiva, para avaliações periódicas, visando a realizar consenso sobre as adaptações necessárias.

- Mapeamento das principais entidades governamentais e não go-

vernamentais, cobrindo a rede de enfrentamento à violência contra a mulher, assim como públicos estratégicos como universidades e meios de comunicação de massa.

- Realização de encontro preliminar com as principais lideranças, para concretização das parcerias locais, visando ao início da construção conjunta relacionada à adaptação metodológica, focos temáticos necessários à região, definição das/os palestrantes e das/os participantes da oficina. Deve-se levar em conta o recorte de gênero, raça, etnia, orientação sexual e a questão geracional quando dessas definições.

- O total de participantes deve ficar entre 40 e 50 pessoas, no máximo, para garantir o sucesso da construção dialógica do saber. As/os participantes também devem ser lideranças efetivas ou potenciais, com poder de multiplicação, de ambos os sexos.

- Dedicar esforço no sentido de atrair mais de 20% de participantes do sexo masculino, por meio de convite a entidades mistas ou masculinas. Também deverá respeitar o recorte de raça, etnia, orientação sexual e geração. Este último recorte necessita de maior atenção, considerando-se o aumento da violência entre jovens casais de namorados.

- A construção coletiva do saber deve estar embasada no entrelaçamento dos conceitos-chave do projeto, que são: educação popular feminista; paz ampliada (Resolução 1325 da ONU); relações sociais de gênero; violência doméstica; masculinidades; recorte de gênero, raça,

etnia, orientação sexual e geração. É importante incluir as especificidades locais.

- Palestrantes locais devem ser especialistas nas temáticas propostas. (Exemplo: para falar do recorte racial, é fundamental que seja uma pessoa do movimento negro.)

- O tema “Masculinidades” deve ser abordado por um homem, visto que existe uma aceitação maior por parte do público masculino que, assim, se sensibiliza com o conteúdo.

- Linguagem imagética e escrita inclusiva e amigável, nos materiais de apoio e nas apresentações, para atrair homens e mulheres a uma temática em que elas são as vítimas e eles são os agressores, na maioria esmagadora dos casos.

- Ao final da oficina, é fundamental que se faça uma pequena avaliação escrita, solicitando-se que sejam enumerados aspectos positivos e negativos.

Para finalizar, o desejo de que mulheres e homens continuem a avançar no exercício de praticar a paz no cotidiano, começando bem pertinho de cada pessoa, dentro e fora de casa!

VERA VIEIRA é Doutora em Comunicação Social pela ECA/USP, Diretora-Executiva da Associação Mulheres pela Paz e Coordenadora-Executiva da Rede Mulher de Educação

Notas

8. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/paisesat/>>. Acesso em 10 jul. 2011.
9. O estudo foi coordenado pelos economistas Ricardo Hausmann (Harvard) e Laura Tyson (Universidade da Califórnia em Berkley), pela pesquisadora do Fórum Econômico Mundial para Gênero, Yasmina Belhouche, e pela diretora Saadia Zahidi. Disponível em: <<http://www.weforum.org/issues/global-gender-gap>>. Acesso em: 10 nov. 2011.
10. De acordo com artigo publicado no jornal Folha de S.Paulo, em 28/01/2011, no caderno Mercado, p.B1, no Brasil, nas empresas de médio e grande porte, há 3% de mulheres presidentes (nos EUA, também 3%); 9% de diretoras e vice-presidentes (nos EUA, 25%); 35% de gerentes (nos EUA, 50%); 50% de trainees e analistas (nos EUA, 55%). A média global de mulheres em cargos de gerência sênior, considerando-se as 36 maiores economias, é de menos de 25%. No mundo todo, apenas 20 mulheres são chefes de Estado (presidentas ou primeiras-ministras); 2 agências da ONU têm mulheres no comando (Unesco e OMS). [Nota da pesquisadora: faltou mencionar a ONU Mulheres (Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres), presidida por Michelle Bachelet, ex-presidente do Chile]. No Brasil, 57 mulheres foram eleitas ou reeleitas para o Congresso, de um total de 594. (Fontes utilizadas pela FSP: CWWL, ONU, Forbes, federações olímpicas, Lidem, Ranking Exame dos 500).
11. Pesquisa Mulheres Brasileiras, disponível em <http://www.fpabramo.org.br/tags/tags-4033>.
12. Disponível em: <http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_cor.pdf> (Autor: Julio Jacobo Waiselfisz; Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos – Cebela; Flacso-Brasil e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial).
13. Disponível em <www.senado.gov.br/images/stories/PDF/violencia/datasenadopesqvc2011.pdf>. Acesso em: 5 mar 2012.
14. Disponível em: <www.globalvoices.org>. Acesso em: 30 set. 2011.

15. A ONU Mulheres — Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres — é resultado de anos de negociações entre Estados-membros da ONU e movimentos de defesa das mulheres no mundo. Foi criada em 02/07/2010, entrando em funcionamento em 2011. cf. www.unifem.org.br

16. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm> Acesso: 5 Feb 2011.

17. A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) é a lei internacional dos direitos das mulheres. Ela baseia-se no compromisso dos Estados signatários de promover e assegurar a igualdade entre homens e mulheres e de eliminar todos os tipos de discriminação contra a mulher. A CEDAW foi aprovada pela Organização das Nações Unidas em 1979, tendo entrado em vigor em 1981. Atualmente, 173 países – mais de dois terços dos membros da ONU – ratificaram a Convenção: Uruguai, em 1981; Brasil e Chile em 1984; Argentina, em 1985; Paraguai, 1987. Disponível em <http://www.unifem.org.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=8466>. Acesso: 20 nov 2011.

Bibliografia

CARREIRA, D.; AJAMIL, M.; MOREIRA, T. (org). **A liderança feminina no século 21**. São Paulo: Coedição: Cortez e Rede Mulher, 2001.

FAGUNDES, T.C.P.C. Educação e Construção da Identidade de Gênero. *In*: _____. **Ensaio sobre Gênero e Educação**. Salvador: UFBA, 2001.

FREIRE, N. **Onde tem violência, todo mundo perde**. Folha de S. Paulo. São Paulo, 06/08/2006.

- GIDDENS, A. **A transformação da intimidade**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Ed. UNESP, 1993.
- LAQUEUR, T. **Inventando o Sexo – Corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 2001.
- PIOVESAN, F.; PIMENTEL, S. “Mulher, Democracia e Desenvolvimento”. Folha de S.Paulo. Tendências. São Paulo, 09/01/2011.
- REPEM. **Educação popular e liderança das mulheres na construção da democracia latino-americana**. Quito/Equador. set/90.
- SAFFIOTI, H. **O poder do macho**. São Paulo: Editora Moderna, 1987.
- SCOTT, J. W. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.
- TAVARES, R. R. **Basta à violência contra as mulheres**. Folha de S. Paulo. São Paulo, 16/07/10. p.3.
- VIEIRA, V. F. **Comunicação e Feminismo: as possibilidades da era digital**. Tese (Doutorado). ECA, USP. 2012.
- VIEIRA, V. F.; CHARF, C. **Mulheres e Homens trabalhando pela Paz e contra a Violência Doméstica**. São Paulo: Associação Mulheres pela Paz, 2012.
- VIEZZER, M. **Paulo Freire e as Relações Sociais de Gênero**. Informativo Cunhary/Rede Mulher. São Paulo, n.24, jul-ag/97.

Webgrafia

http://www.archive.org/details/scott_gender.

<http://www.ibge.gov.br/paisesat/>.

http://www.sepm.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2010/10/onu-divulga-relatorio-sobre-a-situacao-das-mulheres-no-mundo.

<http://www.weforum.org/issues/global-gender-gap>.

<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>.

<http://www.fpabramo.org.br/tags/tags-4033>>

http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_cor.pdf>

<http://www.senado.gov.br/images/stories/PDF/violencia/datasenadopesqvc2011.pdf>.

www.globalvoices.org.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm

http://www.unifem.org.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=8466.

<http://www.unifem.org.br>



Tempos Difíceis e Utopias Comunitárias

Entrevista com Daniel Hilário

Participação de Valmir de Souza (Instituto Pólis)

VS: Como você caracteriza a Cidade Tiradentes?

DH: A cidade Tiradentes quando eu mudei pra lá era e continua sendo um bairro novo, cheio de jovens, a maioria são jovens e tinha essa dinâmica, como as pessoas não tinham muitas coisas elas se juntavam, muitas ONGs se organizaram – até a própria igreja – fizeram por merecer muitas políticas públicas e melhorou a situação do bairro. Mas ao invés disso gerar mais união, isso gerou mais desagregamento, as ONGs foram cada uma pro seu lado, as pessoas foram cada uma pro seu lado. Quando houve a estabilização da moeda (que veio logo depois) ao invés dessa nova classe, chamada C, se unir, ela virou uma besta fera, extremamente egoísta, não faz questão das dinâmicas, surgiram casas noturnas no bairro, diminui muita coisa, a violência praticada por jovem

contra jovem diminuiu bastante. Em compensação o poder autodestrutivo dos jovens aumentou pra caramba. Autodestrutivo porque é muita bebida, muitos filhos feitos sem amor, essa busca desenfreada por liberdade e sexo. É uma liberdade que a gente vai se enforçar e recolher os resultados mais tarde.

Como eu sou filho da década de 1980, nossa adolescência foi quando jovens mais matavam e morriam a troco de nada. Hoje os jovens consomem, tem o poder de consumo da classe, e a gente não sabe o que é prioridade. Eu fico ouvindo as pessoas deixarem a tela (TV) ditar o que é prioridade pra elas. Então a classe C entra em muitas dívidas e não consegue o que é essencial para sua existência. E conforme for, a sociedade sempre modifica algumas coisas, a gente vai colher mais tarde os frutos dessa geração.

VS: Daniel, a ideia é fazermos uma radiografia da convivência, do que você mesmo experimenta no seu espaço, no seu território. Assim, o que você pensa da situação na cidade de São Paulo e no seu bairro em relação à convivência das pessoas?

DH: Eu vejo que no decorrer do tempo as pessoas se entregam a um sistema de confinamento, confinadas em seus condomínios fechados e confinadas nos extremos da cidade. Isso gerou outros problemas sem criar solução para eles. Hoje, pra ter menos pessoas na rua e menos contraste social, nós construímos muitos abrigos, orfanatos, cadeias,

asilos, Centros de Referência Especializada da Criança e do Adolescente (CRECA), Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), tudo com confinamento das pessoas que não estão enquadradas no modelo. Então eu observo isso, a gente não consegue conviver com as pessoas confinadas, em um processo civilizatório à força.

Assim, eu até gostava quando era criança, tinha um lugar perto de casa aonde os pais levavam os filhos pra tomar café da manhã e ter reforço escolar, educação não-formal. Apesar de ser essa política de ajudar o pai e a mãe que tinham que trabalhar, mas tinha outro sentido, tam-

a gente negou o modelo de família tradicional de tal forma que não colocamos nenhum outro modelo no lugar

bém por que tinha poucas unidades na cidade de São Paulo. Quando isso virou uma política pública, que agora são os Centros Culturais da Juventude (CCJs) e os Centro de Crianças e Adolescentes (CCAs), eles tiram toda a responsabili-

dade dos pais de se fazerem presente, do afeto, para estarem presentes através de coisas.

VS: Como você vê a relação da cidade Tiradentes com a cidade de São Paulo?

DH: Como eu ando aqui [pelo Centro], vejo que tem muita gente da cidade Tiradentes trabalhando na cidade de São Paulo. A gente acorda cedo - lá é uma área chamada Cidade Dormitório, mas hoje acho que a dinâmica social melhorou um pouco essa situação no final de semana.

Mas a gente tem que estar junto por querer estar junto, não por não ter outra opção, acho que vai passando por esse caminho. Como a maioria das pessoas não está lá para educar essas crianças, os pais não estão lá, estão aqui, nos bairros onde tem emprego pra buscar o pão de cada dia pros seus filhos. E essa questão de falta de compromisso, eu sempre falo de reeducação masculina, porque há falta de compromisso: tem muito filho de mãe solteira, são muitas crianças que nascem, crescem, sobrevivem sem uma referência positiva masculina.

VS: E como é a convivência entre jovens e adultos? Tem momentos de encontros?

DH: O encontro entre gerações é muito difícil. Acho que o contato que existe é com seus educadores, seus pais, os professores e a sociedade de uma maneira geral. Pra mim é como o brilho do vagalume, a gente entende que brilha, mas não consegue entender como isso funciona direito. Acho que os jovens também veem isso, os adultos numa dinâmica e eles querem algumas coisas, não sabem o que realmente querem, querem o que as pessoas dizem que é legal, e eles também querem ter esse modelo de família, a gente negou o modelo de família tradicional de tal forma que não colocamos nenhum outro modelo no lugar, e o arranjo familiar se impôs através da situação e não pela condição.

VS: Daniel, quanto à questão da violência, você comentou que diminuiu a violência direta, mas por outro lado os jovens estão mais ligados na droga, sexo sem proteção, moças jovens engravidando e tal. Você acha que esse modo de vida tem relação com algum tipo de violência? É uma reação à violência ou o quê? Como se caracteriza essa aparente não violência?

DH: Eu vejo que o índice de homicídio diminuiu em todos os bairros, diminuiu bastante. Outros delitos aumentaram, furtos qualificados, bastante divulgados pelos meios de comunicação. Mas esse poder autodestrutivo tem a ver com a busca pela vida, não é a busca pela morte. As crianças crescem com a noção do “sem limite”. Algumas pessoas que vieram de outra classe social, achando que “o céu é o limite” e, pra ultrapassar o céu elas falam que “a cadeia é o limite”. Essa falta de saber moderar o seu limite, acho que as pessoas tem um limite, outras não tem mais limite. Os jovens querem usufruir da vida porque eles têm ideia de que a vida é curta, porque ele viu o pai dele se ferrando a vida inteira e percebeu que não trouxe bens materiais, e essa frustração que o pai ou a mãe passou pra ele, faz ele querer usufruir mais do que a sociedade produz e o que a sociedade produz, é uma sociedade totalmente consumista onde as pessoas são felizes pelo que elas conseguem obter. Tudo se obtém e se usufrui como uma praga que obtém tudo que precisa em um lugar e vai pra outro lugar, gerando várias lacunas, e a classe C também está entrando nessa dinâmica, e isso se reflete na

atitude do adolescente, do adulto, por exemplo, no trânsito que não quer deixar espaço pro outro, na relação com a esposa...

VS: Você diria que é uma sociedade competitiva?

DH: É, eu acho que é mais que uma competição. O jovem sai querendo usufruir de tudo que é melhor, e usufruir até das pessoas. Os relacionamentos que eu observo são cada vez mais rápidos (“a fila anda como escada rolante”). Os relacionamentos, as relações pessoais (“tá comigo, tá me servindo pra algum propósito eu quero, senão não, bola pra frente”). Até emprego, as pessoas antigamente ficavam 15 anos num emprego, hoje eu vejo pessoas que ficam três anos num emprego e já arruma pretexto pra ser mandado embora pra pegar o dinheiro e comprar um automóvel, pra comprar alguma coisa pra satisfazer seus desejos.

VS: Daniel, você diz aqui num texto que escreveu: “Olhar pro mundo é ver a consequência da política da ausência que resulta em violência”. Você poderia explicar essa “política da ausência”?

DH: Quando eu me mudei pra cidade Tiradentes tinha menos favelas, e tinha favelas próximas da minha casa. Tiradentes não foi feita pra ter favelas, foi feita para ter bairros residenciais pras pessoas dormirem e irem trabalhar nas empresas do centro da cidade, por isso apelidaram a

cidade Tiradentes de cidade dormitório. Eu fico pensando nessas coisas: em São Paulo, é pra estar desse jeito, a gente não se coloca, as pessoas não se colocam por nós, por isso eu digo que é uma política de ausência.

Quando eu me mudei pra Tiradentes tinha uma favela com 27 famílias vivendo em estado de alojamento. O Estado não interferiu e aumentou pra cinco mil pessoas morando naquela situação e isso acontece na cidade inteira, a política da ausência. E acontece também com a classe média. A classe média e a classe rica quando têm algum benefício, esse é um cenário que você ajudou a construir também. A classe pobre também é omissa, ausência de ambas as partes, a classe pobre acredita que alguém deve fazer algo por ela. E automaticamente hoje, por elas terem essa cultura ainda, é um misto disso, um hibridismo. Alguém espera que façam algo por ela. Você faz algo pela classe, pelo grupo e em vez disso projetar mais o bem, para ali.

Vejo pessoas que foram beneficiadas com bolsas-moradia, vale gás, com as políticas sociais da Prefeitura. Se ela melhorou sua situação, acha que o Estado fez sua obrigação porque arrecada muito imposto. Agora, pergunta se ela já fez isso por outra pessoa: não!. Então é diferente das coisas ruins, as coisas ruins geram mais resultados lá pra frente, geram ciclos que se repetem. O ciclo da violência vai gerar mais violência. Eu acredito que a paz não é um ciclo, ela é um “C”, tá faltando um pedacinho pra fechar a bolinha.

VS: Agora, quanto ao elemento que o Hamilton Faria citou, da Rede de Artistas, a questão da arte, da vulnerabilidade social e cultural, como você vê isso na cidade Tiradentes? Claro que o contexto da política da ausência é importante porque gera a vulnerabilidade. As ausências são várias, não só ausência do Estado como também de ação da sociedade que você mencionou. E as várias classes sociais e a arte em tudo isso, como você vê?

DH: Eu sou um cara da década de 1980, então quando eu era criança, estava virando adolescente, fui influenciado pela década de 1990, pelos grupos de samba, uma visão idealizada da mulher, essa crítica muito ferrenha dos grupos de Hip Hop que começaram a surgir nos Estados Unidos. Acredito que o jovem e a criança não conhecem o mundo das palavras, eles conhecem o mundo das ações. Então, como aquilo não se tornou ação efetiva, ele procurou outras coisas, essa mudança que pregavam, ele não viu essa revolução, essa mudança efetiva que a história mostra. Somos todos seres políticos e sociais, mas isso não diz automaticamente que amanhã ou depois de amanhã vai acontecer uma mudança significativa na sociedade. Acho que é uma crise de mentalidades, e as crianças são mais parecidas com seu tempo. No tempo de hoje, se você for observar, todas as músicas, não importa o gênero musical, pegam o possível, mas as coisas que precisamos está na escala do impossível, aquilo que não é visto, sabe? Temos que reconstruir o imaginário dos jovens. Hoje os jovens falam em ter tudo. E a cultura está

indo também por esse caminho, as músicas sertanejas, as universitárias, etc, estão mais ligadas ao comércio. O Hip Hop, o Rap e o Funk vão nessa linha, e acreditam também que o dinheiro é um fator que deixa ele incolor. O problema do mundo de hoje são os cinzas! O que eu digo que são os cinzas é que as pessoas tanto da classe rica quanto da classe pobre se posicionam de maneira sempre híbrida, em tudo, porque o que ele mais quer é obter vantagem. Se ele está numa situação pior, ele quer obter vantagem das políticas públicas. Se ele está numa situação melhor, ele tenta obter vantagem colocando os funcionários deles com cargo menor, fazendo acúmulo de funções e pagando menos.

VS: O Hamilton Faria lembrou que em um evento você comentou algumas questões importantes para a contemporaneidade. Você poderia retomar alguns pontos?

DH: Falei muito da questão de a gente reconstruir o papel do masculino, a referência positiva do masculino que eu comentei que precisa reconstruir. Nos movimentos sociais eu vejo muito a presença da mulher, e quem é que fica pra educar as crianças? Onde é que estão os homens? Por que os homens ainda são a sociedade e como eles estão? E eu fico vendo essas mães solteiras que têm muito orgulho de ser mãe solteira, essas mudanças precisam ser trabalhadas pelas políticas públicas e até saber como lidar com isso, porque essas situações estão virando um monte de outros atritos, e temos que admitir que não sabemos lidar

com essa nova realidade e a gente tenta suprir essa situação com coisas! E cria uma criança ligada ao mercado.

VS: Você acha que nesse contexto de não saber lidar com novas realidades, as expressões “cultura de paz” ou “diálogos pela paz” ou “educar pela paz”, soam vazias? Isso tem repercussão na sociedade, ecoa nos movimentos, nas pessoas?

DH: As pessoas confundiram paz, não é a paz grega que domina, confundem paz com apatia. A paz hoje está na contramão da história, a história hoje está numa dinâmica de “viver intensamente”. Quando se fala de ter aula de meditação na escola, inserida pelo MEC, isso está na contramão da história, pois você está falando pras pessoas terem mais tempo de reflexão. Quando você propõe redução da carga horária trabalhista você também está na contramão da história, ter roda de convivência entre os funcionários, ou qualquer proposta, sugestões para melhorar o serviço, esse trabalho integrado entre os funcionários (Mas a empresa que visa o lucro não pensa no indivíduo que trabalha na sua empresa como um todo. Só vemos o que nos divide não o que nos une, e a paz vai nesse ponto: o que nos une? Nós temos filhos diferentes que são educados numa educação diferente, mas nossos filhos vão ter a oportunidade de brincar juntos? A gente vai proporcionar isso? Por que assim, se tem uma empresa que tem vários funcionários e vários salários e, devido ao salários que eles têm, eles vivem e convivem em diferentes

grupos sociais. Se você cria uma creche dentro da sua empresa onde seu funcionário pode conviver com o funcionário do operacional (pessoa da faxina, segurança, etc), então se dá uma possibilidade. Uma pessoa tem o leque todo aberto, o outro mais fechado, e o que tem leque aberto não é tão aberto assim porque ele tem pouco convívio com outros grupos sociais e aquelas pessoas que tem contato com vários grupos sociais que são as pessoas do operacional, sabe-se muito pouco sobre elas.

VS: É verdade, há uma indiferença em relação e até uma ideia de invisibilidade dessas pessoas. Agora, pra pensarmos no futuro, qual o cenário futuro pra você, tanto pra cidade Tiradentes quanto pra São Paulo, uma cidade grande, com vários problemas? Como você veria uma cidade melhor pra convivência social?

DH: Eu sou da época do bairro, do mutirão que foi construído junto e que foi falsa união, união que as pessoas tinham um propósito de construir a casa. Acho que se você quer um futuro melhor, a união vai vir de uma opinião ideológica, não da condição social. Aquela argumentação simbólica do herói, que eu faço isso e atrás de mim, eu deixo um legado de pessoas que vão se sensibilizar com o ato que eu fiz e perceber que através disso a gente pode dar um outro caminho para o que está sendo feito. Então, eu não me incomodo de morar a quilômetros e quilômetros do Centro de São Paulo, o que me incomoda é saber que aquele foi o único lugar que deixaram pra mim. Quando

you think about public policies, you are thinking about the question of mobility of these individuals, about how to live with other groups. They say: “it is wanting more”, that's why society is wanting more. But if you observe, the human being wants to reach the moon, and it reaches, because it cannot want to have relationships that are more healthy? And he knows that the relationships that are more healthy begin not only with the distribution of income, but also pass through dialogue, to understand the other in his difficulties.

VS: Daniel, you think that the Cultural Turn is a factor of aggregation of people? I think about people in the center, in the west, north, south, east, but in the more distant east. You think that it has some sense for these neighborhoods, that people go to the Cultural Turn? The Cultural Turn promotes coexistence of different people?

DH: The Cultural Turn began with the policy of Marta Suplicy (Mayor of SP -2000-2004) who had the Black August, very linked to the movements of Hip Hop. The Cultural Turn came from the same word. I see various social groups, various theaters and people frequenting, they are consuming more art, they are wanting to enjoy what another class said was good.

The Cultural Turn became an event. It could be the girl of the city, public policy of culture, but before that she would have to be done monthly or weekly in small points with

os próprios aparatos públicos da cidade de São Paulo. Então quando pudermos fazer nossas pequenas viradas culturais dentro das unidades de cultura dos Centros Educacionais Unificados (CEUs), do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), dos pequenos eventos que também tem a proposta de agregação de grupos diversos que fosse uma política de trazer diversidade para todos os aparatos públicos e a Virada Cultural fosse o *stand up*, o maior evento com diversidade. Mas na Virada Cultural as pessoas agendam, pegam os grupos, fazem um monte de seleção e demonstram isso numa data, virando uma espécie de carnaval.

VS: Você acha que a Subprefeitura no seu bairro poderia proporcionar esses momentos de ação cultural para a população?

DH: Lá tem o Centro Cultural da Juventude, os CEUs, agora tem o Centro Cultural com apoio da França. Às vezes a gente dá para nossos filhos o que eles querem e às vezes a gente dá o que eles precisam. Eu vejo que os jovens estão nesse processo de autonomia devido à própria tecnologia, eles podem produzir suas músicas com programa, produz sua cultura, seu forró universitário. Mas as pessoas estão sempre visando o público e eu não sei onde está o bom gosto. Está em quem produz ou em quem consome? Então como somos uma geração ímpar, temos referências meio tortas, estamos criando uma geração de consumidores, não de pessoas que questionam nossa realidade, porque o que os meninos

narram na música é o cotidiano da vida. A produção cultural hoje está muito baixa e outro grupo social tem uma produção cultural que é muito mais válida. Quando eu falo da Tiradentes, gosto da Subprefeitura, mas ela sempre valorizou o que está em alta, o que traz público e o público virou nosso medidor do que é bom e do que é certo. Numa época, a Subprefeitura fez um Festival Gospel porque as igrejas pentecostais têm um grupo grande, e trouxeram bastante público. Depois a Subprefeitura viu que os jovens não estavam mais se interessando em Festival Gospel, mesmo sendo a igreja que mais cresce no mundo.

Hoje a Subprefeitura faz muito Festival de Funk, porque traz público e esse público é barato e fazem comercial de graça pra um monte de outras coisas. A Prefeitura tem seu calendário anual, com eventos grandes, o aniversário da Tiradentes, cito meu bairro especificamente,

mas de modo geral não tem uma política pública focada na cultura universitária, ainda não conseguimos chegar nesse grupo que todo mundo menciona.

Nos movimentos sociais eu vejo muito a presença da mulher, e quem é que fica pra educar as crianças? Onde é que estão os homens? Por que os homens ainda são a sociedade e como eles estão?

VS: Quanto à articulação dos artistas locais, você acha que eles estão articulados?

DH: Acredito que não, fizemos a Rede de Artistas lá em Tiradentes e a articulação mais forte só houve quando teve financiamento externo, porque tinha o Centro Cultural da Espanha que estava financiando a Rede de Artistas. Esta rede, através de minha pessoa e de outras pessoas,

**Só vemos o que nos divide não
o que nos une, e a paz vai nesse
ponto: o que nos une?**

estava catalisando os artistas a se propor e se mobilizar em torno de algo. Quando o fator externo saiu, as pessoas, com suas necessidades, foram fazer outras coisas pra sobreviver e

com isso o movimento diminuiu. Mas o que nós propomos é inserirmos nossas atividades no calendário da Prefeitura, de poder propiciar e colocar na agenda cultural do bairro essa diversidade.

A gente já propôs muitas coisas, principalmente pelas Conferências, acho que muitas coisas já foram escritas. Vejo as pessoas fazendo conferências em cima de conferências, gastando celuloze, ao invés de implementar aquilo que já foi proposto. O difícil nesse mundo é ser simples, as pessoas já começam pelo complexo. O que eu quero é que a diversidade esteja presente na agenda cultural do bairro, e depois do bairro que esteja presente na agenda cultural do estado, da cidade, da prefeitura, do município. Isso é o mais simples, mas as pessoas pensam no cachê, se

comparando a uma pessoa que tem 20 anos de trabalho. Por isso falo que nosso discurso é muito ligado ao aspecto econômico. O menino do bairro quando quer participar do festival, ele já está pensando no cachê, comparando com o cachê de uma pessoa que já é consagrada. E fala “ah, mas vou fazer de graça?”.

VS: Mas é uma questão também, não é tão simples: “por que pagam pros outros e ele vai fazer de graça?” Claro que é um discurso economicista, mas você tem que encontrar um meio termo de convivência dessas pessoas para que elas possam também apresentar e ver isso também, elas “não vivem de brisa”.

DH: Mas essa que é a grande questão: nem todos movimentos de arte fazem alguma coisa importante ligado à arte e ficam pra posteridade. As pessoas da periferia pensam em viver de futebol, música e pequenos delitos porque elas acreditam que esse é o mundo que deixaram para elas. Elas só conseguem ter prazer com coisas que os animais fazem, brigando, etc. Assim, vamos mostrar nossa complexidade como indivíduos, nós não queremos só comida, não queremos só saber votar, aprender a falar, a complexidade humana. O que é negado a ele e ele não percebeu ainda, está num discurso muito superficial, foi negado a ele a humanidade: o tudo que a humanidade produz é coletivamente de forma direta ou indireta, e quando alguém se apropria disso, consegue mais qualidade de vida, e fica mais preparado pra criar um filho de bem.

VS: Daniel, uma frase pra finalizar. Como você expressaria sua visão com uma frase simples.

DH: Eu espero por dias bons, mas estou vivendo dias ruins

VS: Essa conversa se materializará num texto, qual título você daria pra esse texto?

DH: “Tempos difíceis.”

VS: Como sair dessa encrenca de “tempos difíceis”?

DH: A solução está na utopia. A busca constante por aquele lugar não chegado, pois sempre terá coisas pra gente aperfeiçoar. Tempos difíceis pra todos, quem tem dinheiro tem medo de sair na rua e ser assaltado por alguém que não tem, tem medo de viver a vida inteira naquilo que não tem. E isso está gerando cada vez mais atritos e esses atritos estão gerando cada vez mais tempos difíceis.

Daniel Hilário, morador da Cidade Tiradentes, é agente cultural, estudante universitário de História, membro da Rede de Artistas da Cidade Tiradentes. Participou do Mapa das Artes e dos filmes “A Arte e a Rua” e “Lá do Leste”, codirigido por Carolina Caffé e Rose Satiko Gitirana Hijiki.



Ilú Obá De Min **A Presença da Mulher na Cultura de Rua**

Entrevista com Baby Amorim. Participação de Hamilton Faria e Valmir de Souza (Instituto Pólis)

HF: Baby, você poderia falar em que contexto surgiu o grupo Ilú Obá de Min?

BA: O Ilú nasce após a cisão do Oriashé, no qual nossa diretora Beth Beli exercia a função de diretora musical. O Oriashé Sociedade Brasileira de Cultura e Arte Negra é uma organização de mulheres negras que atua na Cohab Cidade Tiradentes. O Oriashé desenvolveu seu trabalho por um período de aproximadamente 16 anos e as fundadoras do Ilú Obá De Min, Beth Beli, Adriana Aragão e Girlei Miranda atuavam como diretoras musicais neste trabalho.

A ideia (após o último ano da formação do Bloco Afro Oriashé com nossas diretoras), era tornar-se um bloco composto somente por mu-

O resgate histórico está sempre presente através dos temas propostos para o carnaval. É uma oportunidade das pessoas conhecerem as histórias dos Orixás, de personalidades negras e da diáspora negra.

lheres negras o que não ia ao encontro do desejo da Beth, ela sempre achou que todas as mulheres tinham o direito de participar do bloco, independente da sua etnia. E assim deu-se a cisão e nasceu o Bloco Afro Ilú Obá De Min.

HF: Mas vocês são mulheres negras só, hoje.

BA: Não. Somos a soma de todas as cores. Há quem pense que o Bloco é composto em sua maioria por mulheres brancas, pela soma de mulheres mestiças e brancas que participam dele e a visão equivocada sobre o ser mestiço, que dependendo da tonalidade de pele, apesar de sua afrodescendência é tido como branco.

HF: Mas ele continua com esse nome?

BA: Sim, o Oriashé continua com este nome, sendo hoje uma ação social e cultural desenvolvida na Zona Leste. Em setembro de 2004, Beth, Adriana e Girlei realizaram uma oficina de toques femininos e masculinos dos Orixás. Em novembro de 2004, ao término desta oficina realizada na Casa de Cultura Jabaquara, nasceu o Ilú Obá De Min. E nas-

ceu.... nascendo!! Não só com a formação do Bloco, mas também com o “Ilú na Mesa”, Ciclo de Palestras e Debates idealizado pela Fabiane Reginaldo, uma de nossas integrantes.

HF: Mas sempre mantém esse “Ilú na Mesa”?

BA: Sim, desde 2004 realizamos duas mesas por ano, uma em março, mês da mulher, e em novembro, mês da consciência negra. As mesas são compostas apenas por mulheres, os assuntos abordados referem-se à cultura, educação, políticas públicas e questões raciais, com debate comandado por estudiosas e pesquisadoras das áreas da saúde, cultura, educação, antropologia e etc.

VS: O Ilú nasce com uma ideia de diversidade de ações de mulheres negras?

BA: Não, uma diversidade de ações de mulheres de todas as cores pensando uma sociedade menos racista, discriminatória, sexista e homofóbica. Em 2006, nos tornamos pessoa jurídica para buscarmos recursos para os nossos projetos, e iniciamos o projeto “Triunfo das Heranças Africanas”, um festival de arte negra. Fizemos cinco edições do projeto naquele ano, depois paramos por falta de apoio estrutural e financeiro. Retornamos em 2010 com o apoio e acolhimento do projeto pela Casa das Caldeiras, que também o sediou em 2011, e em 2012 o apoio foi da Funarte. Criamos a “Aula Espetáculo” em 2008, projeto onde tocamos

os tambores e falamos sobre a nossa história. Em 2010, nos tornamos Ponto de Cultura, conseguimos alugar uma casa e inaugurar a nossa sede, onde realizamos diversos cursos e encontros culturais e nasceram mais 3 projetos: Tenda Afro Lúdica, Cineclube Alamoju e Ilú na Estrada (Afro Turismo). Essa é a nossa linha do tempo.

VS: Esses projetos têm uma intenção de fazer uma interferência pública, expor a questão das mulheres?

BA: Das mulheres e também as questões raciais. Apesar de ser uma instituição feminina, que busca o empoderamento da mulher através da arte, é nossa missão trabalhar as questões raciais: racismo, preconceito, discriminação, identidade, ancestralidade, religiosidade, entre outros, e o compromisso com a manutenção e difusão das culturas afro-brasileiras e africanas.

HF: Na cultura negra, a entrada é o feminino.

BA: Exato! É este o contexto. “Não é só... Você mulher pode estar nesse espaço masculino” que é o espaço da percussão, da música, tanto religiosamente falando quanto culturalmente (onde existe tambor pode ver que é um espaço masculino e com poucas possibilidades para a mulher tocar), mas para que a mulher seja uma multiplicadora dos aspectos positivos que permeiam a cultura negra, um instrumento de

transformação do olhar sobre as culturas de matriz africana, que sofre com os olhares distorcidos. Quantas pessoas não tocam a campainha aqui da sede querendo saber que dia a gente tem atendimento espiritual, porque não conseguem desvincular cultura de religião.

O que o racismo faz para um indivíduo é de uma violência incomensurável. Muitas pessoas passaram e passam cotidianamente por isto e sentem-se extremamente machucadas, feridas. Crianças em geral não sabem lidar ou defender-se do racismo e do preconceito.

HF: Baby, o que esse trabalho tem ajudado a gerar em você, a partir dessa visão “africana”?

BA: Entrar no Ilú foi um divisor de águas. Eu era uma pessoa antes do Ilú e sou outra agora. Eu não era militante de nada. Apesar de inserida na cultura negra, pois frequentava escola de samba e rodas de samba, era somente esta a vivência que tinha em relação à cultura negra, tinha pouquíssimo conhecimento sobre as lutas e desafios do MNU (Movimento Negro Unificado) e referências sobre personalidades negras. Saber que Machado de Assis, Rebouças, Lima Barreto, Teodoro Sampaio, são afrodescendentes, faria uma grande diferença para a autoestima de jovens e crianças negras, mas esta informação é sempre suprimida, com ela teríamos ídolos para além da música e do futebol.

Para mim, foi redescobrir minha história, entrar de corpo e alma dentro dela, conhecer e construir uma nova visão e multiplicá-la.

HF: Conte um pouco mais da sua história.

BA: Sim, pois era uma coisa tão natural minha que não importava, podiam falar o que quisessem falar, mas lá (no samba)era o lugar que eu gostava de estar e admirava aquelas mulheres negras, queria estar sempre perto, de abraçar, ser acolhida por aqueles corpos negros. Eu gostava muito daquele espaço, é uma coisa que a gente não explica, batia mais forte dentro de mim, no coração, na alma.

Então eu ouvi o pulsar dos tambores do Oriashé, um ano antes de eu entrar para o bloco. Pensei: “Meu Deus, eu preciso fazer parte disto” Ngoma me chamou mesmo. Dois anos depois eu já estava fazendo um discurso político sobre negritude e direito à cultura, já havia sido arrebatada para a militância!

Até hoje, me dedico muito a este espaço, pela importância de sua existência e de cada ação que fazemos no sentido de minimizar a visão equivocada sobre a mulher e o negro, que levam a práticas de racismo e violência. O que o racismo faz para um indivíduo é de uma violência incomensurável. Muitas pessoas passaram e passam cotidianamente por isto e sentem-se extremamente machucadas, feridas. Crianças em geral não sabem lidar ou defender-se do racismo e do preconceito.

Então são duas Baby, uma antes do Ilú, e a que nasceu com o Ilú, que foi conhecer sua história e tornou-se multiplicadora dela.

VS: Entendo que levar a história é uma parte de disseminação da cultura.

BA: Exato, é difusão. É apresentar a cultura negra para o maior número de pessoas possível, já que é um projeto que invade as ruas da cidade. Apesar da diversidade de tons de pele, ali é o momento de reverenciarmos a cultura negra apenas. O resgate histórico está sempre presente através dos temas propostos para o carnaval. É uma oportunidade das pessoas conhecerem as histórias dos Orixás, de personalidades negras e da diáspora negra. Abordar um tema como Candaces Rainhas Mães do Império Meroé, que muita gente não conhece, foi mergulhar numa história que não está nos livros escolares. Como quando homenageamos Raquel Trindade, algumas pessoas já a conheciam, outras não. Foi uma oportunidade de conhecer o universo poético de Raquel e Solano Trindade. Também foi assim com a Leci Brandão. Afinal, passamos 6 meses trabalhando e respirando o tema proposto.

HF: Vocês trabalham junto com a Geledés?

BA: Algumas mulheres do Ilú são da fundação do Geledés. No momento não temos feito trabalhos com esta instituição, mas sim com o Amma Psiquê e Negritude.

o cortejo afrorreligioso é uma proposta inusitada. Você vê pessoas ajoelhadas fazendo oração em pleno carnaval, pessoas chorando quando começa e quando termina o cortejo do bloco.

HF: E esse trabalho que vocês têm desenvolvido, de reconhecimento, de negritude, das mulheres, da herança? Como a sociedade reconhece ou assimila essa diferença que vocês mostram?

BA: Há uma transformação efetiva naquele sujeito que entrou no projeto. Quando o bloco sai no carnaval e atinge um público de até 13 mil e outras milhares de pessoas que assistem os ensaios/oficinas, a gente tem consciência que está plantando uma sementinha de saber, de um novo olhar sobre as culturas negras e a mulher. A sociedade está sendo provocada para isto.

HF: Não é só uma fruição do carnaval, ao mesmo tempo ele vê o bloco negro, logo depois ele vê outro [bloco], você acha que isso tem um impacto cultural?

BA: Tem, tem um impacto cultural porque a proposta não é a mesma dos demais blocos, hoje temos vários blocos na cidade, cada qual com sua mensagem, mas o cortejo afrorreligioso é uma proposta inusitada. Você vê pessoas ajoelhadas fazendo oração em pleno carnaval, pessoas chorando quando começa e quando termina o cortejo do bloco. Sempre começamos o cortejo com uma oração para Oxalá. Temos em nossos cortejos pessoas que são religiosas, que são do Candomblé, e

reconhecem aquele momento, mas muitos não são e vimos o envolvimento das pessoas, elas sentem a paz e o amor que está sendo proposto. Não é um carnaval do sensacionalismo, do consumismo, da carne... é do sagrado e as pessoas conseguem sentir e diferenciar.

HF: Então ao mesmo tempo vocês estão disseminando uma cultura de paz?

BA: Sim, com certeza, porque passamos com uma mensagem de paz, alegria, união. É um carnaval que não tem briga, é impressionante, nunca tivemos nenhuma ocorrência. Ele é feito no mesmo momento que o carnaval oficial, mas não no sambódromo, é carnaval de rua, sem um contingente de segurança, com um mínimo de policiamento e milhares de pessoas. Então, a mensagem de paz está de fato sendo bem passada.

VS: Pelo que você está falando, essas ações dos blocos na rua, o Ilú também, são convivência auto-organizada. Não tem interferência da Prefeitura?

BA: Temos que ter a autorização da Prefeitura para o uso do espaço público, mas a ação é auto-organizada. Por três anos o Bloco teve parte da ação financiada pelo Projeto do Ponto de Cultura.

VS: Você estava falando que o índice de violência é zero.

BA: Sim! A gente desfila há oito anos e nunca tivemos nenhuma ocorrência. Acho que isso acontece por causa da essência feminina

do Bloco, da proposta e da mensagem que ele passa. É o sagrado dentro do profano, ali não é o momento de extravasar. São os Orixás sendo reverenciados! O período de carnaval é sinônimo de excessos e tem várias músicas que promovem isto. Este “vale tudo” pode se transformar em atos de violência. Mesmo tendo pessoas que excedem no nosso cortejo, acho que a energia feminina e a presença dos Orixás através da performance artística mudam estas forças.

HF: É quase um ritual sagrado dentro do profano, não é isso?

BA: Acho que sim. E creio que a presença dos Orixás (performance artística), somado à energia feminina, apazigua os ânimos, as pessoas seguem brincando, se divertindo e felizes, é contagiante.

HF: Vocês cativam o público, vamos dizer assim pela alegria e pelo ato de se dar, não é isso?

BA: É alegria, é amor, das mães ancestrais, das yabás, de nós.

HF: É interessante isso, como respeitar uma festa pagã. Você conviver naquele espaço gerando uma outra energia e tentando alinhar também. Porque no fundo você não está ali tentando mostrar o quanto o outro está equivocados. Tem uma linha de celebração.

BA: Sim, é um momento de celebração, onde todos estão convi-

dados a participar e ir juntos. Eu sou muito observadora e já pude ver coisas lindas nesses cortejos, pessoas choram do começo ao fim de tão emocionadas, eu mesma já chorei muitas vezes também, pessoas ajoelhadas quando cantamos para Oxalá. Por que tanta violência contra o povo negro, para com esta cultura? Mas ali estamos todos juntos compartilhando a história de um povo que foi violentado através dos tempos, para celebrar a ancestralidade, a beleza da nossa gente.

VS: Você acha Baby, que o poder público está preparado para trabalhar com essas inovações da questão africana no Brasil, e das ações dos movimentos de afrodescendentes e de mulheres negras? Quais são as respostas ou as propostas do Estado através de Secretarias da Igualdade Racial, Secretaria das Mulheres?

BA: Sim, o governo tem se preparado e principalmente escutado as demandas apresentadas pelos movimentos. Avançamos e temos ações afirmativas e políticas públicas implementadas, mas precisamos muito mais. As cotas hoje são um avanço, assim como a lei 10639/03, agora precisamos aplicá-las de fato.

O grande abismo é acreditarmos ainda na democracia racial. O conceito vem logo abaixo quando vimos o quanto as maiorias sentem-se ameaçadas sempre que se criam políticas para as minorias. O poder tem cor e classe social bem definida.

HF: Uma pessoa questionando as cotas falou pra mim: “Mas isso não é uma coisa por cima?” Eu respondi: “Tem que ser por cima, por baixo, pelo meio, por tudo”, por todos os meios tem que entrar essa política e as pessoas negam porque é uma coisa por cima.

BA: O grande abismo é acreditarmos ainda na democracia racial. O conceito vem logo abaixo quando vimos o quanto as maiorias sentem-se ameaçadas sempre que se criam políticas para as minorias. O poder tem cor e classe social bem definida.

VS: Ele quebra o critério único da meritocracia, que é um critério excludente, o negro não vai entrar somente por este critério.

BA: Temos em torno de 3% de alunos negros na USP , ali é lugar exclusivo para quem teve condições de ter uma formação exemplar, que teve condições de estudar nos melhores colégios e cursinhos, que a família investiu mil, mil e quinhentos, dois mil reais por mês para ele estudar. Então, se o Estado não oferecer educação pública de ponta desde a base para a população pobre (onde concentra-se o maior número de negros), uma hora ele terá que reparar isso.

VS: Qual você acha que é a grande lacuna das políticas públicas em relação à cultura africana no Brasil, e também em relação às mulheres. E o que o movimento social da cultura negra está propondo?

BA: Acredito que ainda temos uma lacuna, mas a formação de Secretarias e Conselhos específicos e de organizações como o Ilú Obá, são fundamentais para a promoção do diálogo, divulgação dos direitos e promoção das políticas públicas e também para a conscientização da sociedade civil para o acompanhamento destes processos e sua real implementação.

HF: Você acha que melhoraram as políticas públicas desde que vocês começaram até hoje?

BA: Sim, temos a lei 10.639 que fez dez anos, o Ilú tem nove, temos a mesma idade praticamente, criou-se a SEPPIR, o S.O.S racismo, saiu a aprovação do Estatuto da Igualdade, a titularização dos territórios quilombolas estão acontecendo apesar de existirem ainda muitos conflitos, surgiram as cotas. São grandes avanços que contemplam as antigas reivindicações e lutas por reparações do movimento negro.

VS: Vocês são Ponto de Cultura? Como foi o impacto da política do Programa Cultura Viva pra vocês, além do financiamento, mas a relação com o governo, com o Ministério, aspectos administrativos, prestação de contas? Primeiro a concepção em relação à política pública e depois a relação que estabeleceu com o governo, Minc, no caso.

BA: Ser Ponto de Cultura foi um avanço para a nossa instituição. Conseguimos alugar uma sede e adquirir bens materiais após a seleção.

Hoje temos computadores, filmadora, cadeiras, instrumentos e realizamos várias atividades itinerantes, pudemos conhecer outras instituições afins devido ao intercâmbio criado e a articulação entre os Pontos. O Programa Cultura Viva foi uma das políticas culturais mais importantes que tivemos no Brasil, ainda que tenha gerado problemas para algumas instituições em relação à prestação de contas implacável do Governo, que foge da realidade das instituições contempladas, foi um momento de empoderamento e autonomia para muitas delas e de abertura de diálogo entre os fazedores de cultura e o MINC, a SEC e Prefeituras. Nasceu a gestão compartilhada, um novo momento para a Cultura sem dúvida. A prestação de contas para os Pontos conveniados pela SEC foi menos burocrática que a dos Pontos conveniados pelo MINC, não houve a necessidade da prestação de contas técnica, mas ainda carregamos a dúvida, será que haverá uma surpresa no final? Houve o atraso de pagamento da 2ª parcela do convênio e isto foi uma irresponsabilidade com os Pontos e seus trabalhadores/educadores. Muitos Pontos dispensaram seus colaboradores por falta de dinheiro, isto gerou uma descrença num programa tão maravilhoso como o Cultura Viva. Eu sinto que com a Ministra Marta a chama está se acendendo novamente, é continuar na pressão para a manutenção do Programa.

HF: E vocês vão se manter como?

BA: Esse período de três anos foi o tempo para pensarmos ações que tragam recursos para a instituição. Temos que trabalhar muito para dar conta dos projetos e da manutenção do espaço, vamos seguir na luta.

VS: Para vocês talvez esteja melhor por conta da relação com o Estado de São Paulo, com o Minc foi mais traumático.

BA: Para os conveniados com o MINC foi mais traumático, mas a mudança de governo chegou a afetar a gente também. Nós fomos um dos 200 Pontos que ficaram sem receber, porque o Minc atrasou o pagamento no segundo ano. Foram quatro meses vendo as pessoas encerrando os projetos, fechando as portas, o Ilú sobreviveu a esta fase com a ajuda dos cachês dos shows, por ter um produto.

VS: Talvez fosse importante com essa nova gestão do Haddad que houvesse uma rede municipal, assim como tem a do estado de São Paulo, inclusive pro estado atuar melhor no interior porque a maioria dos Pontos de Cultura está na capital.

BA: Há esta perspectiva e o Haddad parece estar ligado nas demandas culturais. Cabe aos movimentos pautar MINC e SMC para que os convênios sejam firmados e os Pontos de Cultura do município passem a existir.

VS: E a cultura de paz no Ilú?

BA: No seminário Estéticas das Periferias apresentei nosso trabalho e abordei a diversidade que existe dentro do Ilú, a possibilidade de reunir orientais, brancos, negros, todas(os) em prol de um outro olhar para a cultura negra, para o ser humano de pele negra. No final da mesa, uma mulher veio falar comigo que o que a gente fazia era cultura de paz. Eu não tinha essa visão em relação ao trabalho do Ilú e concluí que o que fazemos também é cultura de paz.

HF: Você falou essa mudança de ser no mundo, essa mensagem que vocês dão ao mundo. Qual a mais importante pra vocês: essa mensagem que vocês passam ao mundo a partir da cultura negra ou o trabalho da linguagem artística que vocês tem?

BA: Com certeza a grande mensagem que passamos para o mundo é o respeito à diversidade, conviver em paz.

HF: Se vocês não tivessem essa concepção artística, vamos supor, sair no bloco sem a preocupação estética.

BA: Impossível para onde os ventos levaram o Ilú, o conceito estético e a concepção artística fazem parte do trabalho, não há como dissociá-las, uma vez que tornou-se um grande teatro de rua.

HF: Eu digo porque hoje é uma questão menos presente no debate cultural mas eu participei da geração do mimeógrafo, da geração marginal com poesias, publiquei livros e essas coisas todas e sempre tive uma preocupação com a linguagem, com a minha linguagem poética. Havia outras pessoas que não se preocupavam com isso, era mais passar a rebeldia pro mundo, e ficou pouca coisa daquele momento, ficou o movimento social, mas da arte mesmo, sobrou pouco. Então concluo que a visão de mundo e a linguagem artística têm que andar muito juntas.

BA: A Cultura é e sempre foi a forma poética de ver o mundo. No contexto do Ilú, significa utilizarmos a arte para provocar o pensamento, as emoções, os sentimentos. Trabalhamos naquilo que acreditamos e sempre preocupadas com a linguagem, a estética e a verdade.

HF: Baby, qual foi o momento de maior encantamento que você viu nesses nove anos?

BA: Foi no carnaval das Candaces. Assumi uma responsabilidade muito grande: cuidar da produção dos figurinos da bateria e corpo de dança., experiência pela qual ainda não tinha passado. Tivemos vários problemas, foram várias idas e vindas para o Brás e 25 de Março, problemas com o costureiro e 36 figurinos para serem feitos faltando uma semana para o cortejo, mas em contrapartida, valioso pelos laços humanos desenvolvidos. Apesar de todas as dificuldades quando as meninas entraram na avenida, elas estavam simplesmente maravilhosas.

Uma imagem que levarei pelo resto da minha vida. Esse sem dúvida foi o grande momento do Ilú Obá, eu chorei ao ver as mulheres que tocam tambores tão esplêndidas.

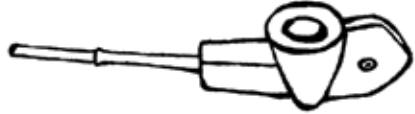
VS: O que significa mesmo “Ilú Obá de Min”?

BA: “Mãos femininas que tocam tambor para o rei Xangô”.

HF: E por que Xangô?

BA: É uma história pessoal da Beth Beli, nossa dirigente. Primeiro três mulheres de Xangô pediram para que ela trouxesse de volta os tambores para a rua e, espiritualmente falando, foram jogados os búzios (oráculo de Ifá) e eles confirmaram Xangô como patrono do Ilú Obá, por isto nossas cores são o vermelho e branco que são as cores de Xangô. O nome é uma licença poética derivado do instrumento musical Ilú Abá De Min, que são 3 tambores percutidos por três mulheres, então “ilú abá de min” virou Ilú Obá, que é Xangô “De Min” e ficou subentendido como “Mãos femininas que tocam tambor para o rei Xangô”.

Baby Amorim é Coordenadora de Projetos do Ilú Obá De Min Educação, Cultura e Arte Negra, e Produtora Cultural.



La Cultura de Paz en la Mesa de las Negociaciones

Jorge Blandón

Después de una “sobremesa” de cine brasileño, “Tropa Elite”, “Carandiru”, “Ciudad de Dios”, y otras menos reconocidas, enfrente nuevamente este texto que los amigos del Instituto Pólis me pidieron hace dos meses, y después de dialogar sobre los pormenores que debía contener este texto, hice una primera escritura que nos acercará a una reflexión sobre la Cultura de Paz desde nuestra experiencia creativa en Medellín, Colombia y la Comuna 2 de Santa Cruz.

Estoy en Ciudad Tiradentes. Dicen los que viven aquí que es el conjunto habitacional más grande de América Latina, cerca de 220 mil personas conforman este conglomerado humano; en las calles, entre los gritos de: -vai corinthians-, -¡gol, gol!-, se escuchan estallidos

de pólvora, desde hace varios días y noches no han parado; pienso en Medellín, la pólvora también suena para anunciar que un combo coronó un cargamento de droga*, aquí suena porque hay fútbol cada dos o tres veces por semana. Los equipos de aquí son un furor, los torcedores, como dicen aquí, tuercen y se retuercen con gritos y vítores. ¡En Medellín también pasa algo similar, la fiebre del fútbol!

Aquí me sorprende además de tanta pólvora y gente junta, tantos automóviles, dicen algunos integrantes del Instituto Pombas Urbanas¹⁸ que cuando vinieron a vivir al barrio esto parecía un cementerio de carros viejos, como en la película Mad Max (1979); pero hoy la baja de los intereses en los préstamos bancarios ha permitido que mucha más gente tenga su carro nuevo, dicen las noticias que “30 millones de personas ya no son pobres”, también que Brasil ocupa el quinto lugar en el mundo entre los países más desarrollados.

Bueno, no sé si el Primer Mundo pase por este meridiano del barrio Tiradentes, con tantas calles rotas y estrechas, donde ir al centro en auto son tres horas de trayecto, si combinas auto y metro son dos, es así que a más desarrollo, menos calidad de vida y tiempo.

Mientras escribo, escucho una canción de Juanes, canta-autor colombiano, que en una nota de prensa decía: “Nuestra conciencia ha estado dormida por cientos de años, y los pilares bajo los que se construye nuestra sociedad son los de la mentira y la economía”¹⁹. Esa

frase me lleva pensar que el meridiano del Primer Mundo tampoco pasa por mi calle, mi ciudad, mi país, creo que pasa lejos de nuestras manos, pasa por las manos de aquellos que dicen mentiras y nos someten a la tiranía del sistema económico, que ha capturado la vida, ¡qué tragedia para nuestro mundo!

Gracias maestro Milton Santos por pensar que otro mundo es posible, por invitarnos a ver desde nuestros propios puntos de vista, para que entendamos que nuestra descolonización se hace desde nuestros propios ojos; América Latina es un continente en busca de su propia esperanza, donde mujeres y hombres con el color del barro en sus rostros, se levantan todos los días en busca de sus propias utopías. Ellas y ellos realizan actos que construyen cultura de paz, como los que en Medellín un día nos propusimos optar ante las ofertas de muerte y barbarie, por opciones que pasan por la vida, opciones que trascurren en las calles como una oferta legal y de vitalidad, donde el arte es la fuerza para tejer humanidad.

Tomo en mis manos la carátula de la película que veré hoy, pienso: bueno, aún persisten los que se suman al viaje del sin regreso, los que toman caminos contrarios, los que protagonizan “Carandiru” o la “Ciudad de Dios”, o los rostros de las películas colombianas “Sumas y Restas”, “Rodrigo D no Futuro”. ¿Qué proponen Fernando Meirelles y Victor Gaviria? ¿Qué veamos nuestra propia tragedia? ¿Qué no nos

Construyendo Artistas para la Vida significó para nuestra organización comprender el potencial transformador del arte en la vida de los jóvenes y en las comunidades

olvidemos de lo que ocurre en las fronteras del barrio? ¿Que no nos creamos aquel cuento de que todo está bien? ¿Que lo que dicen los medios es el falso bienestar de la publicidad? ¿Qué hay unos que viven con

todo el dinero del mundo y otros que se joden porque no tienen ni un centavo de Real?

Afuera siguen los estallidos de pólvora entre voces de chiquillos que juegan. Ladran los perros, y pienso en el Quijote Latinoamericano, aquí en este barrio de Ciudad Tiradentes, en la sede de Pombas Urbanas, en 2009, 16 grupos de teatro comunitario de 10 países nos juntamos para soñar, para decirnos mutuamente que sí es posible hacer que el arte y la cultura sean una bella opción para la gente, para que niñas y niños sean más próximos a sus actos de libertad y alegría, a cómo ser coherentes con nuestro pensar y con nuestro hacer. Éste sí que es un gran desafío, actuar activamente por la PAZ.

Pero, ¿cómo se “enfrentan” esas agrupaciones que trabajan en las ciudades más complejas del continente, y proponen a sus vecinos de territorio, que sí hay otras opciones distintas a las que proponen los grupos armados al servicio del narcotráfico, o de las bandas

delincuenciales, o en el caso de Colombia a los paramilitares y las guerrillas?

¿Cómo tejer armonía y establecer espacios de diálogo, afecto, libertad y respeto junto a otros?

¿Cómo es que estos grupos adelantan acciones creativas, diferenciadoras, algunas performativas, y de impacto mediático, con la plena consciencia que deben hacerlo en medio de la confrontación armada?

Creo que 25 años de trabajo con la *Corporación Cultural Nuestra Gente* de Medellín nos permite dar respuesta a esos interrogantes anteriormente planteados. Voy a tomar algunos momentos y ejemplos para tratar de dar luces.

NUESTRA GENTE²⁰, creada por jóvenes de uno de los barrios catalogados como de los “más violentos” de Medellín, en tiempos en que el cartel²¹ hiciera la mayor publicidad posible de la ciudad, sin invertir un peso en las agencias de marketing de ciudades, y con la ayuda incondicional de la DEA, la CIA y demás policías del mundo, otorgándole así a Medellín el lugar de la ciudad más violenta del continente.

Para aquella generación no fue fácil: A finales de la década de los 80's y 90's tenías en la mano un millón de pesos (\$1.000 R) por matar un policía, o tu corazón -que aún funcionaba mientras tu cuerpo ya era

el de un muerto- estaba en las manos de un médico del hospital San Vicente de Paul para hacer un trasplante, o tenías una bota en la cabeza o una cruz en la frente. Todos éramos sospechosos de formar parte de las bandas del narcotráfico, para el Bloque de Búsqueda o mejor las “tropas elites” de aquella época, ser joven era sinónimo de pillo²². Cada día por las empinadas calles del barrio, se movilizaban hombres de negro, en camiones y en tanques Cascabel y Urubú.

¡Qué casualidad! Veinte años después estoy en Brasil, donde esos armatostes se construyen, con tecnologías de este lado, con apropiación

Nuestros proyectos nos han permitido construir cultura de paz en medio del conflicto, pero no podemos hacerlo solos, se requiere de la voluntad política y social.

de punta, puestas a prueba en Medellín en los 90's, y vueltas a traer con sus actuales desarrollos a las favelas de Rio de Janeiro y São Paulo. ¿Qué nos queda por hacer a las

organizaciones comunitarias de base de América Latina cuándo los tanques de guerra transitan por nuestras calles en vez de nosotros? ¿Cuándo 7 de cada 10 personas asesinadas en nuestro continente son jóvenes?²³

Y un dato de UNASUR para pensar un instante: “Colombia es el segundo país de la región, después de Brasil, que más recursos dedica al

gasto militar, 17. 000 millones de dólares entre el año 2006 y el 2010”. Este dato sí quisiera que nos lo expliquen los que, como dice Juanes, “nos mienten”.

“Pero quién dijo que todo está perdido...”

En aquellos años 90’s tuvimos la pericia ante las balas y el fuego cruzado, las bombas y la metralla de emprender acciones que rompieran el miedo, “barricadas de poemas” ante el conflicto, actos que nos permitieran recuperar la confianza y el espacio de la calle como un lugar para el encuentro de todos.

Nuestras propuestas comenzaron con unas jornadas creativas donde los jóvenes que no tenían que ver con el conflicto bélico, adquiriesen espacios de expresión y profunda esperanza, como poder ofrecer para la vida...el corazón.

Abrimos una sede - casa, con nuestras solidaridades creativas. Creamos allí una biblioteca popular, hicimos de esa casa de muñecas un lugar significativo, un punto de cultura, lugar de encuentro, donde ofrecer nuevas opciones a la gente del barrio, talleres de guitarra, canto, plásticas, teatro, títeres, danzas, todo lo que cada uno de los integrantes sabía hacer. Se tenía la “obligación amorosa” de compartir con otros; los señores del conflicto tenían “el pum” y nosotros el poema, así que

nuestros días estaban llenos de juegos y alegrías, no habían espacios para el aburrimiento, cada segundo, cada centímetro era un ir corriendo en busca de los días dilapidados por la parca.

De nosotros eran las acciones culturales y artísticas, actos de vida, de alegría de paz. Buscábamos expresarlas en las paredes del barrio, de la ciudad, un periódico abierto que no tenía censura, ni censores para escribir las propias noticias de la gente del barrio que hablan de libertad, que dicen: “No a la Guerra”, que exigen con profunda rebeldía que se precisa de condiciones para vivir y hacer la cultura.

Así tomamos parte del movimiento cultural Barrio Comparsa, cientos de chicas y chicos caminando la ciudad en patas de palo, donde nos tomábamos la calle para vivir y celebrar la vida misma; también abrimos el espacio para proyectar películas y recitales de los grupos que se conformaron en la Comuna. Poco a poco fuimos recuperando la calle, pero también debíamos vincularnos con la escuela, por esto el proyecto “Escuela sin Paredes, Jornada complementaria” nos permitió acercarnos a la infancia y a los docentes de la enseñanza primaria. Las niñas y niños visitaban nuestra sede en la cual recibían formación en teatro y un acompañamiento desde el equipo psico-social de nuestra organización para ellos y sus familias, con el cual se buscaba que los chicos realizaran otro tipo de actividades extracurriculares promoviendo valores como el respeto, la tolerancia, la solidaridad, que a través del

proceso de formación teatral y las puestas en escena, construyeran la confianza en sí mismos y en los demás.

Construyendo Artistas para la Vida significó para nuestra organización comprender el potencial transformador del arte en la vida de los jóvenes y en las comunidades; el proyecto vinculaba la formación de grupos de teatro juveniles en diferentes barrios de la zona, quienes recibían constantemente capacitación artística y técnica con énfasis en lo teatral, pero también un equipo de psicólogos y trabajadores sociales acompañaban a los jóvenes en la construcción de su proyecto de vida,

y a sus padres en procura de mejorar las relaciones entre unos y otros. Hoy este proyecto se transforma en “Artistas que Construyen Ciudadanía”, a través del cual se busca que

Cincuenta años de conflicto armado en Colombia, podemos decir que se le ha invertido toda la riqueza del país a la guerra.

los jóvenes se reconozcan como portadores de derechos, se hagan a espacios de participación y logren - a través de sus grupos de teatro- incidir política y socialmente dentro de su comunidad más próxima, pero también de la ciudad.

Estas dos apuestas han sido el pilar de nuestra organización porque comprendimos que la cultura de paz no es sólo una intencionalidad inherente a los proyectos, sino que es un proceso que se enriquece

cuando es la voz de los jóvenes la que se escucha y se potencia.

El Encuentro Nacional Comunitario de Teatro Joven ha sido nuestra acción más directa en la calle. Cada primer domingo del mes de noviembre durante 17 años, la alegría y el color de la fiesta del teatro comunitario se roba la atención de los habitantes del barrio Santa Cruz. Este Encuentro lo hemos realizado con los esfuerzos de muchos para acercarle a nuestros vecinos a través de la magia del teatro, otros mundos y otra gente de toda América Latina que también pasa por situaciones de violencia, marginalidad y exclusión como las nuestras.

La construcción de confianza en pro de la vecindad es nuestra apuesta desde este encuentro para la cultura de paz.

Nuestros proyectos nos han permitido construir cultura de paz en medio del conflicto, pero no podemos hacerlo solos, se requiere de la voluntad política y social. Nos ha exigido provocar una gran movilización ciudadana. En nuestros trágicos años 90's los habitantes de la ciudad sentíamos que el problema no era de unos u otros, era de todos y por esto se hacía necesario establecer una conciencia crítica, que requería un compromiso de toda la sociedad para encontrar espacios para el diálogo, actuar de forma concertada, con una escucha profunda de los problemas de toda una ciudad, que veía como siete mil jóvenes menores de 23 años quedaban aplastados por la maquinaria de la muerte.

Por la ventana del apartamento se cuelan sonidos de un rap, distingo

la voz del rapero GOG de Brasilia, ya escuché su rap con la ...policía pacificadora...pienso en “Revolución sin muertos”²⁴, un bello escenario para intercambiar ideas con la gente de Brasil y Medellín. Mientras tanto en mi computadora suena “Muevan las industrias” de la banda de rock chilena Los Prisioneros, lo escucho y pienso en el país de Neruda, la economía fue el pilar del desarrollo, y con ella la guerra como el motor de la industria; nunca me gustó el modelo chileno, tuvo mucha sangre para aceitar “la máquina del milagro” económico.

No puedo “dejar de ver la paja en el ojo ajeno”, sin mirar la viga que hay en el nuestro.

Tras cincuenta años de conflicto armado en Colombia, podemos decir que se le ha invertido toda la riqueza del país a la guerra. Y aquí quiero citar a Juan José Echavarría, miembro de la junta directiva del Banco de la República, quien dice en el estudio *Historia Económica Reciente de Colombia*²⁵, que “La guerra genera gasto que se va a la basura, porque invertir en lo militar sólo sirve para ganar la guerra, pero no crea riqueza”.

Pero esto no importa, porque hablamos de economía (de guerra), parodiando a Bertol Brecht, “cuánto cuesta el hierro”, cifras para entender nuestra realidad:

- Colombia invierte en la guerra el 3,6% del PIB
- Ecopetrol, la empresa de petróleos de Colombia, de la cual el 20%

ahora pertenece al sector privado, perdió en un día 11.000 barriles de crudo, avaluados en 2.000 millones de pesos colombianos, (1 millón de USD o el equivalente a 2 millones de Reais), producto de las voladuras a su infraestructura.

- Una reciente encuesta de la Universidad de los Andes, el centro de educación superior privado más importante de Colombia, situado en Bogotá, nos arroja que “las empresas colombianas invierten entre el 1 y el 5% de sus utilidades en seguridad”. Cabe anotar que la seguridad en Colombia tiene varias cabezas, las fuerzas del Estado, paramilitares, bandas criminales y guerrilla.

- “Colombia tiene en sus fuerzas públicas, (ejército, policía, Dijin, otras), mucho más integrantes, que profesores de enseñanza pública”.

- “Por cada 100.000 habitantes en Colombia, 9 hacen parte de la fuerza pública, el promedio en Suramérica es de 3”.

Y una última que me gusta repetir: un avión Supertucano, de fabricación brasilera, cuesta 20 millones de dólares, lo que cuesta construir en Medellín un colegio de calidad para más de 1.000 estudiantes y un centro cultural para más de 40.000 personas al año. Cinco veces este valor fue la inversión de los Puntos de Cultura en Brasil para beneficiar más de 3.500 Puntos de Cultura y 8 millones de personas, como protagonistas de su propia realidad cultural durante el año 2010.

Qué falta de conciencia, qué maldita inconsciencia colectiva nos

trae la guerra! Sólo advertimos de ella cuando toca el refrigerador de nuestra comodidad. La guerra nos quita la vida, nos trae miedo, crea inseguridad, genera muerte, lesiones, invalidez, baja autoestima, poca creatividad, desconfianza en y hacia los otros, y poca crítica social. Y aun así se sigue invirtiendo tanto dinero.

Nuestro Quehacer Innovador, la Vida

Si bien estas cifras no son nada alentadoras, para este grupo de muchachas y muchachos del barrio Santa Cruz de Medellín, que no estaban en las cifras de los uniformados para ir a la guerra, se hacía necesario comprender que la tarea pedagógica debía estar en la acción de “contradecir la muerte”, establecer espacios de afecto, libertad, pensamiento crítico y libre, mujeres y hombres comprometidos con espacios vivos, abiertos y soberanos, donde la ética y la estética fueran parte de la cotidianidad, provocando una profunda transformación social.

Esta “economía” de vida era nuestro patrimonio, lo que exigía a todo el grupo humano y creativo que primara el deseo permanente de procurar el derrocamiento de las fronteras del miedo, esas que se instalan en las calles y en barrios de la comuna y la ciudad. Reivindicamos la necesidad de que la comparsa, el acto festivo, la celebración por la vida

se impusieran como expresiones amorosas y reconciliadoras, que las expresiones del arte y la cultura debían pasar por los laberintos de la ciudad; cientos de niñas, niños, adolescentes y jóvenes, seres de buena fe y de profunda esperanza, debían ser escuchados, sus mensajes de alegría y paz merecían un lugar en el espacio público, en los medios masivos de comunicación, en sus casas, en el barrio, en la esquina, en el corazón del amigo.

Esta “economía” de vida era nuestro patrimonio, lo que exigía a todo el grupo humano y creativo que primara el deseo permanente de procurar el derrocamiento de las fronteras del miedo, esas que se instalan en las calles y en barrios de la comuna y la ciudad.

Desde la Corporación Cultural Nuestra Gente siempre ha tenido cabida el diálogo continuo y respetuoso, desde el quehacer del artista, como sujeto clave, proponiendo una neutralidad activa, para así estimular la

conversación, el intercambio, canalizar la fuerza creadora de las comunidades en sus resoluciones pacíficas, darle lugar a los que no encuentran voz, para que sean protagonistas de su propia realidad, que esas comunidades puedan avivar el espíritu de la representación, donde sus historias de amor y vida sean las que movilicen la razón y el sentimiento, articulada en un fuerza relacional, que reconozca esas otras

historias que se han mantenido ocultas.

El papel del arte es el “des-ocultamiento” de esas otras bellas gestas de transformación y cambio que procuran estos “artistas para la vida”. Entendemos la vida como centro de todo, es por ello que deseamos hacer juicio a los desequilibrios impuestos por el conflicto, que la sociedad considere inaceptable que un arma de fuego como, un fusil de asalto de marca Galil, de fabricación israelí, que cuesta en Colombia \$2.070.000 (2.000 Reais o 1.035 USD), sea mucho más fácil soportarlos en los presupuestos del gasto público nacional, que los 500 mil pesos colombianos (500 R) que cuestan los instrumentos de percusión de una papayera - agrupación de música folclórica de la costa Caribe colombiana - o de una chirimía - agrupación de música folclórica de la costa Pacífica colombiana - expresiones de paz y alegría de nuestras comunidades vivas.

La construcción de la cultura de paz requiere establecer más intercambios donde podamos reafirmar nuestras músicas y danzas como actos de convivencia, las que sabemos vienen en movimientos acompasados de nuestras danzas folclóricas, que se parecen a las de acá y a las de allá, ver y sentir el ritmo de un Porro paletiado, o de un Forró en Brasil. Establecer un lugar donde los cuerpos se comuniquen, establezcan reglas de respeto, cercanía, libertad, calidez, amistad, fiesta, celebración por la paz. Son muchas las coincidencias que nos

reafirman en nuestra gran diversidad, en nuestra fuerza cultural que se hace fandango, mapalé, makulele, puya, caballito marino. Tantos ritmos como pueblos somos, expresiones de la libertad animada y estimulada por las culturas. El gusto y el placer que genera el arte, es un soporte

La construcción de la cultura de paz requiere establecer más intercambios donde podamos reafirmar nuestras músicas y danzas como actos de convivencia, las que sabemos viene en movimientos acompasados de nuestras danzas folclóricas, que se parecen a las de acá y a las de allá, ver y sentir el ritmo de un Porro paletiado, o de un Forró en Brasil

para el reconocimiento de una comunidad a otra, son espacios de paz que se comparten con alegría y amor.

Seres humanos buscando a otros seres humanos con quienes hacer la paz, el amor y la transformación de su sociedad. Ahora quedamos en manos de nuestras culturas, y en la

comprensión de nuestra bella diversidad para hacer la unidad.

No debemos aceptar más la frase demagógica de: “quien empuña un instrumento, jamás empuñará un arma de fuego”, es necesario ver esto modificado en el gasto bélico, y aquí esperaríamos que frases como las del actual presidente de Colombia Juan Manuel Santos, sean ciertas

y certeras: “Queremos un mañana en que podamos gastar menos en armas y más en libros”.

¿Será posible soñar, una vez más con la paz?

Si fuera así tomo eco de una propuesta que me hiciera Celio Turino, pensando en el proceso de paz en Colombia, que mientras duran las negociaciones actuales entre gobierno colombiano y guerrillas de las FARC, le sugiriéramos a la Mesa de Negociación que se entregue a cada niña, niño, adolescente y joven colombiano una mensualidad por valor del que recibe un soldado profesional activo en la guerra, y que este aporte fuera para fortalecer las acciones de la Cultura Viva Comunitaria en Colombia.

Dicen que la paz camina con nuevas ropas, que está en las calles, que se viste de fiesta, así que apurar para no perder el inicio de la celebración.

Y que podamos entender a Fernando González (escritor y filósofo colombiano) cuando decía que: “en el silencio no hay humildad, ni orgullo, ni obediencia ni mando, pobreza ni riqueza, bien ni mal, ¡es silencio! No hay nada por encima ni por debajo del silencio, que es la paz”.

Suena mi aparato celular, no lo encuentro, lo busco, a propósito ¿cuánto cuesta un minuto de celular en el mundo? Aquí en Brasil no venden minutos en la calle, bueno para qué, si hay más de 240 millones

de aparatos en la calle, “Las bandas” electromagnéticas son nuestras pero los operadores privados ahora controlan el mundo, saben lo que tú hablas e escribes. Ellos son dueños de tus besos, de tus abrazos virtuales, así que espero que un día esos que comunican al mundo digan: -¡vino la paz!. Dicen que la paz camina con nuevas ropas, que está en las calles, que se viste de fiesta, así que apurar para no perder el inicio de la celebración.

Queda absolutamente claro que la paz no se hace por decretos, que ella nace de la voluntad de los hombres que están inmersos en el conflicto, que para buscarla es preciso establecer un escenario de diálogo, intercambio de ideas bajo el deseo de la cooperación y en un espíritu de entendimiento, que se hace de suma importancia establecer reglas claras donde valores como la libertad, la justicia, la igualdad, el amor, la solidaridad, la armonía, la humildad, la franqueza, la diversidad, la unidad, la convivencia, la sinceridad...se pongan en la mesa y la mesa es toda la sociedad.

JORGE BLANDÓN es Maestro en Arte Dramático, egresado de la Universidad de Antioquia, Director de la Corporación Cultural Nuestra Gente de Medellín, Articulador de la Red Latinoamericana de Teatro en Comunidad y de la Plataforma Puente Cultura Viva Comunitaria.

Notas

*Esta expresión hace referencia a que un grupo (combo) de narcotraficantes logra evadir la ley y hacer entrega (coronar) de un cargamento de droga.

18. En octubre de 2012, el grupo Pombas Urbanas celebró 23 años de existencia. Nace a partir del proyecto “Semear Asas”, concebido por el director Lino Rojas con el objetivo de formar actores y técnicos para el teatro con jóvenes de São Miguel Paulista, zona leste de São Paulo. Desde enero de 2004, el Instituto Pombas Urbanas se dedica a la estructuración del Centro Cultural Arte em Construção, en el barrio Cidade Tiradentes, zona leste de la capital. Local donde se generan oportunidades de desarrollo artístico y humano para la comunidad.

19. Extraído del periódico colombiano El Tiempo, edición del 23 de septiembre de 2012.

20. La Corporación Cultural Nuestra Gente, es una institución sin ánimo de lucro, de derecho privado, organización de base, que nace en 1987, animada por la necesidad de unir esfuerzos de jóvenes de la zona Nororiental de Medellín para mostrar lo positivo de nuestros barrios y así el arte y la cultura sean cercanos a sus habitantes. Durante estos 25 años se ha desarrollado un proceso permanente de formación y capacitación que se inspira en el arte y la cultura animando un proceso comunitario, humano y artístico, entendiendo ello como una opción de vida de niñas, niños, jóvenes, adultos y adultos mayores, mujeres y hombres; incursionando en programas de teatro, títeres, danza, música, recreación, comunicación comunitaria, radio y TV proyectando toda nuestra labor en intercambios, muestras, festivales y encuentros artísticos comunitarios.

21. El Cartel de Medellín era el nombre bajo el cual operó la organización delictiva más grande de la ciudad y del país, su actividad principal estaba centrada en la producción y tráfico de drogas. Su figura principal era Pablo E. Escobar.

22. Pillo: Sinónimo de delincuente.

23. Datos de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos.

24. El festival de Hip-Hop en Pro de la Paz la Memoria y la No-Violencia “Revolución Sin Muertos”, es una iniciativa de la Red de Hip Hop de la ELITE, para expresar a través de la música las situaciones de conflicto y las problemáticas familiares, sociales, económicas a las cuales se ven expuestos la juventud de esta zona. Es uno de los principales eventos de Hip Hop que se lleva a cabo en la ciudad de Medellín. Ver en: <http://hiphopbta.com/revolucion-sin-muertos-2012/>

25. Este artículo se encuentra en el periódico El Tiempo, edición del día 23 de septiembre de 2012.



La Red de Colectivos Culturales Comunitarios de Tamaulipas, México

José Antonio Mac Gregor C.

Cuando la violencia, la discriminación y la intolerancia hacia migrantes de todo el mundo, al igual que a los indígenas, ancianos, discapacitados, pobres y particularmente hacia los jóvenes, adquieren proporciones descomunales, pareciera imperar una desesperanza generalizada.

Los más elementales valores cohesionadores de una sociedad como la solidaridad, la colaboración y el respeto elemental a las normas de convivencia social se derrumban ante el individualismo, el consumismo a ultranza y la pulverización del concepto de comunidad.

Cuando este panorama global pareciera constituir nuestra irremediable realidad y destino, vale la pena repensar la vida, regresar a las raíces, releernos en el espejo de obsidiana con pantalla de plasma

y visualizar caminos posibles y nuevas alternativas desde lo local, para renovar y reconceptualizar nuestros vínculos con lo global.

Un camino sensato para iniciar una reflexión de esta naturaleza, debe partir de la cultura y las relaciones que las personas crean y recrean hoy para construir sus identidades; estos fenómenos sólo pueden ser analizados acertadamente cuando se visualizan sin prejuicios, sin actitudes inquisidoras o dogmáticas, sin la prepotencia del que cree tener la verdad y con la audacia del que sabe que la única manera de aportar mejores

Un camino sensato para iniciar una reflexión de esta naturaleza, debe partir de la cultura y las relaciones que las personas crean y recrean hoy para construir sus identidades

soluciones a los problemas sociales pasa por la creatividad humana, el diálogo, el respeto y la capacidad innovadora que mostremos para comprender y transformar el mundo.

¿Por qué apostarle a la cultura? Porque es la atmósfera

de relaciones que configuramos y reconfiguramos permanente y cotidianamente para darle sentido a la existencia, para comprender lo que pasa a nuestro alrededor, para aferrarnos a ciertos valores y formas de ver y vivir la vida. Hay humanos que viven en atmósferas violentas porque los individuos que las crean son violentos y aspiran a resolver las diferencias y los conflictos con la violencia; que seguramente son

víctimas de la violencia y de muchos abusos; que no se imaginan otra forma de vivir; que siempre están resentidos y poseen principios donde la vida no vale nada y se la juegan a cada instante aunque sepan que poco les va a durar. Su proyecto es desatinado y suicida ya que prefieren vivir poco pero con lujos, en vez de vivir una larga vida de pobreza y promesas siempre postergadas. ¿En qué momento la vida comenzó a perder valor hasta convertirse en un cheque en blanco que puede usarse de cualquier manera posible? ¿En qué momento nuestra sociedad permitió que ese proyecto de vida suicida imperara entre vastos sectores de nuestra juventud?

Algo hicimos muy mal como sociedad que dejamos a muchos jóvenes sin acceso a la educación, sin trabajo dignamente remunerado, sin opciones recreativas a su alcance. El rector de la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), José Narro Robles, afirmó que los jóvenes «No tienen opciones y son presa fácil del crimen organizado» (Excelsior, 2011, p.15). «La carencia de políticas acertadas ha propiciado que los jóvenes sean los más afectados por la delincuencia organizada, pues no cuentan con opciones seguras para vivir un futuro promisorio» (idem). Según un estudio realizado en 2004 por la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL): los jóvenes gozan de más acceso a la educación y a la información que los adultos, (pero) cuentan, en contraste, con menores oportunidades de empleo y acceso al poder...

Los jóvenes se encuentran ante el dilema de no encontrar trabajo, es decir, los y las jóvenes acceden cada vez más al sistema educativo pero tienen menos posibilidades de integración social a través del trabajo.

En ese sentido las expectativas de autonomía se ven frustradas, ya que dadas las condiciones, la dependencia de los jóvenes (fundamentalmente económica) hacia sus padres y madres es más alta «y no poseen canales productivos e institucionales para plasmarlas materialmente» (SEPÚLVEDA LÓPEZ, 2008, p. 48).

**¿Por qué apostarle a la cultura?
Porque es la atmósfera de
relaciones que configuramos
y reconfiguramos permanente
y cotidianamente para darle
sentido a la existencia.**

Antes de que disparen el primer tiro que inicia la violencia, miles de jóvenes en México han sido víctimas de muchos tipos de violencia, provocados por un modelo de sociedad que se ha mostrado incapaz de ofrecerles opciones

de vida digna, certeza elemental y, lo peor: esperanza en un futuro mejor. Dicho modelo les ha dejado sin seguridad en el acceso a la educación, al trabajo, a la salud, a la recreación, a la expresividad, a la creatividad. Discriminación, criminalización juvenil y desintegración familiar.

En Tamaulipas, la escalada de violencia que dicha entidad vive, dejó en 2010 la cifra más alta de muertes desde 2006, con más de 1 209

asesinatos, lo que significa un incremento de 1 200% en comparación con los tres años anteriores, cuyo promedio anual fue de 90. Tamaulipas se posicionó con el aumento de crímenes en los últimos dos años, en el top ten de los estados más inseguros del país y como el tercero más violento en 2012, sólo superado por Chihuahua y Sinaloa.

Como no podemos esperar a que las condiciones estructurales que determinan la actual problemática de los jóvenes se modifiquen para iniciar acciones que ofrezcan opciones dignas que favorezcan su humanización y el ejercicio de su libertad como actores en un mundo que los excluye, se diseñó el proyecto «Gestión cultural para la paz y la reconstitución del tejido social», apoyado con profunda convicción por el Instituto Tamaulipeco para la Cultura y las Artes (ITCA). Así, a partir de 2011, se inició su instrumentación, la cual consiste en crear Colectivos Culturales Comunitarios (CCC) en los municipios más violentos del estado.

En año y medio se han constituido trece CCC en igual número de municipios y se creó la «Red de CCC» que incluye y representa a todos mediante un Consejo (con un representante de cada CCC), desde donde se realiza un ejercicio de planeación estratégica para diagnosticar realidades cada vez más complejas, leer oportunidades de desarrollo, proponer estrategias conjuntas, elaborar proyectos, gestionar recursos, dar seguimiento, evaluar y revisar permanentemente las directrices que

orientan el curso de la Red.

En año y medio, los CCC han llevado a cabo una importante cantidad de Jornadas Culturales Comunitarias en colonias populares, organizadas mediante talleres artísticos con una gran gama de actividades como muralismo, grafiti, música, danza, teatro callejero, títeres, reforestación, hip hop, fomento a la lectura, ciclos de cine, actividades en centros penitenciarios, festivales, pintura, poesía, cursos de verano, jornadas de prevención contra la violencia, fotografía, serigrafía, skate, street art, cosplay, encuentros de arte urbano, conciertos, artesanía ecológica, bailes y una importante cantidad de actividades surgidas de su creatividad: comparten lo que saben hacer y les gusta, a una comunidad que requiere urgentemente recuperar sus espacios públicos robados por la violencia.

A la fecha los CCC que se han creado son: en Nuevo Laredo, «400 Lux»; en Tampico/Madero, «Alcanzarte»; en Ciudad Victoria, «S.O.S. 834»; en Ciudad Mante, «Beat Cultural»; en Tula, «Accionarte»; en Reynosa, «Sehres»; en Matamoros, «F.R. Kopain»; en Río Bravo, «Arte Zea»; en Antigua Morelos, «Hamor-04»; en San Fernando, «Koconé»; en Valle Hermoso, «Chapra VH», y en Aldama, «Lora». Cada CCC agrupa a aproximadamente 20 jóvenes de entre 15 y 29 años, con proporciones similares entre mujeres y hombres.

¿Qué es un Colectivo Cultural Comunitario? En primer lugar, una agrupación de jóvenes que comparten una misión, una visión y valores

necesariamente vinculados a lo mejor del ser humano: la capacidad de servir y el compromiso de facilitar a sus comunidades el ejercicio de sus derechos culturales: identidad, memoria, patrimonio cultural, acceso y participación en la vida cultural, educación, formación, información y comunicación. Un CCC enfatiza su acción hacia las comunidades más desfavorecidas: migrantes sin nada más que su vida, sus miedos y su cultura; ancianos sin nada más que sus recuerdos, sus angustias y sus insomnios; discapacitados excluidos de la posibilidad de compartir y convivir con los demás; madres solteras despreciadas por sus familias, sus profesores y centros de trabajo; solitarios deprimidos por la separación de sus padres o por ser víctimas del bullying; niños a quienes nunca les han contado un cuento; mamás que ya no saben qué hacer con sus hijos encerrados en casa y que no tienen otra opción que ver con ellos telenovelas o programas violentos y cada vez más sangrientos; mujeres y hombres comunes que viven una cotidianidad acompañada

No podemos esperar a que las condiciones estructurales que determinan la actual problemática de los jóvenes se modifiquen para iniciar acciones que ofrezcan opciones dignas que favorezcan su humanización y el ejercicio de su libertad como actores en un mundo que los excluye

por el miedo o el fastidio de una monotonía rutinaria.

Los CCC nacen en primer lugar, para servir a esos otros que también somos nosotros, porque poco a poco varios de ellos serán de nosotros, como nosotros, porque de estar afuera, se irán pasando hacia adentro, encontrando en nosotros una opción alegre, inteligente, solidaria y organizada de vivir para el trabajo comunitario. Donde se junten dos o más jóvenes para esta misión de servicio comunitario, estaremos ante la posibilidad de creación de un CCC.

En segundo lugar, un Colectivo Cultural Comunitario está integrado por jóvenes constituidos en baluartes para la preservación, actualización e innovación de la cultura de una comunidad: la entienden como una forma integral de vida de un pueblo; como historia, patrimonio, memoria, saberes, sentires, expresiones cotidianas y momentos festivos. La cultura brinda orientación y significado al rumbo de un pueblo, ofrece sentido de pertenencia a sus miembros, aporta condiciones para desarrollar aquellos procesos que permiten la búsqueda, experimentación y concreción de lo más sublime del espíritu: el lenguaje, el ritual y el arte. Reto, invención, aprendizaje, comunicación, reinención permanente de uno mismo en un diálogo colectivo.

Son jóvenes interesados en el arte en todas sus vertientes; se arriesgan en entender lo que aparentemente les es ajeno y se involucran con mayor profundidad en las expresiones artísticas que les interesan.

No sólo practican la cultura sino que procuran entenderla, investigarla, compartirla; no sólo la estudian sino que la ejercen para vivirla a plenitud, ensayando o trabajando alguna disciplina por puro gusto, y así poder ofrecer mejores servicios culturales a sus comunidades. Visitan museos, se reúnen a escuchar música, a bailar, a ver películas, a leer poesía o cuentos, a repintar, recontar y rehacer sus lienzos fundacionales donde aprendieron a construir comunidad.

En tercer lugar, un Colectivo Cultural Comunitario adquiere su razón de ser en comunidad: una primera comunidad que es el propio CCC y otra comunidad que es aquélla con la que trabaja para cumplir su misión. En cuanto a la primera comunidad, al interior del CCC, sus miembros se incorporan bajo el principio indispensable de ser voluntarios; nadie, por ningún concepto, debe participar en la vida de un CCC de manera obligada o forzada. Siempre habrá quienes se separen del CCC por múltiples causas y habrá que tener el cuidado de ser lo suficientemente abiertos para el ingreso de nuevos miembros y lo suficientemente selectivos como para evitar los riesgos de incorporaciones que no compartan o desconocen sus principios fundamentales.

La vida en un CCC promueve el diálogo respetuoso y la elevación de la autoestima, la solución pacífica de los conflictos, la pertenencia a un grupo de personas con quienes se construyen procesos de identidad y dignificación de cada miembro capaz de participar en el logro de la

misión y de concretar los valores en acciones que permitan trascender los principios abstractos y absolutos, en deberes concretos y aceptados voluntariamente por considerar que su cumplimiento favorece el logro paulatino y consecuente de crear comunidad en los barrios y la autorrealización de quien los practica. Hacen uso de su autonomía plena, la cual entienden como el ejercicio de sus propias decisiones y no como la desvinculación respecto de instituciones públicas o privadas u otros organismos sociales; se unen con todos los interesados en contribuir al trabajo comunitario pero no permiten que los usen o manipulen con fines políticos, religiosos, propagandísticos ni de ninguna otra índole; son culturales y su autonomía les otorga la posibilidad de ejercer la libertad; hacen hasta lo imposible porque todo salga sin equivocaciones, pero no temen al yerro mientras sean capaces de descubrir, detectar y reconocer sus desaciertos. Es mejor equivocarse que no hacer nada; conforme se hace más, también se hace mejor; se perfeccionan en su hacer y en su capacidad de superar los fallos y aprender de ellos.

Cuando los CCC se encierran demasiado en sí mismos dejan de ser comunitarios; cuando se desentienden de vincularse con la creatividad, el arte, las emociones, la diversidad de gente y de expresiones de su región, renuncian a ser culturales; cuando abandonan las reuniones para reflexionar y evaluar lo que hicieron - bien o mal - y programar lo que van a hacer después, o se desentienden de estudiar y de disciplinarse,

dejan de ser colectivos. Sus miembros nunca terminan de crecer porque todos se apoyan para seguir formándose ya sea como profesionistas, bachilleres, trabajadores, padres de familia, artistas, líderes comunitarios, promotores o gestores culturales comunitarios.

Ser miembro de un CCC significa ser parte de algo importante que trasciende a cada uno; es construirse una identidad donde están los mejores de cada lugar: jóvenes generosos capaces de dar porque entienden que mientras más dan, más reciben y más crecen; al tiempo que más enseñan, más aprenden; mientras más se entregan a los demás, más se convierten en personas dignas de respeto y admiración entre la gente; en tanto más crecen y aprenden, saben que la humildad constituye un valor fundamental porque les ofrece piso al permitirles reconocer sus propias limitaciones y saber que nadie es indispensable en este proceso, sino todos y cada uno de ellos. Así también podemos evitar la soberbia de sentirnos superiores a la gente de las comunidades con las que trabajamos.

De ahí que la misión que cada CCC tiene consiste en impulsar el desarrollo social a través de procesos culturales para el fortalecimiento de las identidades, la reconstitución del tejido social, la recuperación de la memoria colectiva, la promoción de la autogestión y la apropiación comunitaria de sus espacios públicos con el propósito de transformar las actuales condiciones de fragmentación social, individualismo, consumismo y desconfianza que priva en nuestras comunidades, así

como lograr una convivencia pacífica, amigable, solidaria, lúdica y reflexiva que eleve la calidad de vida de la población.

Sus miembros son jóvenes dispuestos a trabajar motivados por los principios de equidad, creatividad y participación comunitaria, compartiendo valores profundamente humanos que se reconocen como importantes y trascendentes en la formación integral de cada individuo inmerso en una comunidad. La Red está compuesta por CCC interconectados por relaciones de amistad y gustos comunes, pero principalmente por el compromiso de cumplir con su misión, visión y valores, que son similares y orientados a los mismos objetivos. Los miembros más activos de cada CCC se constituyen en nodos que favorecen, dan sentido y existencia a interacciones en Red que permiten compartir información, enriquecer la noción del CCC particular a partir de la Red, así como generar auténticos procesos de comunicación a través del diálogo constructivo que aliente a todos a continuar su trabajo, revisar sus resultados y planear mejor sus propósitos.

El proyecto es el proceso de construcción de cada CCC para definir su rumbo, sus objetivos, metas, estrategias, líneas de acción, actividades, cronogramas y presupuestos; más que un documento, el proyecto es entendido como la concreción del diálogo entre promotores culturales y comunidad; es un proceso de gestión entre el CCC y las instituciones; un acuerdo de participación para la transformación social; un mapa

de navegación en el que se colocan brújula, compás, pronósticos de clima, vientos y mareas para dar rumbo a una nave, a fin de que llegue a buen puerto con los recursos que cuenta. La trilogía inseparable promotor-comunidad-proyecto nos hace entender que no hay promotor sin comunidad ni comunidad sin proyecto ni promotor vinculado a una comunidad sin proyecto. El proyecto permite que los resultados tengan un mayor impacto en las comunidades, admite que el desarrollo sea sostenible, sustentable, autogestivo, participativo, equitativo y profundamente humano.

Por ello, el proceso de formación para que los jóvenes promotores culturales puedan elaborar proyectos de cultura comunitarios será permanente, diversificado, de alta calidad, reconocido institucionalmente, pertinente y actualizado, de manera que la praxis cultural de los CCC sea justamente un proceso colectivo de reflexión-acción permanente sobre el mundo para transformarlo.

En su proceso formativo inicial se vinculan en un primer nivel a colonias populares o a centros comunitarios que solicitan la intervención de los CCC para impulsar procesos de animación sociocultural. Organizan Jornadas Culturales Comunitarias donde invitan a las familias a que participen en distintos talleres y eventos organizados por sus propios miembros; gestionan los espacios, realizan la difusión entre la población, consiguen los recursos solicitándolos a instituciones o del

propio bolsillo, haciendo cooperaciones en el mismo CCC. De este modo, organizan eventos artísticos para niños o familias, o campañas de reforestación, vacunación o de prevención para la seguridad pública.

En un segundo nivel, con mayor experiencia en la animación, con capacitación para elaborar proyectos y gestionarlos para obtener recursos públicos, privados y comunitarios, avanzan hacia la posibilidad de impulsar procesos culturales con la participación de la comunidad en todas las etapas de la planeación empezando por el diagnóstico, definición de problemas, objetivos, líneas estratégicas, acciones prioritarias, cronogramas, presupuestos, gestión de recursos y organización de todas las actividades y tareas requeridas para lograr el cumplimiento de metas y objetivos.

El proceso de planeación que promueven supone la posibilidad de ejercitar una visión estratégica, es decir, una visión de corto, mediano y largo plazo. Dicho ejercicio estará siempre orientado por la misión, visión y valores de la Red de CCC para que la totalidad del proceso de construcción metodológica sea congruente en los ámbitos de la planeación operativa y táctica. La planeación estratégica que se impulsa en la Red es una filosofía de vida, con una visión de futuro que supone un proceso técnico-instrumental y estructura proyectos sólidos, coherentes, pertinentes, viables y de creciente impacto social.

Para que la misión de la Red pueda cumplirse, los proyectos

impulsados deben ser comunitarios, participativos y autogestivos; pero cuando hablamos de participación comunitaria autogestiva, ¿de qué estamos hablando? ¿Qué o quiénes son «la comunidad»? Cuando nos referimos a una «comunidad» nos referimos a gente concreta que se identifica porque comparte un territorio, necesidades, problemas, aspiraciones, sueños. Gente como cualquiera: conflictiva, contradictoria, con fortalezas y debilidades; personas con ganas y deseos de hacer algo por sus vecinos y su entorno; capaz de comprometerse a llevar a cabo acciones que mejoren su calidad de vida y de quienes los rodean, que embellezcan el espacio de su localidad... que den sentido a su vida colectiva, familiar e individual... que pretenden dejar a sus hijos un mundo mejor y un patrimonio mayor al que heredaron.

¿Qué es un Núcleo Animador Comunitario (NAC)? Es la instancia organizativa que agrupa a esa «comunidad» en el nivel territorial del que hablamos; una comunidad que se construye, crece, disminuye; que puede desaparecer o reaparecer; que se pone de acuerdo, dialoga, discute, se capacita, planea, desarrolla actividades en sus espacios públicos; que invita a artistas y talleristas vinculados a la Red de CCC y que convoca a toda la población. Los NAC son vecinos de cada barrio que seleccionan y gestionan los espacios, se organizan con los jóvenes de los CCC para realizar todo tipo de acciones de beneficio comunitario. ¿Para qué crear y qué son los Puntos Comunitarios de Cultura (PCC)? Para ordenar y

sistematizar, de manera estratégica, la acción de los NAC; son espacios públicos gestionados por los NAC y el CCC que los apoya, equipados con tarima, sonido e iluminación, donde son convocados los vecinos de las comunidades para reunirse a escuchar música, bailar, leer poesía y cuentos, actuar como artista o público, contar anécdotas e historias, disfrutar, pensar y reír, hacer circo, maroma y teatro y comprobar que «de músico, poeta y loco... todos tenemos un poco».

¿Qué es un Colectivo Cultural Comunitario? En primer lugar, una agrupación de jóvenes que comparten una misión, una visión y valores necesariamente vinculados a lo mejor del ser humano

En torno a los PCC la comunidad se organiza para pintar bardas, podar árboles, recoger basura, construir juegos infantiles con material de re-uso. Poco a poco irá estableciendo un escenario permanente y gestionando su propio equipamiento hasta que

el PCC funcione de manera autogestiva. La autogestión y autonomía de la Red se ha fortalecido con la formación de un entusiasta tallerista emanado de un CCC, quien ha promovido directamente la creación de nuevos colectivos, sustituyendo al especialista externo con quien ahora se mantiene comunicado para asesorías eventuales y cada vez más puntuales.

De esta manera, la Red integrada por los Colectivos Culturales

Comunitarios, promueve proyectos culturales en comunidades donde existen Núcleos de Animación Comunitaria que a su vez crean Puntos Comunitarios de Cultura en los espacios públicos más significativos, funcionales, accesibles y cómodos para reunir a la gente en torno al arte, la cultura, la creatividad, la memoria, la libre expresión y la palabra colectiva, para su dignificación y humanización... Los PCC vuelven a reunir a la comunidad alrededor del fuego.

Actualmente se encuentran en la fase de ejecución de cinco proyectos comunitarios financiados por el ITCA y, después de la evaluación correspondiente, continuará la etapa de «formación de promotores culturales» mediante diplomados y cursos que con distintos niveles de especialización constituirán una alternativa educativa y laboral para aquéllos miembros de la Red de CCC que se interesen. Los talleres artísticos y culturales se dirigirán a los muchachos que deseen perfeccionar sus actuales competencias en las actividades que ya se han mencionado anteriormente.

Esta Red marcará un hito en la historia de la promoción cultural de nuestro país, pues nace como respuesta a profundos malestares que afligen a nuestros pueblos y para los que la cultura tiene mucho que ofrecer en su alivio; evidentemente la cultura no podría resolver por sí misma problemas tan agudos y de carácter estructural que rebasan por mucho sus propias potencialidades.

Ahora, después de dos años de creación, desarrollo y fortalecimiento de la Red de CCC en Tamaulipas, el gobierno municipal de Querétaro, estado del mismo nombre, impulsa una nueva Red de CCC a fin de ampliar las opciones culturales a los jóvenes de este pujante municipio del centro de México. Seguramente pronto se estarán estableciendo vínculos entre ambas redes que permitirán intercambiar y enriquecer las visiones de ambas redes que, desde distintas realidades, persiguen propósitos comunes.

Hace falta que el Estado y la sociedad mexicana asuman sus responsabilidades y desplieguen sus mejores esfuerzos e imaginación para la creación de empleos, garantizar la seguridad ciudadana y que los jóvenes tengan acceso a una educación digna y de calidad. En lo que eso sucede, los jóvenes promotores culturales hacen su labor, sencilla pero contundente, modesta pero trascendente, para generar la posibilidad de que la gente de las zonas más desfavorecidas tenga nuevas opciones para darle sentido a la vida. Hace falta convicción, esperanza y una buena dosis de utopía en lo que se hace: no podemos solucionar los problemas en su totalidad pero sin lo que hacemos, nunca se resolverán en su totalidad los problemas.

JOSÉ ANTONIO MAC GREGOR C. es Director General del Instituto de Cultura del Municipio de Querétaro, México.

Bibliografía

Comisión Económica para América Latina y el Caribe-CEPAL. La juventud en Iberoamérica. Tendencias y urgencias. Santiago de Chile: CEPAL, 2004.

Excélsior. Sección Nacional. Junio 11. México, 2001.

SEPÚLVEDA LÓPEZ, Mónica. **Animación sociocultural Juvenil:** del quehacer a la praxis. Medellín, Colombia: Ed. Escuela de Animación Juvenil, 2008.

Cultura Viva, Políticas Públicas e Reencantamento do Mundo

Maria Lúcia Montes



Nesta época em que por toda parte as casas e as cidades se enfeitam para os festejos de fim de ano, voltam-me à lembrança velhos textos de cronistas setecentistas de nossa festeira sociedade colonial. Festa do Triunfo Eucarístico, por ocasião do traslado do Santíssimo Sacramento da igreja do Rosário de volta à matriz do Pilar em Vila Rica, grandiosa festa na Entrada solene em Mariana de Dom Frei Manuel da Cruz, primeiro bispo da arquidiocese, Faustíssimas Festas celebradas na vila de Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro pelo casamento do Príncipe Dom Pedro em Portugal (ÁVILA, 1964)... A serviço do Senado da Câmara, os “máscaras” então corriam a cidade a cavalo, com suas vistosas vestimentas e o toque de suas caixas, para “proclamar o bando”

da autoridade municipal em nome d’El Rei na distante metrópole, anunciando o programa festivo e a conduta a ser obedecida pelos moradores nos dias de celebração. Invariavelmente, entre os *Te Deum*, as procissões, as corridas de touros, as cavalcadas, as encenações teatrais, os fogos de artifício, ordenava-se que as cidades se iluminassem com milhares de pequenas lamparinas de azeite, as “luminárias” com que os moradores deviam obrigatoriamente ornar as fachadas de suas casas, tal como eram ornamentados os edifícios públicos e as igrejas. E seu brilho recortava contra o céu noturno a vista da cidade como uma mancha de luz que chegava a confundir-se com as estrelas do céu, como narrariam os deslumbrados cronistas, para descrever a atmosfera de *ensueño* que tomava conta de tudo...

Affonso Ávila (1994) analisa admiravelmente esta característica da cultura barroca colonial e o encantamento que era capaz de criar nesses momentos de festa, unindo num mesmo todo o alto e o baixo, a elite e o povo, num sentido comum de identidade e pertencimento, em que havia lugar até mesmo para a grossa massa da escravaria, não só como espectadores, mas participantes ativos, músicos, atores ou dançarinos que alegravam os cortejos... Por certo, tal como a perspectiva ilusionista das pinturas dos forros das igrejas, o espetáculo festivo barroco era uma encenação do poder, legitimando a autoridade real e a rígida segmentação estamental da sociedade escravocrata. Mas, nesses momentos de festa e

celebração, a atmosfera de *ensueño* deveria propiciar também, ainda que por um breve instante, a experiência de outra realidade, onde igualdade e fraternidade de todos talvez fosse possível...

Um eco distante desse espírito ainda se faz ouvir, quando alguma igreja se encarrega de lembrar que a festa de Natal celebra o nascimento de um Rei Filho de Deus, que escolheu vir ao mundo junto a um boi e um jumento num humilde estábulo, onde iriam encontrá-lo três Reis Magos do Oriente, guiados por uma estrela... E então os anjos cantavam: “Paz na Terra aos homens de boa vontade!” Como, porém, ouvir essa voz em meio ao burburinho da metrópole frenética, em que as pessoas correm por lojas e Shopping Centers em busca de presentes que só se lembram de oferecer nessa ocasião, quando o costume torna necessária a expressão de algum sentido de solidariedade e reciprocidade, na obrigação de dar, receber e retribuir? O espírito mercantil se apropriou de uma imagem transformada em símbolo quase exclusivo da festa, reproduzindo em milhares de réplicas, por todo o mundo, Papai Noel, *Father Christmas*, *Santa Claus*, *Babbo Natale*, *Père Noël*, o “bom velhinho” de riso bonachão – Ho! Ho! Ho!... – que mistura a lembrança de um antigo bispo cristão, São Nicolau, e a imagem de gnomos e duendes, verdadeiros *tricksters* dos países nórdicos. Não por acaso, é ali bem perto, no Polo Norte, que Papai Noel tem sua morada e sua fábrica dos brinquedos que vem distribuir às crianças na noite de Natal.

Na verdade, poucos se lembram de que, na longa duração da história, a comemoração do 25 de dezembro como a data de nascimento do Menino Deus apenas retoma – e coopta, para fins de cristianização – antiquíssimas tradições pagãs das festas do solstício de inverno, a mais longa noite do ano que, no entanto, traz em seu bojo a promessa do retorno da luz, que irá expandir-se à

medida que avança para verão. Aquele era o tempo do repouso da terra, após as colheitas, e de se buscar abrigo junto à família, contra os rigores do inverno e o temor de um futuro incerto, se uma nova sementeira viesse a faltar. Por isso se enfeitavam os carvalhos e os pinheiros sempre verdes para convocar de volta à vida o Espírito da Natureza, que parecia tê-los abandonado. E pelos céus, nesse tempo de liminaridade, entre a vida e a morte, corriam cortejos de perigosos espíritos que era preciso aplacar, como até hoje se lembra no Halloween.

Por séculos a fio, povos de todo o mundo, depois da vitória do Cristianismo, puderam alimentar-se dessa esperança, sabendo confusamente que a paz seria uma conquista verdadeira apenas se pudesse envolver todo o cosmos e a totalidade da vida, a natureza e suas criaturas, todos os homens, a organização coletiva da vida social e o controle do poder opressor, fosse deste ou de outro mundo...

Era, pois, necessário, com todas as forças, convocar a esperança. Para isso serviam a religião e as festas. Em Roma, nos cultos persas de Mitra, celebrava-se o nascimento do Sol Invicto e, retomando tradições da Grécia antiga, respeitavam-se as regras das Saturnálias, verdadeiro rito de inversão da ordem social, quando, em honra ao deus senhor do tempo, se decretava a suspensão do trabalho e o direito à alegria quase orgiástica de Dionisos, num mundo de igualdade sem hierarquias, ricos ou pobres, senhores ou escravos... Que melhor quadra do tempo haveria para transplantar para o seu solo mítico a crença no poder do Filho de Deus feito homem, a criança criada por um carpinteiro de Nazaré para trazer a Luz da Salvação a toda a humanidade, resgatando-a das trevas do pecado no sacrifício da Cruz? Então, na celebração de seu nascimento, por toda parte se ouviria a mesma conclamação: “Paz na Terra aos homens de boa vontade!”

Por séculos a fio, povos de todo o mundo, depois da vitória do Cristianismo, puderam alimentar-se dessa esperança, sabendo confusamente que a paz seria uma conquista verdadeira apenas se pudesse envolver todo o cosmos e a totalidade da vida, a natureza e suas criaturas, todos os homens, a organização coletiva da vida social e o controle do poder opressor, fosse deste ou de outro mundo... Por isso, sorratamente, nunca deixaram de também celebrar, junto com o Cristo, ritos antiquíssimos propiciadores da vida, aos quais ainda

aludimos simbolicamente ao enfeitar de luzes uma árvore de Natal ou trocar presentes obedecendo à ética da reciprocidade que deveria pautar todas as nossas ações, na relação com os homens e a natureza. Mas seria tudo isso suficiente para nos proteger da tentação a que a sociedade hoje nos submete, nos Shopping Centers feericamente enfeitados de luzes e abarrotados de mercadorias, procurando seduzir-nos a adentrar esses novos templos do consumo, para gáudio e benefício do capital? Chego a ter pena do Papai Noel, cooptado por esse esquema, convocado a aliciar desde cedo nossas crianças a querer sempre mais e mais, a última roupa da moda, a última novidade em matéria de brinquedo, o último *gadget* eletrônico, cada vez mais encerradas no estreito egoísmo da própria subjetividade, que oblitera suas relações com as pessoas e com um mundo reduzido a objetos com valor de troca, mais que de uso.

Hannah Arendt (2001) se afligia com razão diante da condição humana em uma sociedade na qual a ação do homem parece dificilmente poder escapar à alienação do trabalho do *animal laborans* para a liberdade do ser político na esfera pública, o mundo do *zoon politikon* de Aristóteles. Contudo, o que falta a essa sociedade não é o espaço para a expressão interior do sujeito, como manifestação de sua liberdade, mas, ao contrário, o objeto que a ele se oponha – “objeto” diz-se, em alemão, *Gegenstand* – como obstáculo que lhe imponha limites, definindo contornos a uma subjetividade amorfa e sem freios, para a qual tudo

parece virtualmente acessível, na fantasia de um mundo dominado pelo mercado que, num passe de mágica, tudo permite trocar por dinheiro, o equivalente universal de todas as coisas. Nesse universo, no qual nada detém o desejo, não há saciedade possível, nem verdadeira expressão da subjetividade e da liberdade, na nebulosa fantástica de um turbilhão de mercadorias em que o sujeito naufraga. Eternamente insatisfeito,

A paz exige equilíbrio na relação do homem com os demais seres viventes, com os outros homens e entre as sociedades humanas, tendo a busca da justiça como o fiel de sua precária balança.

em busca do que sempre ainda lhe faltará, alienado de si mesmo e do mundo, como lhe seria possível entender o significado da palavra “paz” e do engajamento necessário que sua conquista exige?

Onde reina soberano apenas o interesse pelo bem estar material, individualista e sem escrúpulos, pai de todas as guerras e empreendimentos que, visando o lucro, ceifam vidas humanas como se ceifam campos de trigo e se destroem num só movimento o homem e os recursos naturais, a paz é uma frágil conquista pela qual é preciso lutar. Nesta era da globalização, que tudo busca homogeneizar segundo os valores hegemônicos de uns poucos donos do poder, quando a diferença gera temor, preconceito e discriminação – racial, cultural,

socioeconômica, de gênero, orientação sexual, nacionalidade, religião, costumes etc. – assiste-se à imposição autoritária de um único modelo de humanidade, como o que é certo, belo e bom, aniquilando a riqueza da sua diversidade. É então que se torna preciso construir uma nova cultura da paz, em defesa desse bem maior que é nosso patrimônio comum (UNESCO, 2005).

O que é a paz? Um sentimento interior de serenidade? A consequência da moderação como virtude pregada por todas as religiões e regra moral a ser seguida por todos os povos? A compreensão diante do outro, que vem do respeito à diferença? A compaixão incondicional por tudo o que vive e sofre? Embora tudo isso faça parte do extenso universo de uma cultura da paz, ela comporta ainda outros aspectos. A paz exige equilíbrio na relação do homem com os demais seres vivos, com os outros homens e entre as sociedades humanas, tendo a busca da justiça como o fiel de sua precária balança. A paz é uma construção das sociedades humanas e, portanto, de sua vida política. Não há como concebê-la fora desse engajamento mais amplo, que tem como pré-condição valores de ordem individual, sendo ao mesmo tempo fator essencial de sua consolidação no plano coletivo. O Estado é inescapavelmente um ator nesse processo, e políticas públicas são o instrumento de sua ação numa sociedade democrática, orientada por valores e necessidades que envolvem a vida da maioria do povo e de

toda a nação, mas também da humanidade e da própria natureza, na Terra em que vivemos, como nossa pátria comum.

Em que medida políticas públicas de cultura podem contribuir para a construção de uma cultura da paz? Penso esta questão a partir do exemplo de uma realidade que conheço um pouco mais de perto por ter com ela convivido por algum tempo, como parte dos programas e projetos do Ministério da Cultura durante os dois mandatos do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, de 2002 a 2010. Confesso que, logo no seu início, espantei-me com certa desconfiança diante do desconcertante discurso de posse de Gilberto Gil como Ministro da Cultura. O que queria dizer o ministro cantor ao declarar que, em sua gestão, a cultura teria um papel central em todas as políticas de governo, ocupando todos os espaços da vida social, e tendo como estratégia e ponto de partida um misterioso “*do-in* antropológico”? Só mais tarde eu viria a compreender, para além da metáfora e da retórica, o impressionante significado desse “massagear” pontos nevrálgicos da cultura brasileira para despertar sua energia enquanto “cultura viva” e fazer dela o eixo da política cultural do país. *Cultura Viva* foi o nome do programa elaborado por Célio Turino para dar realidade a essa proposta, tendo sido responsável por sua implementação ao longo de toda a gestão de Gilberto Gil e, depois, de Juca Ferreira, à frente do MinC.

Em vários momentos pude participar de ações do Programa Cultura

Viva antes de me debruçar de fato sobre ele e então compreender todo o seu alcance e seu significado realmente revolucionário. Participei de mesas redondas em seminários das Teias, os encontros dos Pontos de Cultura realizados em São Paulo em 2006 e Belo Horizonte em 2007 e, depois, de um seminário internacional em Pirenópolis, em 2009. Antes disso, porém, fui chamada a coordenar a elaboração de um *Almanaque* (MinC, 2009), por ocasião do *II Congresso Ibero-Americano de Cultura*, realizado em São Paulo em setembro de 2009, contando com a presença de Ministros da Cultura e a participação de renomados intelectuais dos países da América Latina, Portugal, Espanha e outras áreas de influência ibérica na Europa, África e Ásia. Como anfitrião do encontro, o MinC, em parceria com o SESC-SP, queria editar uma publicação a ser distribuída aos participantes como uma espécie de síntese da política cultural do governo brasileiro. A escolha foi a apresentação de trinta Pontos de Cultura do Programa Cultura Viva, do Acre ao Rio Grande do Sul, compreendendo povos indígenas, remanescentes de quilombos, culturas populares tradicionais e contemporâneas, cultura digital, atividades culturais nas áreas de música, teatro e dança, em registro erudito ou popular, e grupos envolvidos com temas como museus, memória e identidade, educação, oralidade, favela, meio ambiente e saúde pública. A reação dos congressistas estrangeiros foi de surpresa e genuíno interesse, resultando, ao final, em um documento firmado

por Ministros de Estado ou seus representantes, comprometendo-se a implementar na Ibero-América políticas de cooperação e intercâmbio em torno de um projeto inédito de cultura, educação e promoção da cidadania, replicando onde possível, em seus países de origem, o Programa Cultura Viva.

Logo depois, produzi para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, em quatro extensos relatórios, uma análise do Programa Cultura Viva, da sua fundamentação no famoso discurso de posse do Ministro Gilberto Gil até sua forma de organização, realizações e impactos em âmbito nacional e internacional. Finalmente, em 2010, ao término da gestão de Célio Turino na Secretaria de Cidadania Cultural do MinC, elaborei uma avaliação do Programa Cultura Viva (MinC, 2010), incluindo documentos oficiais, depoimentos, análises, poemas e outros escritos de participantes, estudos do IPEA etc., mas desta vez destinando-se aos próprios protagonistas dos Pontos de Cultura, reunidos por ocasião da Teia realizada no Centro Cultural Dragão do Mar, em Fortaleza, CE.

De diferentes maneiras, buscava assim explorar as múltiplas e inesperadas implicações da ideia aparentemente simples de fazer emergir na cena da cultura brasileira a energia viva dos Pontos de Cultura: tratava-se de “desesconder” o Brasil, dar a ver o que sempre esteve ali presente, mas ignorado e desqualificado no campo do que passava por

cultura – a das elites das grandes metrópoles do Sudeste – que o Estado e as empresas sempre se prestaram a apoiar, graças à renúncia fiscal das Leis de Incentivo. Tornava-se agora necessário não só prestigiar a “grande cultura” e a “verdadeira” arte, mas também, mediante editais de seleção, prestação de contas e avaliação, incentivar e apoiar iniciativas dos mais variados grupos culturais, existentes do Oiapoque ao Chuí, e nas mais diversas áreas da criação, conferindo-lhes reconhecimento e legitimidade. O Brasil iria, enfim, poder conhecer o Brasil.

O que estava em jogo era, portanto, possibilitar a expressão da diversidade do nosso imenso patrimônio cultural, que a incúria, a ignorância ou a esperteza das elites socioeconômicas e políticas sempre permitiram descartar. No máximo, incluíam-se na categoria de “folclore” ou “artesanato” – nunca cultura e arte – algumas manifestações tradicionais e populares, enquanto outras eram tratadas como “subcultura de massa” sem qualquer valor, no caso das manifestações urbanas contemporâneas como o Hip Hop. Se aos povos indígenas podia ser reconhecida alguma forma de “cultura”, esta fora sempre vista como expressão de uma alteridade radical, relíquia do passado congelada em fórmol, mas sem qualquer relação com a sociedade brasileira de hoje. Quanto aos quilombolas, quem jamais pensaria em atribuir-lhes qualquer tipo de cultura específica? Dos ciganos, sim, se diria que conservam uma cultura própria, embora certamente “inferior”.

Mas qual o sentido de se considerar importante um grupo de teatro de senhorinhas e senhorzinhos de terceira idade? De se criar um museu numa favela carioca ou formar crianças como monitores de exposição de arqueologia num museu do sertão do Cariri? E o que dizer de músicos que, por conservar a memória do fausto da antiga civilização do café em uma cidadezinha quase esquecida do Vale do Paraíba, teimam em reinventá-la na criação de uma orquestra sinfônica? Ou de atores que julgam possível vencer o isolamento de grupos de migrantes de diferentes partes do Brasil, chamados a povoar os confins da Amazônia e depois abandonados à própria sorte pela ditadura militar, fazendo do teatro um instrumento de criação de uma memória comum e de um sentido de pertencimento que define a identidade de uma cidade? Para perplexidade das elites letradas, isso tudo estava representado nos Pontos de Cultura e era objeto de atenção do Programa Cultura Viva.

Contudo, tratava-se de algo mais do que mostrar a imensa riqueza invisível da diversidade cultural do Brasil. Era preciso dotar os grupos responsáveis por sua criação de instrumentos capazes de fazê-los fincar o pé na modernidade, oferecendo desde o início a cada Ponto de Cultura acesso às tecnologias digitais, de computadores a um kit multimídia de ferramentas audiovisuais de gravação e filmagem, ilha de edição e equipamentos de reprodução, de modo a que pudessem tornar-se gestores de sua própria produção e autoimagem. Assim, índios

Ashaninka do Acre tornaram-se *film makers* com a colaboração do Ponto de Cultura Vídeo nas Aldeias, enquanto na zona da Mata de Pernambuco brincantes de maracatu antes ocupados na dura lida da cana puderam desenvolver todo um projeto de parceria com o poeta e músico Jorge Mautner, criando, registrando e distribuindo o resultado do trabalho da série de apresentações do *Kaosnavial*. Protagonismo, empoderamento, autonomia – eis as palavras de ordem do Programa Cultura Viva, que davam aos Pontos de Cultura a possibilidade de se organizarem em rede de forma independente graças às ferramentas digitais, compondo a grande Teia do seu encontro virtual e, depois, a cada ano, presencial, deslocando-se por diferentes capitais do país.

O dinamismo extraordinário do Programa permitia assim entender porque a cultura, da perspectiva do MinC, devia ocupar um lugar estratégico em todas as políticas públicas do Governo Federal, integrada à sociedade, segundo o Ministro Gilberto Gil, como “a argamassa de um novo projeto nacional”, capaz de soldar de forma orgânica todo o conjunto de transformações socioeconômicas e políticas que desde então iriam tomar conta de um Brasil que se queria “um país de todos”, graças à inclusão social que ampliava de maneira inédita os quadros de nossa democracia. Isto porque, se era necessário um *do-in* para reenergizar a vida social com a força da cultura de seu povo, tratava-se, antes de tudo, de um “*do-in* antropológico”. E isto significava que, pela primeira vez,

deixando de lado os parâmetros da alta cultura, capazes de incluir apenas “arte” (naturalmente, só de certo tipo) e “eventos” que abarcariam todas as demais formas de expressão da “cultura”, adotava-se, para a sua definição, um conceito ampliado, de base antropológica. Cultura seria, assim, na acepção tradicional do termo para a Antropologia, o universo simbólico compartilhado por um grupo ou por todo um povo, que dá significado às palavras e às coisas, construindo o sentido da experiência de vida do homem na relação com o seu ambiente. Um universo, portanto, de que fazem parte modos de dizer e de pensar, de fazer e de sentir, de julgar e de agir, valores, emoções, sentimentos, ideias, ideais e normas de conduta, em relação à natureza, aos homens e aos deuses, espíritos e outros entes sobrenaturais do além-mundo. Trata-se, diria Antonio Gramsci (1999), referindo-se ao “homem comum”, de sua “filosofia espontânea”, compreendendo uma ética, uma estética, uma visão de mundo, algo próximo ao que o próprio MinC, seguindo a UNESCO, definiria depois como “patrimônio imaterial” de uma cultura”(UNESCO, 2003), inseparável do patrimônio cultural material e natural. Construção da vida social, a cultura é, pois, dela inseparável e, nesse sentido, constrói a atmosfera em que se dão as relações sociais e as ações do homem que, pelo trabalho, transforma a natureza para dela apropriar-se de modo continuado. A cultura é então também fator de desenvolvimento econômico sustentável. E, da mesma forma, no plano

da política, o acesso à criação e à fruição dos bens culturais produzidos na vida social, em qualquer de suas múltiplas formas de expressão, constitui um direito de cidadania.

Cultura como universo simbólico, fator econômico, direito político, esta foi a concepção que desde o início sustentou o Programa Cultura Viva, fazendo dele um projeto permanente de transformação social pela via da ação cultural que enraíza cada Ponto de Cultura em sua comunidade de origem, por meio de atividades capazes de produzir identificação e sentido de pertencimento, mas também geração de trabalho, renda e trocas com base nos princípios de uma economia solidária. Mudar ideias para modificar a inserção material dos indivíduos em sua realidade. Transformar a vida social para consolidar novos valores e parâmetros de conduta. Essa dialética entre o ideal e o material, o subjetivo e o objetivo, a tradição, a memória e a transformação, que se opera nesses processos, é o que mostra a concepção verdadeiramente inovadora que orientou as práticas do Programa Cultura Viva.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que, entre a rede virtual e o encontro presencial por ocasião das Teias, se armava a estrutura de organização e participação direta dos próprios Pontos de Cultura na gestão de uma política pública em construção, as Teias sempre representaram o ponto culminante desse vasto processo de trocas materiais e simbólicas, vivenciado como explosão de alegria e criação,

celebração, ritual e festa. A cada Teia, um tema e uma palavra de ordem organizavam a reflexão, a participação, a ação e a celebração. “Ver e Ser Visto”, São Paulo, 2006, primeiro contato, encontro, primeiras trocas. “Tudo de Todos”, Belo Horizonte, 2007, todas as linguagens, todas as trocas, o digital e o artesanal, a modernidade e a tradição. “Iguais na Diferença”, Brasília, 2008, o aprendizado do convívio e do respeito na celebração dos Direitos Humanos. “Tambores Digitais”, Fortaleza, 2010, novamente em cena o diálogo entre o ancestral e o contemporâneo ou, como diria TT Catalão – que assumiria depois, no lugar de Célio Turino, a Secretaria de Cidadania Cultural – rupturaCONtradição, assinalando a tensão criativa de que resulta o novo e o inesperado. Em cada lugar uma festa. Num 15 de novembro memorável, Brasília foi tomada pelo Brasil, a Esplanada dos Ministérios enfim ocupada pela primeira vez pelo povo brasileiro, grupos indígenas, maracatus, congos, mamulengos, malabaristas de circo, sambistas, capoeiras, dançarinos, mestres e aprendizes griôs, a reivindicar – mais: decretar! – a Re-proclamação da República. Em Fortaleza, celebrou-se no espaço do Dragão do Mar o patrono a quem deve seu nome – Francisco José do Nascimento, o mulato Chico da Matilde, prático de cabotagem que, à frente dos catraieiros, imobilizou no porto um navio negreiro, impedindo o embarque de escravos para o sul, o que levou ao fim da escravatura no Ceará, quatro anos antes da famosa Lei assinada pela

Princesa Isabel. Então, em homenagem ao Chico da Matilde, o heroico Dragão do Mar, os Pontos de Cultura sambaram na batida de todos os tambores ancestrais do Brasil, e mais os que os recriaram em meio digital, para decretar a Segunda Abolição da Escravidão, ali proclamada em festa, no coração da Teia de uma Cultura Viva.

Recordando esses momentos altos de efervescência e inesquecível emoção na trajetória dos Pontos de Cultura, insensivelmente retorno ao *ethos* festivo da tradição da cultura barroca colonial de que ainda somos herdeiros, evocado na atmosfera de *ensueño* e encantamento que, quase três séculos depois, cada festa do povo é capaz de reinventar. Se nos tempos coloniais as grandes celebrações cívico-religiosas eram encenações do poder que obliquamente permitiam *a los de abajo* entrever o seu avesso de esperança como reversão possível de uma ordem social injusta, hoje as festas do encontro nas Teias dos Pontos de Cultura, no avesso do avesso, têm outra lição a nos oferecer. Agora elas são produto da ação dos próprios subalternos que enfim começam a ocupar o lugar que lhes cabe, como cidadãos que conquistam seus direitos enquanto criadores e produtores de cultura. A hegemonia de um modelo único do que se deva entender como cultura lentamente vai se esgarçando e na sua trama se retecem os traços da cultura de um Brasil que começa a se “desesconder”. A diversidade cultural brasileira enfim ganha espaço e reconhecimento, à medida que se consolidam novas condições sociais,

novos atores e novos valores na vida de seu povo. O convívio com a diferença certamente alargou o horizonte de percepção do mundo e do outro para os integrantes dos Pontos de Cultura e, por extensão, para a sociedade brasileira. As trocas de todos os tipos e em todas as direções que têm lugar entre os Pontos de Cultura não se baseiam na competição, mas numa ética de solidariedade. O que ali se cria e se produz não é, na festa, objeto de troca mercantil, mas dom oferecido em regime de reciprocidade.

Creio que tudo isso autoriza a pensar que a árdua tarefa de construção de uma cultura da paz talvez possa tomar como protótipo a ação dos Pontos de Cultura e, como parâmetro de intervenção estatal capaz de favorecê-la, políticas públicas como a do Programa Cultura Viva. Pois é o que me permite, nesta quadra natalina, dizer que não ofenderei Papai Noel recusando-me a cantar a alegria do Jingle Bells das renas do seu trenó, mas que também tenho agora o direito de apreciar outro antiquíssimo modo de contar a saga do Deus Menino, numa Folia de Reis: tudo é cultura, de mesma dignidade e valor. Aqui bem perto, no ABC, há exímios foliões entre os operários de suas grandes indústrias, migrantes mineiros que reencontram na metrópole a memória de suas origens, refazendo, entre cá e lá, a tradição devota que hoje compartilham com os paulistas. Viva, pois, a diferença e o diálogo, o arcaico e a modernidade, tradição, memória e transformação,

“rupturaCONtradição”, que cria o novo, reinventando a encantamento sem o qual a vida perde uma parte essencial do seu significado.

Naturalmente, nada disso nos permite subestimar o poder de sedução do mundo da mercadoria, a tirania da sociedade do consumo e sua lógica predatória, que hoje definem nosso mundo contemporâneo, nos antípodas daquilo com que sonhamos, ao buscar construir uma cultura da paz. Mas, por isso mesmo, vale lembrar uma reflexão de TT Catalão que, graças à tecnologia que nos oferece esse mesmo mundo contemporâneo, continua a retercer, pelo Google+, outras redes virtuais de solidariedade, prosseguindo na batalha que já empreendia no MinC, junto aos Pontos de Cultura: *“O dragão não é para ser morto, mas domado; o inimigo mais intenso é o interno; o maior inferno é o que isola, limita, controla, e os combates são curtos, pequenas lutas, sem o espetáculo da grande batalha. Salve os guerreiros do cotidiano!”* Esta é minha profissão de fé, ao dizer “presente”, na luta pela construção de uma cultura da paz. Ela começa enfim a estar ao alcance dos homens de boa vontade.

São Paulo, 20 de dezembro de 2012

(Véspera do fim do mundo...)

MARIA LÚCIA MONTES é formada em Filosofia (USP), Mestre em Sociologia (Universidade de Essex), Doutora em Ciência Política (USP).

Bibliografia

- ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- ÁVILA, A. **Resíduos Seiscentistas em Minas Gerais**: Textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1967. Vol I e II.
- _____. **O lúdico e as projeções do mundo barroco**: uma linguagem a dos cortes, uma consciência a dos lucos. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1994.
- Ministério da Cultura. **Almanaque Cultura Viva**. Maria Lúcia Montes (ed.). São Paulo: MinC/SESC-SP, 2009.
- Ministério da Cultura. **Programa Cultura Viva: Documentos e registros de uma política pública em construção**. Maria Lúcia Montes (ed.). Brasília: Secretaria da Cidadania Cultural/MinC, 2010.
- GRAMSCI, A. **Introdução ao estudo da filosofia**. Alguns pontos preliminares de referência. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1999. Vol. 1.
- UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. Conferência Geral da UNESCO, 32ª. sessão, Paris: Unesco, 2003.
- UNESCO. **Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais**. Assembleia Geral da UNESCO, 33ª. reunião. Paris, Unesco, 2005.

Manguezal

Célio Turino



Uma árvore. Olhe rapidamente para ela, faça um desenho. Volte alguns dias depois. Observe melhor, desenhe novamente: os galhos, os ramos, as folhas, os tons de cores, as folhas secas, os pequenos animais, as teias de aranha, galhos pendurados em outros galhos. Olhe à volta, por diversos ângulos. Desenhe os detalhes. Mesmo sabendo que nunca captará a totalidade, tente, exercite.

Em Kioto, no Japão, há um jardim Zen, todo com areia, pedregulhos e pedras brancas. Em volta dele, uma arquibancada. São 14 grandes pedras. Por mais que as pessoas tentem observar, por mais que mudem de lugar e ponto de vista, nunca enxergam as 14 pedras juntas. Quando avistam uma nova pedra, outra se esconde por trás dela. Pode-se passar o dia inteiro mudando de lugar na arquibancada e as 14 pedras nunca

se mostrarão ao mesmo tempo. Mesmo assim, as pessoas se exercitam.

Tendo desenhado a mesma árvore sob duas impressões diferentes, uma rápida e genérica, outra demorada e detalhista, tente observá-la novamente. Agora não é necessário desenhar, converse com ela. Coloque-se no lugar da árvore; fale na primeira e na segunda pessoa, fale sobre ela. Crie um diálogo. Uma frase. Um verso. Um poema.

“Armada de espinhos recolhe forças para acolher.”

Foi assim que conversei com uma palmácea cheia de espinhos. É com este método que observo a rede dos Pontos de Cultura. Uma primeira impressão a partir de respostas fornecidas nos editais de seleção. Depois, um olhar mais detalhado, uma visita ao Ponto, conversas. Colocar-me no lugar do Ponto, seus sonhos e dificuldades, suas metas, o público que precisa atender. Depois, a síntese. Um pequeno sinal a condensar a essência. E a descoberta de que, na essência, todos são iguais.

Para quem se preocupa com método, este é o Método Científico de Goethe, a Observação Goethianisca. Para quem se preocupa com poesia, este é o exercício do Haikai, um gracejo em busca da harmonia e da realização densa. Um Ponto de Cultura. Pontos são conjuntos de uma rede. Elementos que podem ser vistos isolados, como ponto de um conjunto que se subdivide em outros pontos. Esses mesmos elementos isolados, quando somados, multiplicados ou potencializados podem formar novos conjuntos. Conjuntos que formam um sistema. E

quando o sistema pulsa, forma-se um Sistema Vivo. Este é o conceito de rede que exercitamos com os Pontos de Cultura. Primeiro um olhar geral, depois a busca das singularidades (a singularidade que se pode encontrar na multidão). As mil formas se aproximando de uma só: a potência humana, a capacidade de transformar, de agir. Esta é a essência da rede Cultura Viva.

Pontos são muitos, infinitos. Redes são muitas, infinitas. E se cruzam.

Pensados como conjuntos entrelaçados, um influencia o outro. Pois o *“Todo está na parte e a parte está no todo”*. O papel da gestão do programa Cultura Viva é aproximar estes Pontos, des-escondê-los, conectá-los em rede, auxiliá-los na descoberta de sua essência, quebrar hierarquias, construir novas legitimidades, urdir a rede.

Ao exemplo.

“Arco e flecha são instrumentos de defesa, de caça. Hoje em dia, um computador com acesso à internet também pode ser utilizado pelos índios como instrumento de defesa e de caça. Nós, índios, já estamos usando o computador como ferramenta de buscar soluções... escrever projetos ou cartas que nos auxiliam para encontrar melhorias na saúde, educação, sustentabilidade e tudo que se refere à nossa sobrevivência e desenvolvimento, servindo como um arco e flecha...”

Com a internet nós podemos estudar os ‘hábitos’ das agências, das secretarias, dos órgãos, das empresas... Onde se localizam, quais são suas missões, quais as suas

formas de proceder (editais, chamadas, patrocínios, apoios, parcerias...).

Um arco e flecha pendurado na parede é decorativo, não caça nem defende. Vamos usar nossos computadores, estiquemos nossos arcos e lancemos nossas flechas digitais!” (Nhenety Kariri-Xocó).

Índios On-Line, uma rede de povos indígenas do nordeste do Brasil, tornado Ponto de Cultura, depois Pontão. O chat como uma grande maloca a reunir guerreiros indígenas. O computador como uma fogueira, em torno do qual diferentes tribos se juntam por uma ação coletiva.

Yakuy Tupinambá, uma índia que, aos 47 anos, entra na Universidade Federal da Bahia para cursar Direito. *“A internet promoveu a abertura de horizontes – contrariando o pensamento de uma grande maioria interessada em nos manter amordaçados - trouxe-nos novos significados, sem que isso implique no abandono de nossas tradições...”*, registra no chat.

“Nós somos um corpo só. A comunidade vive como se fosse um índio gigante”.

Com sabedoria, o velho cacique, Otávio Nidé, instrui o seu povo a fazer as atualizações do mundo contemporâneo, mas conservando o espírito ancestral, o jeito indígena de ser, a forma de se organizar, a interação com a terra, que é *“...o maior de todos os projetos, pois com ela temos saúde, ervas medicinais, o alimento, a paz.”* (cacique Cícero, dos Kariri-Xocó).

Índios On Line, uma rede sob diversos ângulos.

Ao aproximar pessoas e pontos, antes isolados, promove-se o

desenvolvimento. Vigotski, psicanalista e educador russo, desenvolveu sua teoria ao trabalhar com educação infantil, logo após a revolução socialista. Ele percebeu que o desenvolvimento mental das crianças dava saltos no momento em que se encurtavam distâncias entre crianças com diferentes níveis de desenvolvimento. Na medida em que uma criança ligeiramente mais velha ou

madura aproxima-se de uma criança menor (uma criança de 7 anos brincando com uma de 5, por exemplo), acontece um processo de desenvolvimento acelerado. A este processo, ele denominou “*Zona de Desenvolvimento Proximal*”. “*Ela é a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas*”, afirma Vigotski na formulação de seu conceito. Um desenvolvimento que é potencializado pelo entrelaçamento de conjuntos.

Elementos que podem ser vistos isolados, como ponto de um conjunto que se subdivide em outros pontos. Esses mesmos elementos isolados, quando somados, multiplicados ou potencializados podem formar novos conjuntos. Conjuntos que formam um sistema. E quando o sistema pulsa, forma-se um Sistema Vivo. Este é o conceito de rede que exercitamos com os Pontos de Cultura.

Percebi que este é um conceito chave para a ideia do desenvolvimento em rede. Pontos aparentemente díspares, com diferentes temáticas, linguagem, público ou território, ao entrelaçarem-se, criam *Zonas de Desenvolvimento por Aproximação* (prefiro o termo Desenvolvimento por Aproximação a Desenvolvimento Proximal, por estar mais adequado ao “jeito” - ou jeitinho - brasileiro de ser, em que os entrelaçamentos são mais suaves, quase imperceptíveis).

A cultura tradicional também foi inventada um dia, incorpora preconceitos, ideologias, comportamentos machistas. Ao promover a ideia da emancipação da mulher, o Ponto de Cultura em Gênero pode estar alterando comportamentos e pontos de vista em um Ponto de Cultura Popular como o Congo ou Moçambique.

O *‘Desenvolvimento por Aproximação’* faz com que um Ponto de Cultura com ênfase em gênero influencie um outro, de Cultura Popular, mesmo sem que tenham um contato direto entre si. A cultura tradicional também foi inventada um dia, incorpora preconceitos, ideologias, comportamentos machistas. Ao promover a ideia da emancipação da mulher, o

Ponto de Cultura em Gênero pode estar alterando comportamentos e pontos de vista em um Ponto de Cultura Popular como o Congo ou Moçambique. E o Ponto de Cultura com ênfase na tradição popular

pode também influenciar um outro, de Cultura Digital, ou Hip Hop. Ao tomar contato com a Cultura Tradicional, os meninos da Cultura Digital podem perceber que, para além da tecnologia, a essência do software livre está na ‘partilha’, na generosidade intelectual, no trabalho colaborativo, características presentes nas festas e na cultura popular. O que mantém a caminhada de uma folia de Reis? A partilha. Uma família dá um prato de comida (colocado na janela para ser *‘sorratamente roubado’*, como parte da brincadeira), outra, uma lanjeoula, o serviço de confecção das vestes; em troca, os caminhantes oferecem a música, a oração pelo Menino-Jesus e os Reis Magos. E o menino do Hip Hop, morador da periferia de São Paulo, ou Teresina, também é influenciado ao perceber que o seu RAP urbano, grito dos excluídos das grandes cidades do mundo, não é tão diferente do repente, da embolada, do coco. Todos, Ritmo e Poesia. E surge um novo estilo, o Rap-Repente, que promove o encontro estético entre netos e avós.

O Cultura Viva funciona como um ecossistema. O Ponto de Cultura como uma micro-rede, atuando no território e articulando diferentes agentes. O Cultura Viva seria a macro-rede. E entre eles, as meso-redes, as Ações. Inicialmente foram pensadas quatro Ações: Cultura Digital, Agente Cultura Viva, Escola Viva e Griô. Com o tempo, a própria vida se encarregou de formar novas Ações: Pontinho de Cultura, Cultura e Saúde, Audiovisual, Mídia Livre, Mocambos, Cultura de Paz.

O mesmo princípio de um Sistema Vivo é buscado com a Escola Viva. Uma Escola que se recolhe em si mesma é morta, isola o conhecimento desconectando-o da realidade, se fossiliza e burocratiza o aprendizado, tornando-o ineficaz, quando muito, adestrador.

Redes animadas a partir do ministério, ou surgidas no ventre da própria Rede, com os recortes mais diversos: da caatinga, dos povos da floresta, dos povos do mar, do hip hop, do teatro comunitário, do oprimido. Tudo cabe. Tudo cabe porque o Sistema é vivo.

A vanguarda da Cultura Digital se aproxima dos pensares e fazeres da Cultura Tradicional quando a festa e as sementes crioulas se encontram com o software livre. De um chá medicinal ao código fonte de um computador. A essência é a mesma. A humanidade tornou-se o que somos, o *homo sapiens sapiens*, quando aprendeu a domesticar sementes, plantá-las, acompanhar seu crescimento, fazer a colheita. Este conhecimento ancestral foi passado de geração em geração e é resultado da revolução agrária do final da idade da pedra, no neolítico. Quando sementes são patenteadas e geneticamente modificadas, essa essência da humanidade está ameaçada. Com os transgênicos, desaparecem as sementes livres e surgem as sementes com dono. Sementes criadas em laboratório, controladas no próprio

DNA, que impede a autorreprodução destas sementes ao carregar em si o gen da sua autodestruição, o Terminator. Se nada for feito, em 50 anos, talvez toda a produção de alimentos esteja dependente dos transgênicos, extinguindo a autonomia na produção alimentar. Todo um conhecimento adquirido em mais de 10.000 anos de experiência passa a ser aprisionado em patentes controladas por menos de 10 corporações mundiais. Bilhões de pessoas a pagarem tributo diário a tão poucos. Uma nova escravidão. Uma nova humanidade ou o que venha a substituí-la. Com a tecnologia da informação ocorre a mesma coisa, o conhecimento concentrado nos códigos fechados, no software proprietário. Essa é a Cultura Digital na rede dos Pontos de Cultura, instigando os Pontos (e as pessoas) a exercitarem novas formas de trabalho, colaboração e generosidade.

Com o Agente Cultura Viva jovens exercitam novas formas de cidadania e comprometimento social. Enquanto recebem uma bolsa, capacitam-se como agentes de cultura e prestam um serviço à sua comunidade. São as redes chegando nas pessoas.

O mesmo princípio de um Sistema Vivo é buscado com a Escola Viva. Uma Escola que se recolhe em si mesma é morta, isola o conhecimento desconectando-o da realidade, se fossiliza e burocratiza o aprendizado, tornando-o ineficaz, quando muito, adestrador. Escola Viva é aproximação pura, entre Pontos, Escola e Comunidade. Uma

ação de fluxo contínuo, generosa, que acolhe novos conhecimentos e conhecimentos tradicionais, que não tem medo de ouvir e de unir. Shakespeare na laje das favelas do Rio de Janeiro, as Mandalas da Casa da Arte, as aulas de filosofia com música popular brasileira, a geometria com rendas e moda. O bairro-escola. A cidade educadora.

E Griôs:

*Pra começo de conversa
Peço a bênção aos mais velhos
Que me dão sabedoria
Pra brincar com estes versos
E aos meus antepassados
Que deixo a seus cuidados
Como guias do universo*

*Sou neto de sanfoneiro
E bisneto de rendeira
Ajunta branco, índio e negro
É a família brasileira
Este projeto foi gerado
Como um filho pegado
Pelas mãos de uma parteira*

*Este projeto que vos falo
Trata de uma reinvenção
Do griô que veio da África
Do Brasil e da tradição*

*Dos que guardam na memória
Preservando nossa história
Geração em geração
Um louvor às Mães-de-Santo
Curadores, congadeiros
Aos Índios e Artesãos
Sambadores, Sanfoneiros
Repentistas e Rendeiras
Foliões e Capoeiras
Mestres, Griôs brasileiros.*

*“O mestre é a raiz
E o griô a sua rama”
Já dizia o mestre Dunga
Sábio curador de fama
Tradição é uma vivência
Quando junta com a ciência
Cultura que se proclama*

*A rede Ação Griô
Pelo Brasil está caminhando
Da Xambá ao Tá na Rua
Numa colcha costurando
Cada mestre Griô
Que educar com seu valor
A história vai mudando
Em Roraima tem a Bruxa*

*No cerrado o Invenção
No sudeste o Tamandaré
Construindo uma nação
O Escalet no Piauí
Do Caburá ao Chui
Garantindo uma missão
A Pedagogia Griô
Vem de um Ponto de Cultura
De Lençóis, lá na Bahia
Vida Roda se mistura
O Grãos de Luz e Griô
Criança velho professor
O criador e a criatura*

*Todo Ponto de Cultura
Tem sua pedagogia
Juntos numa rede
Ação Griô que se recria
Programa Cultura Viva
Um Brasil que se cultiva
Colhendo sabedoria*

*Me despeço convidando
Com alegria e encanto
Todos mestres e griôs
Que protegem estes Pontos
No Brasil são diversos*

*Tecendo com tantos versos
Os griôs de todo canto.*

Este cordel do Velho Griô, Márcio Caíres e Lilian Pacheco, condensa a Ação Griô; uma Ação ritualizada e poética, que sedimenta os Pontos. Certa vez, na casa dos dois, trocávamos impressões sobre qual a melhor imagem para rede. Eu falava do Cipoal, das ranhuras, do entrelaçamento. Lilian lembrou do mangue, do barro, berço das primeiras vidas. Um quase água, um quase terra, um emaranhado de vida brotando a todo instante. Um manguezal, uma rede.

Há diversas geometrias de Rede. No século XX prevaleceram as redes verticais (rede de TV, supermercado), com centralização de comando e hierarquização de informações. Com o advento da Internet, fala-se de redes horizontalizadas, em que a informação é distribuída por diversos Pontos e não há núcleo decisório. Porém, esta horizontalização é ilusória; há que levar em conta os mecanismos de busca, a capacidade de processar informações e o domínio de cada um sobre códigos e linguagens. Em uma geometria plana, talvez o melhor desenho fosse o da transversalidade, uma rede ao mesmo tempo vertical, diagonal e horizontal. Mas se formos além, e pensarmos em um Sistema Vivo, um modelo mais orgânico, feito um manguezal.

Para compor a rede Cultura Viva buscamos diversos modos.

Primeiramente estabelecendo um diálogo direto, sem intermediação, com as entidades proponentes e gestoras dos Pontos de Cultura. Esta relação trouxe ganho de confiança para as partes, aproximando os Pontos da Administração Pública. Em um segundo momento, os encontros presenciais, entre Pontos e entre estes e o Ministério. Houve os Encontros de Conhecimentos Livres organizados pela Cultura Digital, as Oficinas de Gestão Compartilhada, sob acompanhamento do Instituto Paulo Freire e as reuniões diretamente convocadas pelo governo. Com isso os Pontos foram se percebendo enquanto movimento e se fortaleceram na relação com o Ministério. Fizemos o oposto do “Dividir para governar”, unimos. Unimos pessoas, instituições e governo em um único movimento. Movimento que precisava ir além das questões de gestão. Surge a Teia.

A Teia é o encontro nacional dos Pontos de Cultura. Ela é uma mistura de encantamento, reflexão e organização. O encantamento se dá pela explosão dos Pontos, pela pulsação de sua criatividade, pelo estranhamento, pela descoberta de pontos em comum, pelas apresentações artísticas e tudo mais que atue no campo do simbólico, do maravilhamento. A reflexão ocorre pela realização de seminários, debates e também pela partilha do sensível, por formas não tradicionais de apreensão do conhecimento. A cada novo tema era escolhido um tema transversal, Cultura e Economia Solidária em 2006, Cultura e

Educação em 2007 e Cultura e Direitos Humanos em 2009. Em meio a isto a organização do Fórum de Pontos de Cultura e grupos temáticos. Essa mistura de gente, coisas e ideias faz aflorar a percepção de que os Pontos podem ir além, pois *“da junção de muitos pontos se faz uma linha, que forma desenhos e ideias”*, como disse Gilberto Gil. Passada a realização de 3 Teias (São Paulo, Belo Horizonte e Brasília) percebo que os Pontos começam a se reconhecer enquanto Movimento.

Neste processo de uma política pública construtivista, grupos culturais se percebem participantes de “algo maior”, algo que vai além do simples repasse de recursos para manutenção de atividades locais. Com suas ferramentas, objetivas e sensíveis, se colocam em ação para repensar legislação, formas de expressão e organização social. Tudo isso é rede. Uma rede pulsante, tecida a cada movimento, como uma infinita Teia de aranha.

A Teia é o encontro nacional dos Pontos de Cultura. Ela é uma mistura de encantamento, reflexão e organização. O encantamento se dá pela explosão dos Pontos, pela pulsação de sua criatividade, pelo estranhamento, pela descoberta de pontos em comum, pelas apresentações artísticas e tudo mais que atue no campo do simbólico, do maravilhamento.

Se o Ponto de Cultura é a sedimentação da rede no território, o Pontão de Cultura é o nó que sustenta a rede. Pontões são articuladores, capacitadores e difusores na rede, integram ações e atuam na esfera temática ou territorial. Tanto podem abarcar uma linguagem artística (Pontão do Teatro do Oprimido, do Audiovisual), público (Juventude, Povos da Floresta), área de interesse (Cultura Digital, Arte e Reforma Agrária, Cultura de Paz), gestão ou território. O primeiro Pontão nasceu quase que em paralelo aos Pontos, foi o *“Navegar Amazônia”*, um barco/estúdio a percorrer a foz do rio Amazonas. Depois vieram os Pontões *“Ação Griô”*, *“Invenção Brasileira”*, *“Vídeo nas Aldeias”*, *“Caravana Arco Íris pela Paz”* e *“Mapa da Rede”*, este, fazendo a gestão e sistematização das informações sobre os Pontos e o Cultura Viva. Em 2007, a rede de Pontões foi estendida a partir de um edital próprio. Com os Pontões criamos outra forma de gestão e acompanhamento, a gestão intra-rede; uma forma de buscar os mecanismos de gestão na própria rede, sem agentes externos, contando com a capacidade e competências dos próprios integrantes da rede. Uma competência antes desprezada.

Lima Barreto, crítico sagaz e irônico sobre os hábitos culturais brasileiros no início do século XX, tem um conto de grande atualidade que nos auxilia a entender esse processo de legitimação de conhecimentos e subordinação cultural, *“O homem que sabia javanês”*. É a história de um homem muito inteligente e que tinha chegado há

pouco ao Rio de Janeiro, a capital do Brasil na época. “*Vivia fugindo de casa de pensão em casa de pensão, sem saber onde e como ganhar dinheiro*”. Foi quando ele viu um anúncio no Jornal do Commercio: “*Precisa-se de um professor de língua javanesa*”. Como necessitava de dinheiro e imaginou que não haveria concorrentes, pôs-se a estudar aquela língua estranha. Descobriu que javanês é a língua falada em Java, a grande ilha do vulcão Krakatoa, no arquipélago de Sonda; os caracteres são derivados do alfabeto hindu e o tronco linguístico é o malaio-polinésio. Copiou o alfabeto, estudou a pronúncia, decorou algumas frases e estava pronto para se candidatar à vaga. O contratante era Manuel Feliciano Soares Albernaz, o Barão de Jacucanga, neto do conselheiro Albernaz, assistente direto do imperador Pedro I. O barão, entre suas muitas heranças, ganhara um livro escrito em javanês, que antes fora de seu pai e antes deste, de seu avô. Um talismã de família que evitaria desgraças e traria felicidades, mas que estava em um idioma incompreensível. Castelo, “*o homem que sabia javanês*”, assumiu as aulas com segurança; mais uns dias na biblioteca e conhecia parte da literatura da ilha com as gloriosas histórias do príncipe Kulanga. Meses se passaram com suas aulas de palavras e estórias inventadas. Sua fama ganhou a capital e até teve que recusar turmas ansiosas em estudar a novidade. Assombrado com o conhecimento que não conseguia atingir, o Barão, agradecido, abriu-lhe portas. “*Vejam só, um homem que sabe javanês – que portento!*”,

disse um alto funcionário do ministério das relações exteriores. Todos o olhavam com um misto de inveja e admiração, como não havia quem pudesse contestá-lo, ele seguiu na carreira de diplomata. Um Cônsul a representar o Brasil em Congressos de Linguística e que assinou até artigos sobre a literatura javanesa. “*Como, se tu nada sabias?*”, perguntou-lhe o amigo Castro. “*Muito simplesmente – respondeu – primeiramente descrevi a ilha de Java...depois citei a não mais poder*”. Ele sabia que ninguém tinha conhecimentos para contradizê-lo.

Observe. Repare atentamente. Entre os que mandam, há muita gente que diz que sabe javanês. Entre os que obedecem, os que se resignam, os que se calam e se submetem, os que transferem responsabilidades, há muito mais gente a dizer: “*lá vai o homem que sabe javanês!*”. Falar em rede social é falar em democracia e democracia não é um valor absoluto, ela é relativizada por distinções de poder econômico, cognitivo, de relações sociais, de domínio de informações. São estas distinções que asseguram mais ou menos poder na rede. A construção de redes mais equilibradas pressupõe quebra de hierarquias e novas legitimidades. Do contrário, todos sairão a dizer: “*É um assombro! Tão moço! Se eu soubesse isso, ah! Onde estava!*”

A busca de um ambiente propício à gestação de uma nova vida democrática está na subversão da própria rede. Ir além da rede tal qual conhecemos. Mude o ponto de vista. Olhe por cima, de lado, por baixo. Penetre.

Certa vez, um discípulo do grande mestre do haikai, Bashô, vendo uma libélula, fez um haikai irreverente:

*Despindo das asas
A libélula vermelha
Fica uma pimenta.*

O mestre desaprovou o seu discípulo solenemente. Para além da estética de um poema, é preciso assumir uma postura de vida, que pode ser de requintada crueldade, como quando se arrancam asas de uma libélula, ou de generosa fantasia, como quando se agrega asas a uma pimenta. Bashô mudou o ângulo do poema de seu discípulo, Kikatu, e o haikai ficou assim:

*Se agregarmos asas
A uma pimenta vermelha,
Surge uma libélula.*

O ambiente para uma nova ordem é a rede. Não tenha medo, atire-se em uma rede orgânica. Sinta o cheiro do mangue, entre nele; da água e terra se faz barro, do barro se faz vida. Mude o ângulo, com poesia, uma pimenta com asas torna-se libélula.¹

CÉLIO TURINO é Historiador, Escritor, Administrador Cultural e ex-Secretário de Cidadania Cultural do Ministério da Cultura do Brasil.

¹ Texto cedido por Célio Turino, publicado no livro de Célio Turino, **Pontos de Cultura: o Brasil de baixo para cima**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.



Pontão de Convivência e Cultura de Paz

Instituto Pólis

Quem Somos?

Vivemos num mundo em que a violência, a discriminação, a desigualdade e o individualismo fazem parte de nossa vida e de nossas relações. Mas essa é uma realidade que podemos transformar. É possível traçar novos horizontes, novas possibilidades, novos caminhos de convivência. Somos um polo formulador e irradiador de promoção do intercâmbio e difusão de políticas de criação, compartilhamento de conhecimentos e práticas que visam a convivência intercultural brasileira em suas diversas linguagens e formas, no âmbito local e nacional.

O Pontão de Convivência e Cultura de Paz do Instituto Pólis contribuiu para a construção dessa nova realidade. Para isso articulamos outros Pontos de Cultura e Redes em torno do tema: Convivência e a Cultura de Paz. Queremos incentivar os diálogos entre diferentes culturas e construir novas propostas para a formulação de políticas públicas culturais.

O que é Cultura de Paz?

É um conjunto de atitudes, valores, estilos de vida, sentimentos, baseados no respeito e reverência pela vida e à diversidade, na recusa à violência, na escuta do outro para compreendê-lo, na preservação do planeta, na solidariedade, na busca do equilíbrio das relações entre os seres humanos e desses com todos os seres vivos, no fortalecimento da democracia e dos direitos humanos, em harmonia com a Terra e com a totalidade maior da qual fazemos parte. A paz não significa a ausência de conflitos ou passividade, mas sua resolução de forma não violenta, por caminhos mais saudáveis, democráticos e criativos, através do diálogo intercultural, do reconhecimento das singularidades e do respeito às diferenças.

Artemetodologia do Pontão

É um método tecido com a arte, que tem como foco principal reconhecer as relações de um grupo, suas vivências, subjetividades, pontos de vista e desafios, com o objetivo de fortalecer suas ações e intervenções, através das Ausculta Socioculturais e Sessões de Diálogo. Auscultar é ouvir, identificar desejos e sonhos, diagnosticar os ruídos de pessoas, grupos e comunidades. Auscultar é, sobretudo, saber ouvir com o coração. A artemetodologia visa a compreensão do outro e de si mesmo; o ouvir para compreender; o acolhimento do diverso e do singular para desconstruir a discriminação; a prática da não violência; contribuir para o desenvolvimento ecológico da localidade; defender o direito à cidadania cultural; redescobrir a solidariedade; empoderamento e protagonismo social; criar e compartilhar sentimentos, ações e conhecimentos a partir de três horizontes: acolhimento, interculturalidade e autonomia.

Objetivos

- Articular e potencializar Pontos de Cultura na localidade e ampliar para o âmbito nacional;
- Contribuir para o fortalecimento da sociedade civil, estimular ações de ocupação cultural dos espaços públicos com atividades que ampliam a democracia e a participação dos atores socioculturais na realização de políticas públicas;
- Difundir as ações socioculturais e propor diretrizes de convivência e cultura de paz na formulação de políticas públicas;
- Facilitar a promoção da cidadania cultural no território com valores e práticas da cultura de paz;
- Promover Tecnologias Socioculturais de Convivência e de Cultura de Paz para a difusão de iniciativas e valores nos Pontos de Cultura;
- Capacitar e desenvolver multiplicadores de Políticas Públicas Culturais de Convivência e Paz;
- Compartilhar saberes e poéticas na construção coletiva e responsável para uma sociedade orientada pela prática do respeito, da solidariedade e dos valores da cultura de paz, pelo reencantamento do mundo.

Impressão Graphium Gráfica e Editora